

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TELMA CRISTINA DELGADO DIAS FERNANDES

**UMA REPRESENTAÇÃO DA MODERNIDADE POR INTELECTUAIS
PARAIBANOS (1880-1930)**

RECIFE

TELMA CRISTINA DELGADO DIAS FERNANDES

**UMA REPRESENTAÇÃO DA MODERNIDADE POR INTELECTUAIS
PARAIBANOS (1880-1930)**

**Texto de Tese que ora apresento para
avaliação do Curso de Doutorado em
História ao Departamento de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal de Pernambuco, orientado pelo
professor Dr. Marc J. Hoffnagel**

RECIFE

Fernandes, Telma Cristina Delgado Dias

Uma representação da modernidade por intelectuais paraibanos (1880-1930) / Telma Cristina Delgado Dias. - Recife : O Autor, 2005.

194 folhas

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2005.

Inclui: bibliografia.

1. Brasil – História. 2. Modernidade. 3. Intelectuais – Paraíba. 4. Modernismo (Literatura) - Historiografia. 5. Abolição. 6. República - Brasil. I. Título.

**930.85
981**

**CDU (2.
ed.)
CDD (22. ed.)**

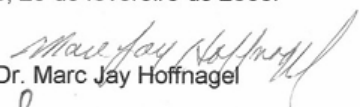
**UFPE
BCFCH2008/23**



**ATA DA DEFESA DA TESE DA ALUNA TELMA CRISTINA
DELGADO DIAS FERNANDES**

Às 08:00 h do dia 25 (vinte e cinco) de fevereiro de 2005 (dois mil e cinco), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pela aluna **Telma Cristina Delgado Dias Fernandes** intitulada **"Representação da Modernidade por Intelectuais Paraibanos (1880-1930)"**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito **"APROVADA"**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: Marc Jay Hoffnagel (Orientador), Isabel Cristina de Martins Guillen, Sônia Lúcia Ramalho de Farias, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Luzilá Gonçalves Licari. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Assistente em Administração Marta Lopes Gomes, para os devidos efeitos legais.

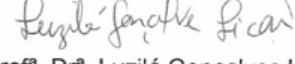
Recife, 25 de fevereiro de 2005.

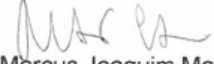

Prof. Dr. Marc Jay Hoffnagel

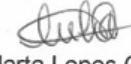

Profª. Drª. Isabel Cristina de Martins Guillen


Profª. Drª. Sônia Lúcia Ramalho de Farias


Prof. Dr. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira


Profª. Drª. Luzilá Gonçalves Licari


Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho


Marta Lopes Gomes

AGRADECIMENTOS.

Agradeço às Instituições com quais trabalhei por ocasião desta Tese: À Universidade Federal de Pernambuco. Ao CNPq, pelo incentivo financeiro fundamental. Ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. À Fundação Casa de José Américo. À Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba. Ao Arquivo Público da Paraíba. Ao Arquivo José Lins do Rego. À Fundação Joaquim Nabuco. Ao Arquivo Nacional. À Biblioteca Nacional. À Fundação Casa de Rui Barbosa. Ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Embora os funcionários destas Instituições estejam no cumprimento do seu ofício, devo-lhes um agradecimento especial pelo interesse, cortesia e responsabilidade, que, na maioria das vezes, ultrapassou os limites das funções.

Um agradecimento especial à professora Dr^a. Rosa Godoy pela disponibilidade em acolher-me no momento em que mais precisei de apoio.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Marc J. Hoffnagel, pela compreensão e pela confiança depositada.

Ao amigo Nonato Gurgel, pelas palavras de incentivo e pela disponibilidade em contribuir.

Um agradecimento lúdico às minhas amigas Edna, Joedna, Eliete e Elisa.

Duas amigas, irmãs pelo afeto, e que agüentam os meus achaques com muito carinho: Serioja e Alômia.

A Antonio Carlos Pinheiro que no início do processo de tese esteve sempre presente incentivando e dando lúcidas sugestões, ainda pelo permanente carinho e solicitude para comigo.

À minha irmã, Fernanda, pelo amor incontestado que me dispensa e que me é fundamental.

Ao meu marido, João Lira, um agradecimento quase impossível de fazer. Sua dedicação material e afetiva me pareceu não se esgotar nunca e me permitiu fazer, muitas vezes, o que parecia impossível.

Resumo

Voltada para as questões que envolvem as contradições da experiência moderna, esta Tese procurou compreender como intelectuais paraibanos representaram momentos emblemáticos quanto à construção da modernidade brasileira, no espaço de tempo compreendido entre 1880 e 1930, sob os reflexos do movimento de Abolição, Instauração Republicana e Primeiras décadas da República. As pesquisas foram feitas a partir de obras de ficção (poesia e prosa), ensaios, artigos jornalísticos e cartas. Estabelecemos sumárias considerações teóricas sobre o uso da literatura como documento histórico e ainda apanhados sobre a modernidade em geral. Os principais capítulos quanto à experiência paraibana são o terceiro e o quarto. Nestes, o enfoque recai diretamente sobre a Abolição e a República. Considerando que a modernidade é ambivalente por definição e que a construção da modernidade brasileira convive, desde as suas origens coloniais, com as tensões e contradições do mundo moderno, percebe-se a sociedade paraibana intensamente afetada por essas mesmas contingências. A partir das representações analisadas foi percebido, nesta leitura, que há um grande fosso entre o desejo e as idealizações quanto aos ícones do moderno que não correspondem direta e plenamente com o espaço da vivência. Por fim, os autores mais intensamente tratados aqui foram: Augusto dos Anjos, José Lins do Rego e José Américo de Almeida.

Palavras Chave: Modernidade, Abolição, República,
Brasil, Paraíba

Abstract

Focusing on the issues that involve the contradictions of modern experience, this paper aimed at understanding how intellectuals from Paraíba represented emblematic moments in relation to the construction of Brazilian modernity, between 1880 and 1930, under influence of the Slavery Abolition Movement, Republican Instauration and the first decades of the Republic. The research was done upon fiction work (poetry and prose), essays, newspaper articles and letters. Superficial theoretical considerations about the use of literature as historical documents as well as others about modernity in general were established. On the experience in Paraíba, the third and fourth chapters are the main ones, in which the focus lies directly upon the Abolition and the Republic. Considering that modernity is by definition ambivalent, and that the construction of Brazilian modernity has coexisted, since its colonial origins, with the tensions and contradictions of the modern world, the society in Paraíba is perceived to have been intensely affected by these very contingencies. Based on the representations analyzed in this reading, it was realized that there is a big gap between the desire and the idealizations as to the icons of modernity, which do not correspond directly and plainly with what is experienced. By and large, authors more intensely dealt with here were: Augusto dos Anjos, José Lins do Rego e José Américo de Almeida.

Key words: Modernity, Abolition, Republic, Brazil, Paraíba

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO, 6

CAPÍTULO I, 11

- 1 - O legado da modernidade: plural e ambivalente, 11
 - 1.1 – É moderno porque plural, 11
 - 1.2 - Sonhos de uma modernidade perfeita, 19
 - 1.3 - Aventuras da modernidade: a invenção do velocímetro, 22
 - 1.4 - Leituras da modernidade brasileira, 25
 - 1.5 - Era uma vez na história, 33
 - 1.5.1 – Não apenas de ciência vive a história, 33
 - 1.5.2 - História: ciência ou arte narrativa, 34
 - 1.6 - A modernidade na arte e o modernismo, 41

CAPÍTULO II, 50

- 2 – perfis paraibanos do norte, 50
 - 2.1 – Intelectuais pontuais quanto às reflexões sobre a modernidade: aspectos gerais sobre os autores, 50
 - 2.2 – Sob os vãos dos morcegos. Augusto dos Anjos: um interprete da modernidade, 50
 - 2.3 – José Américo: um pensamento conflituoso, um retrato da modernidade, 71
 - 2.1.2.1 – Recebidas e Expedidas, 77
 - 2.1.3 – A modernidade no manequim apertado da tradição: José Lins do Rego, entre o passado e o presente, 84

CAPÍTULO III, 92

- 3 – a Abolição e o Advento da República, 92
 - 3.1 – A Abolição, 92
 - 3.2 Ser republicano é ser moderno, 113
 - 3.2.1 – A República e seus mitos, 114
 - 3.2.2 – A recente república e a decepção dos republicanos, 122
 - 3.2.3 – Os primeiros anos republicanos, 125

CAPÍTULO IV, 131

- 4 – a República familiar, 131
 - 4.1 – Açúcar: doce/amargo, considerações historiográficas sobre os engenhos paraibanos, 134
 - 4.2 – Apanhados historiográficos sobre as Usinas, 142
 - 4.3 – Aspectos da historiografia sobre pecuária na Paraíba, 145
 - 4.4 – Considerações historiográficas quanto ao algodão na Paraíba, 150
 - 4.5 – a representação pelos intelectuais paraibanos das primeiras décadas da República, 152

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 174

REFERÊNCIAS, 188

INTRODUÇÃO

Esta tese versa sobre a representação produzida por intelectuais paraibanos acerca da modernidade na Paraíba, posta em três diferentes, mas interligados, momentos da história brasileira: Abolição, Instauração da República e as Primeiras décadas republicanas, inserido no espaço de tempo entre 1880 e 1930.

Por modernidade compreende-se constituir um processo ambíguo e inconcluso que norteia a organização da sociabilidade ocidental, e sobre o qual recaem profundos questionamentos. Ser moderno é ser plural e em permanente construção. A modernidade, como afirma Zygmunt Bauman, priva da vivência em meio à ordem e ao caos, buscando superar a ambivalência, mas sem a qual não existiria.¹

São heterogêneas as vertentes teóricas adotadas na historiografia quanto à temática da modernidade, tanto quanto os objetos sobre os quais os historiadores se debruçam. Focalizando especialmente a historiografia brasileira, a ênfase maior tem sido posta nas construções das cidades a partir do início da República: O movimento de urbanização e neste as campanhas higienistas são bons exemplos.²

No entanto, outros enfoques aparecem. Destaca-se o historiador Sidney Chalhoub que tem produzido alguns trabalhos tratando indiretamente da questão da modernidade, principalmente através das populações mais pobres do Rio de Janeiro republicano ou ainda focalizando os escravizados ou ex-escravizados, na

¹ Zygmunt Bauman publicou significativo conjunto de trabalhos que tratam diversos aspectos da modernidade: *Modernidade Líquida*, *Globalização: As consequências Humanas*, *Em busca da Política*. Estes formam o que alguns críticos chamam de trilogia. Pode-se citar ainda *Modernidade e Holocausto*, *O Mal-Estar da Pós-Modernidade* e *Modernidade e Ambivalência*, este último sobre a questão da ambivalência na e da modernidade, defendendo que o caos e a ordem, o caráter ambivalente como constituinte da modernidade. Este trabalho constitui a principal fonte com qual se discute sobre o perfil ambíguo da modernidade por toda a tese. BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Tradução de Marcus Penchelrio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.334p.

² O historiador Nicolau Sevcenko trabalhou essas questões para o Rio de Janeiro e São Paulo. Antonio Paulo Rezende, Paulo Henrique Martins, Souza Barros, Neroaldo Pontes focalizaram privilegiadamente o Estado de Pernambuco, com especial atenção para o Recife; dentre outros.

perspectiva de compreender a inserção e/ou exclusão desses grupos no âmbito da modernidade brasileira.

Os movimentos que culminaram com a Abolição, Instauração republicana e as Primeiras décadas da República, principalmente das capitais, já correspondem aos ideais modernos. Isto, contudo, não é suficiente. É necessário estudar as especificidades que marcam as experiências históricas de cada uma das comunidades que a vivenciam ou vivenciaram.

No caso específico desta Tese, trabalhamos com os intelectuais, que produziram ficção e estudos sobre a realidade paraibana, utilizando os livros (romances, poesias e ensaios), assim como artigos de jornais e revistas. Foram cotejados os escritos dos intelectuais paraibanos com outros que versam sobre as mesmas temáticas, com o intuito de dialogar com outras especificidades através de trabalhos de historiadores, sociólogos, cientistas políticos, e, de textos escritos por sujeitos que estiveram presentes aos movimentos aqui tratados, como é o caso de Machado de Assis, Joaquim Nabuco e vários outros escritores e intelectuais. Trata-se de um trabalho que enfoca a história pelas mãos da literatura, dos ensaios e dos artigos, privilegiando uma representação intelectual sistematizada.

Algumas palavras são necessárias para justificar a relação entre a literatura e a história, embora não seja este o objeto principal deste trabalho. Muitos historiadores têm buscado na literatura fontes para estudos históricos. Entretanto, a historiografia carece de obras voltadas às questões teórico-metodológicas quanto à utilização desta fonte. Neste trabalho apenas se aponta alguns aspectos considerados de maior relevância.

Literatura não é história, mas pode contribuir para a reflexão histórica sob diversos auspícios. A literatura, na perspectiva de uma forma de arte, pode ser enfocada pelos historiadores como um documento histórico³ ou como uma

³ O termo documento histórico será usado sempre com o significado de todo e quaisquer vestígios e não apenas como o documento escrito, tampouco como documento escrito de origem oficial. Ver J. Le Goff. Monumento e documento. 95-106 p. IN: EINAUDI, ENCICLOPÉDIA. *Memória – História*. Vol 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. 457p.

maneira de se construir a história. Priva-se da compreensão de que ambas as posições correspondem a uma legítima interpretação da literatura sob a égide do entendimento histórico.

Por outro lado, não é possível deixar de refletir sobre a modernidade no âmbito da prática literária, a produção da escrita literária. Tais reflexões aparecem, sobretudo, no corpo do texto, mas também quando se aborda a literatura em particular. Quanto a este aspecto, dialogou-se, privilegiadamente, com Flora Süssekind, através do livro *Cinematógrafo de Letras*. (SÜSSEKIND, 1987).

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo versa sobre a problemática da modernidade, intitulando-se ***O legado da modernidade: plural e ambivalente***

Neste, foram estabelecidas algumas discussões sobre a modernidade, com o intuito de introduzir a temática que é norte para analisar a abolição, a instauração republicana e o cotidiano nas primeiras décadas da república.

No segundo capítulo foram focalizados alguns expoentes da intelectualidade paraibana tomados como objetos privilegiados neste trabalho e recebe o título de ***Perfis paraibanos do norte***. Embora este segundo capítulo alinhe algumas informações biográficas não se pretendeu, em absoluto, compor uma biografia desses intelectuais. Apenas foram postos porque e na medida em que são pontuais e esclarecedores sobre questões referentes às formas de interpretação da modernidade na Paraíba, dentro do período enfocado. A razão pelo qual se optou por traçar esses perfis em um capítulo autônomo está em que dentro de outros tópicos do texto significaria uma digressão desnecessária; contudo, são informações ricas no sentido de ampliar a compreensão do tema e até mesmo para tornar o trabalho mais prazeroso.

Os autores trabalhados em *Perfis paraibanos* servem como objeto não apenas porque se procurou ler momentos da história paraibana através dos seus escritos, mas também porque expressam juízos sobre a modernidade. Elementos muito significativos neste sentido são Augusto dos Anjos, José Lins do Rego e José Américo de Almeida.

O terceiro capítulo, intitulado ***A Paraíba livre e o Advento da República na Paraíba***, trata do movimento abolicionista na Paraíba, utilizando-se publicações de periódicos, principalmente, mas também obras romaneadas e poesias. Neste capítulo, analisou-se como a abolição foi recebida por intelectuais paraibanos, no que concerne à questão econômica, ética e social. No que tange à Instauração republicana, tomou-se por base, principalmente, os artigos de jornais e revistas, mas também romances e poesias. As análises se estenderam às formas como se deram a recepção da República entre paraibanos, porém pontuando mais detidamente essa recepção quanto às questões políticas.

No quarto capítulo, com o título de ***A República familiar***, foram utilizados romances, poesias e artigos de jornais e revistas. Enfocou-se com maior rigor como se deu a absorção dos ícones modernos num Estado pequeno da Federação, uma vez que os trabalhos existentes estão voltados para cidades de maior porte. Até que ponto os elementos, que aparecem na dinâmica da vivência moderna, foram incorporados pela política pública e pelos costumes culturais da sociedade paraibana, observando-os a partir da representação intelectual.

As considerações finais consistem numa apreciação em forma de sinopse do texto integral, assim como visam apontar alguns caminhos, desdobramentos possíveis a partir da pesquisa empreendida, no sentido de sugerir futuras investigações.

CAPÍTULO I

1 - O legado da modernidade: plural e ambivalente

1.1 – É moderno porque é plural.

O legado da modernidade, enquanto movimento específico e datado na história, pertence à tradição ocidental, e a parte da Europa Oriental quando se reporta, privilegiadamente, às manifestações artísticas.

A tradição ocidental, a partir do desenvolvimento e dominação do sistema capitalista, impõe sua própria experiência aos universos não ocidentais. Entretanto, alguns dos índices caros à modernidade não são absorvidos plenamente por outras culturas, inclusive nos dias atuais. Dessa dinâmica desigual dos tempos emerge debates historiográficos sobre problematizações acerca de modernidades tardias.

Mesmo as sociedades ocidentais não logram, em sua totalidade, usufruir das premissas da modernidade, sendo esse elemento um aspecto pontual da sua crise contemporânea. Se a modernidade pressupõe, entre outras conquistas, uma elevação das condições de qualidade de vida, esta tem sido privilégio de uma parcela minoritária da população de todo o Ocidente -, dentro de uma mesma nação e entre as nações. Entretanto, quando se fala de modernidade se está diante de uma pluralidade de sentidos.

O par antigo/moderno está ligado á história do Ocidente, embora possamos encontrar-lhe equivalentes noutras civilizações e

noutras historiografias. Durante o período pré-industrial, do século V ao XIX, marcou o ritmo de uma oposição cultural que, no fim da Idade Média e durante as Luzes, irrompeu na ribalta da cena intelectual. A meio do século XIX transforma-se, com o aparecimento do conceito de 'modernidade', que constitui uma reação ambígua da cultura 'a agressão do mundo industrial'. Na segunda metade do século XX generaliza-se no Ocidente, ao mesmo tempo que é introduzido noutros locais, principalmente no Terceiro Mundo, privilegiando a idéia de 'modernização', nascida do contacto com o Ocidente. (LE GOFF, 1984, p.370)

Ao analisar os conceitos referentes ou que giram em torno das idéias de moderno, novo, antigo, tradição, modernidade; o historiador francês Jacques Le Goff chama a atenção para que nem sempre moderno/antigo se contrapõem ou se contrapuseram ao longo da história, considerando os diversos tempos e espaços dentro e a partir dos quais são analisados. Antigo pode ser traduzido por tradicional e moderno por recente, por exemplo. Os próprios termos remetem a uma pluralidade de sentidos, adjetivando momentos e percepções diversas.

Preocupado em assinalar as relações entre moderno, modernidade, modernismo o historiador francês percorre períodos e tendências da historiografia e da filosofia. Ao focalizar especificamente a modernidade, reportar-se a Baudelaire, R. Barthes e H. Lefebvre. A este último atribui o lugar de teórico da modernidade.

A modernidade é o resultado ideológico do modernismo. Mas – ideologia do inacabado, da dúvida e da crítica – a modernidade é também impulso para a criação, ruptura declarada com todas as ideologias e teorias da imitação, cuja base é a referência ao antigo e a tendência para o academismo. (Idem, p.385)

Zygmunt Bauman, em *Modernidade e Ambivalência*, discute a questão da datação que envolve a idéia de modernidade. O consenso, segundo este autor, não existe quanto ao tempo, tampouco quanto ao objeto. Ao ser aprisionado, o objeto -, a modernidade, escapa do controle do analista. A classificação e os

limites historiográficos de tempo e espaço são parte constituinte do arcabouço analítico da e sobre a modernidade.(BAUMAN, 1999, p.11-12)

Toda a dinâmica que envolve as conceituações está sujeita a controvérsias. O conceito produzido, qualquer que seja, está localizado no tempo e no espaço, é histórico, pois inserido em um lugar de produção (CERTEAU,2002)

Os séculos medievais⁴, guardados pelos muros dos mosteiros e dos castelos, encerram algumas das possibilidades de independência do metafísico e do sobrenatural. Possibilidades de independência que permitiram aos humanos erguerem um mundo humano desteologizado à proporção que derrubavam os muros medievos. Alimentados pelas suas inquietações, os humanos (re)elaboraram a posse dos espaços sufocados pelo teocentrismo e pelo medo que marcou, em grande parte, as relações de sociabilidade no mundo medieval.

A princípio, a ambigüidade no padrão de valores, principalmente do final do período medieval e início dos tempos modernos, configurou o perfil mais nítido da modernidade. O desejo de manutenção do tradicional conviveu conflituosamente com um processo de ebulição impossível de controle e retrocesso. Idéias, temores, questionamentos, novos padrões de moralidade e éticos; filosofias, ciência transbordaram os muros dos castelos e mosteiros do medieval - ainda sem conhecer caminhos, mas abrindo trilhas, vertendo ao solo os empecilhos.

Le Goff afiança que é com o Renascimento, e suas idéias de moderno e antigo que

⁴ Sublinha-se que o período medieval correspondeu a uma experiência histórica heterogênea, que variou no tempo e no espaço nos quais se desenvolveu. Muito pouco das características que o identifica como um período de trevas corresponde à realidade histórica. Sobre esta problemática a historiografia tem sido bastante rica, embora não chegue tão facilmente ao domínio público e as escolas nos anos elementares. Portanto, não parece incorreto perceber, no período medieval como um todo, a presença significativa de elementos que o habilitem como contraponto àquelas características acima mencionadas. Claro que tais elementos estão presentes principalmente no que se chama período de transição; mas é importante lembrar que doutores da igreja, como Abelardo, não pertencem ao período final, por exemplo; assim como é importante ressaltar que na fase de dominação carolíngia, naquele que é considerando o início do medieval, houve um tempo/espaço de riqueza na produção intelectual. Não cabe aqui elencar uma bibliografia sobre história medieval, mas esta é bastante acessível aos estudiosos e mesmo aos leigos. Lembra-se apenas dois nomes por ilustração Georges Duby e J. Le Goff, historiadores franceses, renomados medievalistas.

(...), a modernidade pode camuflar-se ou exprimir-se sob as cores do passado, entre outras, as da Antiguidade. É uma característica das 'renascenças' e, em especial, do grande renascimento do século XVI. A moda retro é hoje uma das componentes da modernidade. [...] Na metáfora das idades da vida, o 'antigo' participa assim, da ambigüidade dum conceito que oscila entre a sabedoria e a senilidade. (1984, p.371) (grifo do autor)

Segundo este autor, todas as sociedades históricas vivenciam, mesmo que disso não tenha consciência, suas modificações e grandes e pequenas transformações.

A palavra 'moderno' nasceu com a queda do Império Romano no século V; a periodização da história em antiga, medieval e moderna instaurou-se no século XVI, cuja "modernidade" por Henri Hauser [1930]; Théophile Gautier e Baudelaire lançam o conceito de modernidade na França do segundo Império, quando a revolução industrial se está a impor; economistas, sociólogos e politólogos definem e discutem a idéia de modernização na sequência da Segunda Guerra Mundial, no contexto da descolonização e da emergência do Terceiro Mundo. O estudo do par antigo/moderno passa pela análise dum momento histórico que segrega a idéia de 'modernidade' e, ao mesmo tempo, a cria, para denegrir ou exaltar – ou simplesmente, para distinguir e afastar – uma 'antiguidade', pois que tanto se destaca uma modernidade para a promover como para a vilipendiar. (Idem, p.372).

Quando trata das diversas nuances assumidas pelos termos e afirma que os conflitos entre antigo/moderno existem desde a Antiguidade, Le Goff percorre os significados a partir dos séculos e dentro dos contextos históricos. A idéia de moderno e antigo sofreu diversas modificações até atingir o sentido que lhe é dado hoje.

[...] com base na herança histórica entre antigos e modernos, a revolução industrial vai mudar radicalmente os termos da oposição no par antigo/moderno, na segunda metade do século

XIX e no século XX. Aparecem três novos pólos de evolução e de conflito: na passagem do século XIX para o século XX, movimentos de ordem literária, artística e religiosa reclamam-se ou são rotulados de 'modernismos' – termo que marca o endurecimento, pela passagem a doutrina, de tendências modernas até então difusas; o encontro entre países desenvolvidos e países atrasados leva para fora da Europa Ocidental e dos Estados Unidos os problemas da 'modernização', que se radicalizam com a descolonização, posterior a Segunda Guerra Mundial; para concluir, no seio da aceleração histórica, na área cultural ocidental, simultaneamente por arrastamento e reação, aparece um novo conceito, que se impõe no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes: a 'modernidade'. (Ibidem, p.378).

Zygmunt Bauman focaliza inicialmente a modernidade como a coexistência da ordem e do caos. Ambos “são gêmeos modernos” (1999, p.12).

A ordem é o contrário do caos, este é o contrário daquela. Ordem e caos são gêmeos modernos. Foram concebidos em meio à ruptura e colapso do mundo ordenado de modo divino, que não conhecia a necessidade nem o acaso, um mundo que apenas era, sem pensar jamais em como ser. Achamos difícil descrever com seus próprios termos esse mundo descuidado e irrefletido que precedeu a bifurcação em ordem e caos. Tentamos capta-lo sobretudo com o recurso a negações: dizemos a nós mesmos o que aquele mundo não era, o que não continha, o que não sabia, o que não percebia. Esse mundo dificilmente poderia se reconhecer em nossas descrições. Ele não compreenderia do que estamos falando. Não teria sobrevivido a tal compreensão. O momento de compreensão seria o sinal de sua morte iminente. E foi. Historicamente essa compreensão foi o último suspiro do mundo agonizante e o primeiro grito da recém-nascida modernidade.(Idem) (grifo do autor)

O sentido de ambivalência define parte significativa, fundamental e constituinte do que seja modernidade. “[A] existência é moderna na medida em que se bifurca em ordem e caos” (Ibidem, p.14) Na modernidade, lutar contra a ambivalência para garantir a ordem é, embora tarefa inglória, sua também condição de existência. Continuando no diálogo com Zygmunt Bauman, este afirma:

A história da modernidade é uma história de tensão entre a existência social e sua cultura. A existência moderna força sua cultura à oposição de si mesma. Essa desarmonia é precisamente a harmonia de que a modernidade precisa. A história da modernidade deriva seu dinamismo excepcional e sem precedentes da velocidade com que descarta sucessivas versões de harmonia, primeiro desacreditando-as como nada mais que pálidos e imperfeitos reflexos dos seus foci imaginarii. Pela mesma razão, pode ser vista como a história do progresso, como a história natural da humanidade. (1999, p.17) (grifos do autor)

Dentro desta perspectiva, o sentido de modernidade é o da convivência com os contrários, acreditando que é possível estabelecer um equilíbrio, que é possível o restabelecimento definitivo da ordem. Nessa aventura de buscar o equilíbrio, o progresso ou a idéia de progresso assoma ao ser moderno como um estágio a ser sempre alcançado na medida em que se logra conquistar a ordem.

No entanto, como nos diz Zygmunt Bauman, a dinâmica moderna descarta sempre todas as “verdades” que ela mesma formula. A razão humana preconiza a convivência obrigatória com o conflito, com as alteridades, com o ambíguo, mesmo acreditando na plena possibilidade da ordem e com esta, do progresso.

O discurso da modernidade, na medida em que instaurou a superioridade dos princípios racionais, forjou a ciência como método e como condição fundamental e necessária para a perfeita compreensão do mundo, principalmente a partir do século XIX, mais detidamente em sua segunda metade. Até princípios do século XX, a humanidade vivenciou os tempos sólidos das certezas: na ciência, na capacidade de invenção tecnológica, no progresso.

Aliada ao desenvolvimento científico o homem criou a potencialidade infinita da tecnologia, também esta a serviço da dominação sobre si mesmo e sobre a natureza. A razão libertária, lenda cultivada pela modernidade, quer o homem crítico, capaz de estabelecer parâmetros para o seu desenvolvimento científico e tecnológico como demonstração da sua inteligência e sabedoria. Deseja mesmo

transformar o sentido, ou o próprio conceito do que seja ciência, assim como da relação entre a ciência e a tecnologia, entre aquela e a natureza.

Sobretudo, a idéia de razão livre pressupõe a comunicação entre as diversidades de padrões sociais -, seria, portanto, uma preocupação, uma teoria e uma prática alicerçadas nos princípios humanistas, no que este incorpora de mais amplo. É possível que este seja um desejo oriundo de um pensamento idílico do homem bom. Um ser e uma modernidade inexistente. Despida das suas contradições, a modernidade não existiria.

A experiência da modernidade histórica habilitou os humanos para uma cosmogonia incompleta quando os desabilitou para a compreensão do imponderável e do metafísico. Baseada na razão, a modernidade nomeia, classifica, explica, etiqueta -, estabelece uma ordem fundada no racionalismo que priva o humano do sentido trágico e cômico e do sentido mágico e metafísico e os atira nos braços da melancolia. O inexplicável passou a pertencer ao âmbito do porvir, no sentido de que se aprofundando no racionalismo é possível avançar para compreender e explicar. Separado do mágico, o inexplicável moderno está definido como objeto de estudo.

É possível afirmar que os homens, na antiguidade, vivenciaram lado a lado com os deuses; deram lugar a um Deus onisciente, onipresente, onipotente, no período medieval -, Deus criador dos homens. Mas na modernidade passou de criador a criatura, criado pelos homens para preencher uma lacuna do imponderável, daquilo que ainda não havia sido desvendado. Deus criatura é aquele que preenche o espaço dos afetos, mas junto com ele está a arte, no mesmo patamar. Conceitualmente, para a modernidade sólida (BAUMAN)⁵, o mágico é apenas estético, nunca criador.

A razão é posta como o substrato privilegiado do mundo moderno e um dos mais importantes entre os seus significados e significantes é o de que o homem transcendeu e dominou a natureza. A razão incorpora ao âmbito do humano a

⁵ Bauman desenvolveu a tese de modernidade sólida e líquida, esta última correspondendo ao período atual ou pós-moderno.

idéia e a prática que não admitem sujeição à dinâmica da natureza - o ser humano passou a constituir-se naquele que domina, transforma, modifica. O homem racional moderno é o que aprendeu com o juízo que ele mesmo elaborou de Deus, em um momento histórico determinado - o medievo -, e tornou-se criador.

Em *Contrastes*, poesia publicada na única obra do seu autor, *Eu e outras poesias*, o poeta Augusto dos Anjos define o humano como:

A antítese do novo e do obsoleto,
O Amor e a Paz, o Ódio e a Carnificina,
O que o homem ama e o que o homem abomina,
Tudo convém para o homem ser completo! (1994:76, grifo meu)

Tudo convém para o homem ser moderno. O que o torna um ser completo é o mesmo que o faz um ser moderno porque estabeleceu a convivência com os conflitos.

Ensaio Sobre a Cegueira (1999), romance de José Saramago, começa com a descrição de uma cena comum ao mundo das cidades de hoje. A imagem é perfeita: Ansiosos diante da cor vermelha de um semáforo, os motoristas ensaiam arrancar os carros como se fossem cavalos espreitando chicotadas no ar. Mas um motorista se fixa no asfalto ao fazer-se verde a luz luminosa e deixa aquele movimento como parado num recurso de câmara lenta. Ficara cego aquele motorista, cego de repente, sem perceber o porquê da sua desdita.

O romance, como observa a crítica de Arthur Nestrovski (1999) - na apresentação do livro de Saramago, é um tratado sobre a ética. José Saramago problematiza a angústia do mundo moderno (ou pós-moderno ou de ambos), perdido em sua violência e velocidade, esquecido da sua moral, amores e afetos, esquecido da solidariedade. O desassossego do homem moderno, que o faz perguntar por vários meios sobre o sentido da modernidade, parece advir do medo de se ter perdido para sempre do seu projeto humanístico, sem nada ter para por em seu lugar. Uma modernidade que se viu engendrar e sair de suas entranhas os

sistemas ditatoriais em vários países, a exemplo do nazismo, fascismo, stalinismo e várias ditaduras latino-americanas.

A modernidade é a convivência dos contrários e a busca permanente de um equilíbrio nunca alcançado em sua plenitude. A angústia da contemporaneidade, que assiste e vivencia a potencialização dos conflitos modernos, vem da incompreensão do que é SER/ESTAR/CONSTRUIR-SE moderno. No tempo da modernidade líquida (BAUMAN), hiper-modernidade (G: LIPOVETSKY) ou pós-modernidade, valores éticos e morais sólidos, certezas e racionalismo não respondem às demandas contemporâneas, tampouco coetâneas. A ambigüidade moderna se potencializa no presente e o seu perfil de convivência entre os contrários está sobejamente visível, explícito.

Considerando a partir dessa perspectiva, o sentido de modernidade se distancia do pensamento dicotômico de razão libertadora e razão sistêmica, A razão se forjaria dentro do múltiplo. A modernidade como multiplicidade é uma compreensão a partir das filosofias da diferença, num olhar posto em devires e recusa a perspectiva de origens e ontologias, assim como questiona o privilégio da razão iluminista. (NETZSCHE, FOUCAULT, DELEUZE)⁶

1.2 - Sonhos de uma modernidade perfeita.

Passeando na sala de um museu, um jovem pintor contempla quadros de Vincent Van Gogh. Cores, formas, angústias e belezas transbordam da tela, inundam a sala ampla e os sentidos do aprendiz. Senta-se diante delas e ali se deixa ficar por um tempo, tentando embrenhar-se nos mistérios dos traços ímpares do mestre holandês. Resolve retirar-se com os seus apetrechos de aluno de pintura, mas o desejo de penetrar aquele universo o retém, o faz rever as telas

⁶ Os títulos que servem de referência para este trabalho estão nas referências bibliográficas.

uma a uma até que se percebe capaz de encontrar o mestre, ouvir respostas. Indiferente ao passar do tempo, ele sonha diante dos quadros.

Como necessitasse de informações, o aprendiz penetra nos caminhos de Van Gogh pelas margens do rio onde algumas mulheres cumprem em grupo tarefas do cotidiano doméstico. Não liga para os conselhos jocosos das lavadeiras. A loucura, sobre a qual o advertem, em meio aos risos estridentes, já era também sua. Deixa-as para trás e sobe a ponte. Pelos campos busca ansioso o pintor até que avista sua silhueta no centro da paisagem plana –, apressa-se.

Vincent Van Gogh o espera e o incita a pintar. - Aproveitasse a luz do sol que logo iria entrar em repouso, pensar em pintar não era o mesmo que fazê-lo e não era mesmo nada fácil transpor para as telas as paisagens. Muitas vezes estas lhe escapavam. A brevidade dos momentos, afirmava Van Gogh, o extasiava, excitava. Interrompido pelo jovem desejoso de entender o método do mestre, Vincent Van Gogh diz: - escravizo-me, torno-me um homem/locomotiva, um homem em permanente metamorfose. Transformado pela luz, pelas cores, pelos traços da natureza arredia.

Van Gogh some apressado e o jovem pintor tenta, em vão, alcançá-lo. Entretanto, o encontro parece lhe dar meios para olhar a pintura, são as suas respostas, as respostas que buscava, quando desistira de sair do museu e aceitara o desafio de sonhar.

Como o historiador imaginado por Carlo Ginzburg⁷, que percorre os entrelaçares das linhas de um tapete, o jovem pintor percebe os caminhos inicialmente escuros. Aos poucos raios de luz e cor derramam-se monocromáticos: vermelho, ocre, azul, branco – para, em seguida, se misturarem, forjarem tons -, nuances de formas em rabiscos dão lugar às flores, às casas e árvores, ao plantio. Pelos caminhos estreitos da paisagem, corre tentando alcançar o mestre, que entre os Corvos desaparece no declive da montanha. Mas ao sair do museu um Van Gogh passara a existir, o do seu sonho.

⁷ Carlo Ginzburg, no seu livro *Mitos, Emblemas e Sinais*, no texto *Raízes do Paradigma Indiciário*, trabalha com analogias entre o ofício dos historiadores, dos médicos, dos detetives e da crítica pictórica.

Van Gogh lança sobre telas pinceladas da dor do ser moderno. Aquele ser que sempre duvida sob a luz da razão, que transgride as certezas religiosas. O ser jogado nos braços da melancolia. No vigor racionalista do século XIX, a razão aprisiona tanto quanto os grilhões do teocentrismo.

Sonhos de Akira Kurosawa,⁸ como num feixe enlaçado por percepções, está a metáfora perfeita e de beleza rara de modernidade. Uma modernidade ideal. Uma modernidade que não se deixa seduzir pelo progresso, que entende o homem inserido na natureza, parte constituinte desta. Um sentido de modernidade que, sem abrir mão da razão, absorve e entende o mágico; uma modernidade que não se faça nua de sonhos e fantasias, que não aprisione a criatividade nas teias das leis e das normas.

A ciência não é a tecnologia e a tecnologia não priva de inocência irresponsável. Nos sonhos mágicos de Akira Kurosawa, a geografia e a política não separam os homens, não erguem mundos de guerras. Sonhos é um libelo em favor da modernidade na perspectiva de entender a cultura, a arte e a ciência como universais e o universo moderno como plural. Mas sem embrenhar-se no individualismo exacerbado da hiper-modernidade, sem destituir-se da noção de sujeito e coletividade. A modernidade ideal é um libelo humanista.

O cineasta japonês, livre de pudores e culpabilidades, absorveu a cultura, a arte e a ciência ocidental como indissociáveis dos mesmos ícones da civilização oriental. Os diversos episódios, ou os vários sonhos do mestre do cinema refletem sobre o uso da ciência subjugada ao poder, à tecnologia e ao consumo. Outros episódios ou sonhos, como o que retrata um pequeno lugarejo no Japão, são explícitos quanto à necessidade de demonstrar que a tecnologia e o controle científico são insuficientes ou mesmo ineficientes para responder às demandas humanas e, no entanto, são irreversíveis.

Assim como os pincéis de Van Gogh construíram nuances da dor moderna, a batuta de diretor de Akira Kurosawa traçou perfis da angústia hiper-moderna. Nas

⁸ O cineasta Akira Kurosawa, o filme *Sonhos*, composto de diversos episódios. O que foi narrado no texto é o “sonho” de um jovem que aprende pintura e que vai se exercitar em um Museu.

expressões e construções de uma cosmogonia artística, ambos problematizam pluralidades temporais que envolvem vivências dos seus espaços e tempos.

A vivência preconizada pelos princípios da modernidade elidiu o fenomenológico, passando a ser a experiência humana o resultado de diversas possibilidades de inter-relações e interpretações as mais heterogêneas. A história não se faz apenas pela racionalidade, a história é vida, é alteridade, é multiplicidade, é devir.

1.3 - Aventuras da modernidade: a invenção do velocímetro.

O Templo da descrença – ei-lo que avisto. A imensa
Cruz da Dor está serena como um lírio!
E vejo o pedestal que sustenta o Martírio;
E vejo o pedestal que sustenta a Descrença!

A colunata êxul do Sonho Morto – o círio
Da quimera Falaz, o túmulo da Crença,
Tudo! Até o altar onde a angústia vibra intensa
N'uma fúria assombral de feras em delírio!

Penetro louco enfim o abismo funerário,
E a rasgar, a rasgar o lúrido sacrário,
Em mim como no templo a angústia se condensa,

E em mim como no Templo, urnas de Sonhos; e, em
Flores mortas da Aurora, e, eu sombrio chorando
Ante a imagem fatal do sepulcro da Crença! (ANJOS, 1994, p.280)

As aventuras da modernidade dessacralizam as relações, os olhares sobre os mistérios. A modernidade nos versos do poeta Augusto dos Anjos, é veloz e cética, busca através da tecnologia imprimir controle sobre a natureza e as sociabilidades.

Os séculos XIX e XX consubstanciaram os auspícios da modernidade. Mais do que isso: foram os séculos que viram ampliarem-se as perspectivas humanas

até limites antes impensados pelos homens do renascimento. Entre 1860 e 1945 mudanças verticais envolveram a todos num turbilhão de invenções, no tempo da velocidade.

Na segunda metade do século XIX o mundo conheceu a ampliação das potencialidades humanas no que concerne aos grandes avanços da tecnologia aliados às descobertas da ciência. Isto foi possível no arcabouço da formação capitalista desenvolvida a partir de algumas nações européias que investiram sobremaneira numa ampla capacidade de produção. Dentre outros aspectos, houve uma internacionalização do capital com grande expansão sobre áreas coloniais.

É um período marcado pela disputa, entre nações européias, para exercer domínio sobre as regiões colonizadas durante os três séculos anteriores ou que estavam fora do conjunto colonial. A disputa se dava no âmbito da França e Inglaterra, mas também de duas outras nações recentes, a Itália e a Alemanha, principalmente esta segunda e iria contar muito em breve com a presença forte de uma jovem nação americana, os Estados Unidos da América e, em seguida, também do Japão. Foi o período que se caracterizou pelo imperialismo sobre África, parte considerável da Ásia e do restante das Américas.

Uma [das] característica marcante da Revolução científico-tecnológica é o impulso extraordinário que ela deu para a consolidação da unidade global do mercado capitalista. Nesse sentido, se a primeira industrialização dera origem a unidades produtivas relativamente modestas, as fábricas, pelo elementar de suas máquinas e o limitado número de trabalhadores, esse novo salto produtivo gerou gigantescos complexos industriais, com equipamentos sofisticados e de grande escala, como as turbinas elétricas ou as usinas siderúrgicas, envolvendo em cada unidade até dezenas de milhares de trabalhadores. Essa prodigiosa escalada de produção obviamente tanto implicava uma corrida voraz pela disputa de matérias-primas disponíveis em todas as partes do mundo, como também exigia a abertura de um amplo universo de novos mercados de consumo para absorver seus excedentes maciços. Foi essa ampliação na escala das demandas e das exportações que gerou o fenômeno conhecido como neocolonialismo ou imperialismo, que levou as potências industriais, na segunda metade do século XIX, a disputar e dividir

entre si as áreas ainda não colonizadas do globo ou a restabelecer vínculos de dependência estreitos com áreas do passado colonial. (SEVCENKO, 1998, p.12)

Ampliar o capitalismo significou alterar os valores, ritmos e espaços das culturas sobre as quais se desejava exercer o poder. Não bastaria um controle sobre as classes dirigentes, era preciso traduzir em novos padrões culturais as aspirações das sociedades que iriam se vincular ao mundo civilizado.

Ainda que não se possa desmerecer o ideal de muitos homens, a pressão exercida sobre o Brasil para extinguir a escravidão, por exemplo, sobretudo, pela Inglaterra, derivava dessas pretensões. Os homens empresários, empreendedores daquela época tinham consciência de que não se poderia separar o mercado, fosse ele capitalista ou não, das outras instâncias sociais, mas no caso do mercado capitalista, esta verdade é sobremaneira sensível. É um mercado que sobrevive das necessidades primárias e daquelas por ele criadas.

Ângela Marques e Lília Moritz em *Virando Séculos* (2000) colocam como anexo uma lista das invenções tecnológicas e descobertas científicas. Da coca-cola e barbitúricos ao avião e hidro-avião, tudo foi pensado e inventado no decorrer do século XIX e XX. Ver ainda Sússekind(1987), Sevcenko(1998), Costa & Schwarcz(2000), apenas citando alguns entre os diversos trabalhos que inventariam as novas invenções e descobertas.

Em versos do poema *Monólogo de uma Sombra*, Augusto dos Anjos passeia pelas invenções tecnológicas com certo espanto, tentando decifrar seus mistérios.

Será calor, causa ubíqua de gozo,
Raio X, magnetismo misterioso,
Quimiotaxia, ondulação aérea,
Fonte de repulsões e de prazeres,
Sonoridade potencial dos seres,
Estrangulada dentro da matéria! (ANJOS, 1994, p.5)

Em outro poema, *A aeronave*, Augusto dos Anjos saúda o invento que singra os céus modernos:

Cindindo a vastidão do Azul profundo,
 Sulcando o espaço, devassando a terra,
 A aeronave que um mistério encerra
 Vai pelo espaço, acompanhando mundo.
 [...]
 Cheia de luz do cintilar de um astro,
 Deixa ver na fulgência do seu rastro
 A trajetória augusta da Ciência. (Idem, 1994, p.267)

Da Paraíba, no início do século XX, Augusto dos Anjos saúda tanto quanto se espanta e rejeita aspectos da modernidade. No caso do poeta, suas impressões são traçadas para o contexto tecnológico/científico, mas, sobretudo, para questões filosóficas da modernidade.

O foco central da crítica, entretanto, de uma maneira geral, seja ou não expressa por intelectuais paraibanos, dá-se no sentido científico/tecnológico. Expõem-se os receios, a nostalgia, o desconforto e/ou o encantamento para com inventos e teses que modificaram padrões de sociabilidade dos e entre os que foram contemporâneos das mudanças.

Através de manifestações de receios ou júbilos, todos parecem concordes que as transformações entre o final do século XIX e primeira metade do século XX pareciam grassar a vida das pessoas como tufões avassaladores. Eram os primeiros passos do homem virtual, cibernético - da contemporaneidade.

1.4 - Leituras da modernidade brasileira.

Este terceiro volume da História da vida privada no Brasil procura acompanhar o fluxo intenso de mudanças, atingindo todos os

níveis da experiência social, que se concentrou de fins do século XIX até cerca de meados do século XX. Estimuladas sobretudo por um novo dinamismo no contexto econômico internacional, essas mudanças irão afetar desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir aos estímulos luminosos, a maneira de organizar suas afeições e de sentir a proximidade ou o alheamento de outros seres humanos. De fato, nunca, em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos[...]. (SEVECENKO, 1998, p.7-8)

Desta forma o historiador Nicolau Sevcenko inicia sua introdução ao volume por ele organizado que trata da *Belle Époque à Era do Rádio*.⁹ As transformações profundas sobre as quais o historiador se refere vêm sendo trabalhadas por vários autores na historiografia brasileira.¹⁰ Trata-se de um processo que insere a sociedade brasileira nos cânones e aspirações que pertenciam ao mundo ocidental. São estudos que buscam verticalizar aspectos de como se deu a inserção brasileira na modernidade.

O caráter ambíguo da modernidade também está explicitado em Walter Benjamin (1987:225) “[...]. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”. Nada mais condizente com a experiência brasileira das primeiras décadas da República, que no afã de tornar-se moderna e

⁹ *História da vida privada no Brasil*, vol 3, Coleção dirigida por Fernando Novais e volume organizado por Nicolau Sevcenko. Referência completa na bibliografia.

¹⁰ O próprio Nicolau Sevcenko tem outras incursões sobre a temática: *A revolta da vacina, Literatura como missão, Orfeu extático na metrópole*. José Murilo de Carvalho com *Os Bestializados, Teatro de Sombras, A Formação das Almas*. Sob organização de Maria Amélia M. Dantas: *Espaços da ciência no Brasil*. Sobre Pernambuco e o Recife em relevo: Manoel de Souza Barros com *A década de 20 em Pernambuco*, Paulo Henrique Martins *Pernambuco e a modernidade* e Antonio Paulo Rezende com *(Dê)s Encantos Modernos*; Flora Süssekind, entre outros trabalhos, *Cinematógrafo de letras*. Ângela Marques da Costa e Lília Moritz Schwarcz com *Virando séculos*. Esta última autora escreveu também *D. Pedro II, um monarca dos trópicos*, que se dedica em parte às reflexões sobre os caminhos da modernidade no Brasil, ainda no período imperial. Sidney Chalhoub comparece à historiografia em *Lar e Botequim, Visões da Liberdade, Cidade febril e Machado de Assis historiador*. Essas obras estão entre tantas outras de publicações recentes ou mais próximas dos próprios acontecimentos que lhes deram origem. Algumas obras são ricas nessa temática mesmo que dela não se ocupe de forma predominante. Enfim, são citados alguns títulos como exemplo dentro do vasto conjunto historiográfico.

civilizada, buscou transformar a sociedade da noite pro dia, mesmo que pra isso fosse necessário recorrer à intolerância, ao autoritarismo e a exclusão.

Tanto o episódio de Canudos quanto o da Revolta da Vacina, com suas evidentes afinidades, são dos mais exemplares para assinalar as condições que se impuseram com o advento do tempo republicano. Um tempo mais acelerado, impulsionado por novos potenciais energéticos e tecnológicos, em que a exigência de acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global suscitou a hegemonia de discursos técnicos, confiantes em representar a vitória inelutável do progresso e por isso dispostos a fazer valer a modernização 'a qualquer custo'. As ações concretas desencadeadas por esses discursos[...] se traduzem em formas extremas de opressão quando voltadas para a populações destituídas de qualquer educação formal e alheadas dos processos decisórios. Casos como {Canudos e R. da Vacina} se multiplicaram, como se sabe, em outros episódios trágicos como, apenas para ilustrar, a Guerra do Contestado (1912-6) na fronteira entre o Paraná e Santa Catarina ou o bombardeio desumano da população paulista quando da Revolta de 1924, seguido de execuções sumárias de imigrantes. (SEVECENKO,1998, p.27)

As cidades brasileiras, principalmente as capitais, mas também algumas cidades interioranas, aquelas de maior representatividade econômica e/ou aquelas que contaram, no período, com um mais eficiente "lobby" político – modernizaram-se, mesclando o novo e o velho, num amálgama intrincado e difícil de compartimentalizar.

Não apenas as diferenças na localização temporal conferem sentido ao que seja velho ou novo, mas as correlações estabelecidas pelos desejos e suas respostas, assim como pelas correlações de forças entre os diversos grupos sociais que, de alguma forma, emprestam significado à organização política, numa dada sociedade, em um momento determinado. Parte desse juízo encontra-se na afirmativa de Rezende (1997, p.23): "As coisas recentes e as coisas velhas ameaçam se confundir quando pensamos que é, apenas, a distância temporal que as faz diferentes".

A modernidade, nem sempre, ou, necessariamente, está de acordo com altos investimentos econômicos: com industrialização, investimentos em tecnologia.

Muitas vezes a modernidade se expressa por vias tortuosas ou ainda convive com o autoritarismo e as formas consideradas arcaicas de produção.

Madeira e Veloso, no livro *Leituras Brasileiras* (1999, p.32), chamam a atenção para a dinâmica da qual fluem contradições inerentes à convivência entre a tradição e o moderno. O padrão constante de ambigüidade que permeia essas relações a todo tempo está presente neste trabalho que se propõe analisar o processo particular de modernidade a par com a identidade brasileira; elaborando leituras intertextuais, principalmente a partir de Mário de Andrade, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda.

A modernidade, de acordo com o pensamento expresso por Madeira e Veloso, já presente no século XV, teria como seu último e atual desdobramento a globalização e vem se desenvolvendo como o resultado de experiências econômicas, políticas e culturais. Seria necessário, para compreender a dinâmica da modernização em regiões americanas, refletir sobre as metrópoles e suas colônias, enquanto experiências históricas com pontos de similaridades e específicos. Experiências históricas que receberam e construíram matrizes diversas e dotadas de especificidades culturais, uma vez que coube a esta experiência histórica inaugurar nas novas formações sociais -, as colônias, a aventura da modernidade que estava sendo gestada na Europa ocidental.

Talvez possamos relativizar a verdade das narrativas sobre a gênese da modernidade se invertermos a perspectiva e considerarmos, como mostrou Marx, ao analisar as formas de acumulação primitiva de capital, que a modernidade se tornou possível pela exploração e pelo comércio do ouro, da prata e de outros metais preciosos, produtos coloniais extraídos da África e da América que propiciaram o surto de desenvolvimento alcançado pelo capitalismo europeu nos séculos XVIII e XIX (MADEIRA & VELOSO, 1999, p.32).

Ou seja, para essas autoras, a colonização, na medida em que significou o auferimento de grandes dividendos para os colonizadores, consubstanciou em

termos de capitalização o desenvolvimento das forças modernas, a construção do mundo moderno.

A afirmação delimita a construção do mundo moderno, quase exclusivamente, ou, no mínimo, privilegiadamente, ao capitalismo. Poder-se-ia contra argumentar que esse teria sido um dos elementos propulsores, sem concorrer para a premissa de sua predominância.

A civilização européia, imbuída de um sentido de progresso que irá marcar o ideal moderno ocidental, surge também na poesia de Augusto dos Anjos como um retrato de um movimento civilizador destrutivo, que sufoca as culturas encontradas nas Américas, por ocasião das expedições exploradoras.

A civilização entrou na taba
Em que Ele estava. O gênio de Colombo
Manchou de opróbrios a alma do mazombo, (grf.do autor)
Cuspiu na cova do morubixaba! (ANJOS,1994, p.53)

O progresso dos colonizadores significou a morte de muitos índios entre as nações encontradas pelos europeus nas terras americanas. Os versos de Augusto dos Anjos encontram ressonância em Madeira e Veloso, no sentido de entender os princípios da modernidade para regiões da América como resultado do processo de exploração e colonização. O momento histórico das colonizações (séculos XV a XVIII) configura o primeiro grande ímpeto de imposição cultural e arremessou os americanos, ou mesmo forjou sociedades americanas no compartilhamento dos cânones modernos ocidentais. Augusto dos Anjos vê nesse movimento um ícone privilegiado de como a modernidade se instaurou.

E o índio, por fim, adstrito à étnica escória,
Recebeu, tendo o horror no rosto impresso,
Esse achincalhamento do progresso
Que o anulava na crítica da história! (1984, p.53)

Entre o período inicial da colonização e a construção da sociedade brasileira do século XIX prevaleceu o modelo concentrador político e econômico. Prevaleceu uma construção sócio/cultural baseada na exploração e exclusão. As elites agrárias em todas as Províncias, mesmo que durante a colônia e a condição de Reino Unido estivessem subordinadas à metrópole, mantiveram o controle interno e forjaram as bases de poder no Brasil. Rosa Godoy Silveira, analisando relações de poder na Paraíba:

Quando o Brasil se separou de Portugal, foram as elites agrárias as condutoras da autonomia política. A participação de tropas e de povo, nos acontecimentos da chamada independência, esteve sob seu controle e limites, para não ameaçar a propriedade privada da terra, institucionalizada na Carta de 24, com a manutenção do sistema escravista e a restrição dos direitos políticos à população. Votar e ser votado era direito/privilegio dos grandes proprietários. (SILVEIRA, 1999, p.42)

Há, na construção do Estado Nacional brasileiro, uma razão de continuidade quanto à formação social, no sentido de estender para o Estado livre, as bases políticas montadas no período colonial. As contradições nas áreas “subdesenvolvidas” são mais visíveis, inclusive porque são percebidas no âmbito das comparações. A própria dinâmica colonial é parte formadora da modernidade européia da época e é de dentro dos parâmetros ali estabelecidos que se formaram as colônias.

O perfil do conflito pode ser percebido através do medo que os proprietários nutriam quanto à possibilidade de desordem social, de revoltas dos escravizados e homens pobres. Se as elites detinham o poder, este poder não se constituía num todo coeso e inquestionável. O poder é exercício e relações de poder configuram relações de forças.

Analisando a cidade do Recife, na perspectiva do advento da modernidade, Antonio Paulo Rezende afirma:

No Brasil, no século XIX, na construção dos tempos do Império, na luta pela dominação política, na formação dos aparelhos de Estado, nas disputas entre conservadores e liberais, as idéias de modernização estavam presentes. As campanhas abolicionistas, os ideais republicanos, a expansão da cafeicultura, as modificações trazidas pela imigração, (...) [esses ícones apareciam], sobretudo nos grupos dominantes com suas leituras do liberalismo e sua prática efetiva. [Também nos primeiros tempos da República, inquieta ante e partidária de tantas modificações] a semana de arte moderna de 22, as reformas urbanas, no movimento operário. (1997, p.18 - 19)

Jacques Le Goff, no texto *Antigo/Moderno: Um par ocidental e ambíguo*, reflete sobre a relação que se estabelece entre as antigas colônias e suas metrópoles, assim como a aspectos do desenvolvimento dessas antigas colônias, tomando como referência a questão da modernidade. Assim como Antonio Paulo Rezende, citado acima, Le Goff percebe nos movimentos que marcam a dinâmica de construção dessas sociedades um movimento identitário.

Jacques Le Goff, quando se refere à modernização, enfoca, inicialmente, o embate entre os índios americanos com os europeus. Em seguida focaliza o confronto, pós - independência das colônias, a partir do desenvolvimento sócio-econômico dos países colonizadores, que vão inserir as novas nações nos debates antigo/moderno.

[...] quase todas as nações atrasadas se encontraram perante a equivalência entre modernização e ocidentalização e o problema do moderno foi posto paralelamente ao da identidade nacional. Um pouco por todo lado distinguiu também a modernização econômica e técnica, da modernização social e cultural (1984, p.370).

Como muitos outros autores, o historiador francês ressalta a ligação entre modernização e progresso. Le Goff percebe, ainda, o grande movimento revolucionário da modernidade no século XX. A partir daí, a modernidade atinge todos os níveis da sociedade: “a economia, a política, a vida cotidiana, a

mentalidade” (1984, p.386). Para a modernidade plena do século XX, o econômico adquire status primordial.

[...] e, no complexo da economia moderna, a pedra de toque da modernidade é a mecanização, ou melhor, a industrialização. Mas, do mesmo modo que Fontenelle via no progresso de algumas ciências um progresso do espírito humano, o critério econômico da modernidade passa a ser entendido como um progresso da mentalidade. E, ainda que, é a racionalização da produção que é retida, como signo essencial da modernidade (1984, p.386-7).

O olhar que se volta para a experiência histórica de colonização como referência para pensar a modernidade não se constitui apenas num retorno ao passado, mesmo que lhe emprestando um sentido de elemento difusor do moderno. É, sobretudo, uma forma de compreender a necessidade de descolonizar o foco que os países americanos, em sua maioria, adotam para pensar a sua própria cultura.

Neste trabalho, que busca uma leitura quanto à recepção de ícones da modernidade, através da abolição, instauração republicana e o início do período republicano, esse ponto de observação é fundamental. Em todo o caminho percorrido pela sociedade brasileira na construção desses três importantes momentos da história, foram privilegiados os parâmetros e valores importados, principalmente da cultura européia que está na origem de suas fundações coloniais. Uma sociedade livre, mas constituída e percebida internamente sob o enfoque do padrão colonizador.

Para entender esse instante de construção de uma identidade brasileira, é necessário observar e analisar os discursos e ações que engendraram concepções culturais. Nesse sentido, é de suma importância perceber as vozes às vezes dissonantes, outras contraditórias, pois são as que melhor expressam o desejo de descolonização dos olhares.

1.5 - Era uma vez na história.

1.5.1 - Não apenas de ciência vive a história.

Os debates em torno da cientificidade da história ainda são recorrentes, embora já se prolonguem por várias décadas. A perspectiva teórica de influência positivista reduz, sobremaneira, o teor científico de um dado conhecimento à possibilidade de classificar, nomear, experimentar, provar, criar leis. Se um conhecimento produzido pelo homem não se presta a tais premissas, não pode se constituir em um conhecimento científico.

O conceito de ciência, tal como foi exposto acima, tem tempo e lugar de nascimento, o que poderia levar à argumentação de que tal conceito se aplica a algumas áreas do conhecimento sistematizado e não a todos e quaisquer saberes, ou seja, não configurado no seio de tais premissas não constituiria mesmo uma ciência. Constituiria um conhecimento diverso do conhecimento científico, sem que tal condição importe em sua desqualificação. Esta, talvez, constitua a perspectiva dos historiadores que não conceituam a história como ciência. As perspectivas do conhecimento científico é uma produção do pensamento moderno.

Michael Redhead (1997) afirma a plena existência do real, tanto quanto do seu contrário -, o simulacro. O real é um dado que independente do conhecimento sobre ele, independe das interpretações e das correntes teórico/metodológicas adotadas com o intuito de descobrir o real. À ciência cabe investigar para alcançar o conhecimento sobre as coisas. O conhecimento científico não pode ser uma representação, mas sim um reconhecimento. No trabalho aqui citado – *Da física á metafísica* – chega mesmo a ironizar afirmando que não gostaria de viajar no avião dos relativistas, mas no dos realistas. Haveria, portanto, uma objetividade e uma verdade científica.

Michael Redhead encontra-se entre os que se apressam em defender a tese de que a partir das concepções de representação não é possível conhecer; chega mesmo a caricaturar o sentido de relativo e subjetivo.

Ora, de algumas descrições da mecânica estática se poderia concluir que a explicação de uma lei termodinâmica, como o resfriamento de um gás à medida que ele se expande, depende de um fator subjetivo, o conhecimento humano – ou, mais correntemente, a ausência dele – a respeito do estado mecânico detalhado do gás. Mas isso é ridículo. Quando o gás esfria, ele esfria por causa de fatos objetivos acerca de átomos que estão colidindo com uma parede móvel. Se os átomos não colidissem com o pistão, o gás não esfriaria. O que nós sabemos, ou deixamos de saber, acerca do gás é completamente irrelevante em relação àquilo que faz o gás esfriar, quando o faz, ou então ao porquê de ele não esfriar, nos casos excepcionais em que não o faz (porque não há colisões com o pistão durante o intervalo temporal relevante. (1997.40)

As argumentações em torno da cientificidade dos saberes podem até parecer estéreis se não se considera que apenas esta condição empresta legitimidade e sentido ao conhecimento. Mais significativo fosse, talvez, admitir que o conhecimento não precise ser científico para ganhar validade ou ainda questionar os cânones referidos acima como indispensáveis à condição de ciência. Os humanos inventaram a ciência, nada os impede de desautorizar e (des)(re)inventar os cânones do conhecimento.

1.5.2 - História: ciência ou arte narrativa?

A história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; ela não explica e não tem método; melhor ainda, a História, da qual muito se tem falado nesses dois últimos séculos, não existe (VEYNE, 1998, p.12).

Esta afirmativa encontra-se na introdução do livro de Paul Veyne: *Como se escreve a História*. Para este autor, a história, como o romance, é uma narrativa. As diversas faces que um determinado evento pode apresentar, no emaranhado jogo das interpretações, configuram o limite para o historiador.

Aquilo que o historiador nomeia como evento chega à narrativa histórica por meio dos documentos. Cada testemunho é parcial e limitado e passa ainda pela interpretação do historiador, o historiador trabalha por indícios, complementa as lacunas forjadas pela parcialidade inerente aos testemunhos, isto consiste no ato de “dar vida à trama” (VEYNE, 1998, p.19) e aproximaria a história do romance.

A idéia de que o historiador trabalha muitas vezes por indícios remonta a um outro autor: Carlo Ginzburg. Este historiador sistematiza a fábula de Zadig (VOLTAIRE), o sábio da Babilônia, e tece associações com outros paradigmas.¹¹ No livro *Mitos, Emblemas e Sinais*, no texto *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, publicação de 1989, Carlo Ginzburg traça um quadro expressivo, e como não afirmar, simpaticamente convincente, de que o ofício dos historiadores se aproxima do ofício médico; daquele desenvolvido por Giovanni Morelli sobre a crítica para verificação de autorias de obras pictóricas; do romance de detetives, personagens algumas vezes criados por médicos de formação; da teoria da psicanálise, criada por Freud.

O paradigma indiciário na medicina, ou no labirinto das tramas policiais, não podendo contar com a presença, com a visibilidade do acontecimento, do objeto, ou do sujeito, infere a causa a partir dos efeitos. Como apropriar-se deste paradigma para a história?

Carlo Ginzburg compara o desenvolvimento das pesquisas sobre a natureza do conhecimento ao entrelaçar dos fios de um tapete. Através desta bonita imagem, o historiador explica:

¹¹ A idéia de que o historiador “reconstitui” a partir de uma prática investigativa não é pioneira com Carlo Ginzburg. Encontra-se, por exemplo, em R.G.Collingwood. O que singulariza o trabalho desse historiador, C. Ginzburg, é ter refletido sobre a questão a partir de várias fontes e ter sistematizado a idéia de Paradigma Indiciário.

A coerência do desenho é verificável percorrendo o tapete com os olhos em várias direções. Verticalmente, e teremos uma seqüência do tipo [indiciária] (...). Horizontalmente, e teremos no início do século XVIII um Dubos que classifica, uma ao lado da outra, em ordem decrescente de inconfiabilidade, a medicina, (...) e a identificação da escrita(...). O tapete é o paradigma que chamamos a cada vez, conforme os contextos, de venatório, divinatório, indiciário ou semiótico. Trata-se, como é claro, de adjetivos não sinônimos, que, no entanto remetem a um modelo epistemológico comum, articulado em disciplinas diferentes, (...). Ora, entre os séculos XVIII e XIX, com o aparecimento das 'ciências humanas', a constelação das disciplinas indiciárias modifica-se profundamente. [quase todas as ciências humanas remetem a medicina], (...). Mas, a que parte da medicina? Na metade do século XIX, vemos desenhar-se uma alternativa: o modelo anatômico de um lado, o semiótico do outro. (1989, p.170).

Os métodos, aparentemente científicos, totais e perfeitos, defendidos pelo cientificismo do século XIX encontram nesses parâmetros compreensivos (indiciários) sua origem. Mesmo a verdade supostamente superior de que se arvora a ciência física e experimental pode entrever no seu espelho do passado a presença dos indícios, dos traços, dos paradigmas divinatórios, venatórios que tão sobejamente os cientistas alcunham de primitivo.

As teorias de Newton ainda são suficientes para a explicação de alguns fenômenos, mas não contemplam as explicações físicas em sua totalidade. A Teoria da Relatividade e a Teoria Quântica puderam expor e explicitar, elucidar questões que não encontravam compreensão na física newtoniana.

Não é diferente quando os olhos se voltam às denominadas ciências humanas. Retomando a análise, em acordo com Paul Veyne (1998, p.42), observa-se como este aborda a questão da trama na história.

A trama pode se apresentar como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais, como uma análise espectral: ela será sempre trama porque será humana, porque não será um fragmento de determinismo.

A trama ocupa na história o sentido central da sua possibilidade de existência. Para Paul Veyne, em história como no teatro é impossível se dizer tudo de algo, uma vez que “não existe o fato social elementar, nem partículas factuais” (1998, p.43), ou seja, não é possível, para o historiador, separar os eventos em estado puro, imune às interpretações e escolhas. “Um fato não é um ser, mas um entrecruzamento de itinerários possíveis”. (1998, p.45)

Há muitos pontos de aproximação entre a história e a arte, alguns entre a história e as ditas ciências, daí, talvez, se possa tentar compreender as razões para uma permanente dúvida se a história é ciência, arte, ambas a um só tempo, ou nenhuma destas –, mas história: com objetos e métodos próprios, não reduzíveis aos princípios científicos e artísticos. História ciência ou história arte aponta para uma condição emblemática de um lugar de produção (CERTEAU) ou de uma episteme (FOUCAULT), emerge de contextos históricos específicos.

[...] A história, se quiser ser, não pode ser livre; é muito possível que ela seja um modo do discurso político, mas não deve ser uma propaganda; é muito possível que seja um gênero literário, mas não deve ser literatura. (LARDREAU, 1989, p. 18)

Afirmar que a história é literatura não parece convergir para a melhor análise. O artista, entre outros índices, dispõe da história construída pelos historiadores para elaborar a sua arte, inclusive e, principalmente a arte narrativa - a obra romanceada. O historiador não pode dispor apenas da história já construída para tecer a sua trama quando busca algo que possa preencher as lacunas deixadas pelos documentos, o artista sim. O historiador, ao elaborar a sua narrativa, soma à história construída outros momentos de reflexão que significam um diálogo com o senso comum, o artista até pode proceder da mesma forma, mas não tem obrigação de assim o fazer, o historiador sim.

Em consulta ao acervo do Arquivo Nacional encontramos um artigo de San Tiago Dantas sobre Cervantes e D. Quixote no qual ele expressa um entendimento que me soou provocativo. San Tiago Dantas escreve:

Na verdade a meu ver [...] [o que Cervantes] mostrou [...] foi que a cavalaria como forma social, como aparato externo e também como tema literário, estava irremediavelmente ultrapassada [...], mas que era possível dela desencarnar o alto sentido ético, transformando-a em mitologia. A primeira característica da mitologia, tal como hoje a concebemos é que nela não se acredita. [...] [a transformação em mitos permite] a recuperação estética de certas formas parecidas, e passam a se servir delas como de um material incorruptível, sobre que já não tem poder nem a fé, nem o tempo. Criar a mitologia, não será, porventura, reencontrar o tempo perdido? (Acervo do Arquivo Nacional, Fundo San Tiago Dantas, AP 47, cx. 1, pacotilha 2, p.49.)

Mesmo sem incorrer em análises quanto ao significado, ao conceito do que seja mitologia; tampouco recorrendo profundamente sobre os exercícios de interferência artística -, que já constitui, por definição, uma obra de arte autônoma - as considerações de San Tiago produziram uma problematização no sentido de considerar a obra de arte, a literatura inclusive, como algo sobre o qual não se pode exercer a contra argumentação. A obra de arte seria única, plena; diferente da obra histórica que está, a todo tempo, em interlocução entre os que a fazem, que são os historiadores. O trabalho de história requer o diálogo permanente e está sujeito às contestações e revisões.

Retomando o diálogo com o historiador Carlo Ginzburg, cabe ressaltar parte de uma entrevista concedida a Jean Marcel Carvalho França, publicada pela Folha de São Paulo, em 01 de 09 de 2002, sob o título O historiador Globalizado Perguntado sobre a relação entre História e Literatura, Ginzburg afirmou:

Antes de mais, é preciso ter em mente a distinção entre (a) a literatura como uma evidência histórica e (b) a literatura relacionada com a escrita histórica. No primeiro sentido, a

literatura, inclusive a ficção, pode ensinar-nos algo sobre a sociedade em que foi produzida e sobre o público ao qual se dirigia. A evidência literária pode ser extremamente valiosa, sobretudo se não existirem ou se forem poucas as evidências semelhantes, como é obviamente o caso da 'Ilíada' e da 'Odisséia'. Ao lidar com tais poemas ou qualquer obra de ficção, não devemos esquecer que não estamos diante de uma descrição literal de uma sociedade real: são construções que atendem a um propósito determinado, que obedecem a certos códigos e assim por diante. Isso, todavia, pode ser dito sobre qualquer tipo de evidência, incluindo os inventários notoriais ou os levantamentos estatísticos. Nenhum desses documentos é objetivo de uma maneira simples, neutra, mas todos podem ser utilizados na construção de uma imagem crítica (objetiva) de uma dada sociedade. Assim, para descrever a complexa e oblíqua relação entre uma evidência e a sociedade da qual emerge (por vezes indicada pela própria evidência), devemos antes aprender o código que norteou a construção da evidência. De outro modo, corremos o risco de ler a evidência – um romance ou um levantamento estatístico – de uma maneira impressionista, superficial. A literatura, no entanto, está também relacionada com a escrita histórica, à medida em que os historiadores comunicam os resultados de suas pesquisas em linguagem cotidiana, a mesma utilizada por poetas e romancistas. O uso ocasional num livro de história de termos técnicos, mapas, estatísticas e outros recursos não suprime de todo a sua contigüidade com a literatura. Atualmente, os neocéticos dizem que tal contigüidade demonstra que se pode estabelecer um corte preciso entre história e ficção ou que ambas são, em última instância, ficcionais. Meu argumento é diferente ou mesmo oposto: a pesquisa histórica em todos os níveis, desde os seus primórdios, tomou a forma narrativa; isso, contudo, não abala a visada histórica sobre a realidade, uma vez que os esquemas narrativos, compartilhados tanto pela história quanto pela ficção, têm implicações cognitivas variadas. Deixe-me dar exemplo retirado da linguagem do cinema: o close-up. O grande diretor russo Sêrgei Eisenstein, em um conhecido ensaio, argumentou que o close-up é uma invenção inspirada por esquemas literários, comumente utilizados pelos romances do Oitocentos, especialmente pelos romances de Dickens. Inversamente, eu diria que as implicações cognitivas do close-up inspiraram algumas abordagens em história, como, por exemplo, a micro-história.

Quando se tenta estabelecer uma diferença conceitual entre história e literatura, aqueles que Carlo Ginzburg nomeia neocéticos costumam também criticar que os argumentos acerca das diferenças entre o ofício do literato e do

historiador giram em torno do método e que este não implica em uma diferença real. Historiadores e literatos podem, ambos, produzirem suas narrativas utilizando-se do mesmo instrumental metodológico. Nessa entrevista do historiador italiano, é possível vislumbrar um outro ponto de referência: o propósito cognitivo.

A proposta cognitiva do historiador difere, portanto, da proposta cognitiva do artista, inclusive do literato. Tomando como referência uma leitura de um dos princípios da psicanálise, pode-se afirmar que a história, ao resgatar possibilidades da memória coletiva, investe na reorganização da experiência de sociabilidade.

Não se está com isso defendendo que a história é uma mestra da vida humana. Assim como no processo terapêutico psicanalítico, a recuperação da memória acena para uma releitura da experiência vivida. No caso da psicanálise, esse processo passa, necessariamente, pelo sujeito exposto ao processo de reorganização do vivido. Quanto à história, o processo visa atingir o coletivo, mesmo que para tal tenha que contar com as recepções individuais.

Considerar a história como uma forma de literatura é negar a ambas -, história e literatura, a condição de construtoras de um entendimento das coisas. A literatura não imita o real, antes produz um real que é, por definição e por método e por objetivo cognitivo, diferente do produzido pela história. Em sua autonomia como literatura contribui para elucidar a história.¹² A literatura constitui um dado possível entre os utilizados pelos historiadores, que lhes servem como elemento construtor da história.

¹² Em torno de duas obras do crítico Hayden White, *Meta-História* e *Trópicos do Discurso*, muita polêmica ainda se acende. Este autor postula a história como sendo uma atividade literária. Ambos os livros foram produzidos na década de 70 do século XX. O primeiro em 73, o segundo em 78. As críticas tecidas por White são motes críticos que também fizeram parte dos questionamentos efetuados por vários historiadores. Como, por exemplos o direito de ter o historiador a verdade ou a questão do conhecimento objetivo. É necessário salientar que os questionamentos deste crítico literário não configuram novidade no bojo da crítica historiográfica. Infelizmente foi dado ao mesmo uma grande importância, até mesmo por alguns historiadores de ofício. Daí porque muitos que não comungam das premissas de história ser literatura tenha, se sentido na obrigação de tecer contestações. Muito do valor crítico, para concordar ou discordar, que se dispensa aos trabalhos citados de Hayden White, não concede às discussões historiográficas a mesma importância.

Por outro lado, embora o argumento exposto a seguir também sofra questionamento, considera-se verossímil que não só a história compreende uma etapa, a de comunicação dos seus resultados, através da narrativa. A própria crítica e teoria literária, que não são literatura, o fazem. Mas há outras: a antropologia, a sociologia, a psicanálise, a psicologia, enfim, todas as que lidam com a necessidade de preencher as lacunas decorrentes da imprecisão dos seus dados de pesquisa e problematizações. Assim como se considera que a falta de obrigatoriedade no ofício literário correspondente a obrigatoriedade no ofício de historiador, que foram colocadas, são necessárias à análise, mesmo que sobre tal posicionamento se atribua à condição de inocuidade.

A história, com seu campo cognitivo próprio, mesmo que compartilhe aspectos metodológicos e formais com outras disciplinas -, ciência e arte, não está reduzida aos cânones destas.

1.6 - A modernidade na arte e o modernismo.

Quanto à modernidade nas artes, as datas são também incertas. Encontram-se parâmetros temporais e conteudísticos variados, dependendo das correntes adotadas pelos críticos. Quaisquer que sejam os índices analíticos privilegiados, trata-se de uma leitura parcial.

A imprecisão temática e temporal está presente na história da arte tanto quanto na história do período nomeado por “tempos modernos”, embora não coincidam suas referências iniciais. Na arte, o modernismo é o ápice da arte moderna, esta pertencente ao conjunto de experiências do mundo moderno.

No início do capítulo, localizou-se o primórdio do que seria a modernidade a partir do Renascimento e sabe-se que este data do século XV. Ao apontar a arte

moderna, os autores, com os quais se trabalha, estão utilizando referências a partir do século XIX, com ênfase especial no século XX.

A denominação de mundo moderno cristalizou-se muito depois de os seus primeiros índices fixarem-se na cultura e, ainda, ressalte-se que tal denominação deve-se, inicialmente, aos movimentos artísticos.

A modernidade na arte, assim como se conceitua no mundo contemporâneo, tem o seu marco a partir da segunda metade do século XIX e data principalmente do século XX. Entretanto, os movimentos que marcaram as rupturas são movimentos que já se vinham gestando desde o século XV; quando na arte vigoravam outros estilos.

Muitos expoentes artísticos são colocados pelas críticas específicas – pictórica, literária, poética – como pré-modernos. Para alguns desses, como é o caso de Augusto dos Anjos, advoga-se a condição de moderno, ainda que prevaleça na crítica literária como simbolista.

Flora Süssekind, em Cinematógrafo de Letras, ao trabalhar questões relacionadas às novas linguagens correspondentes aos valores do mundo moderno, afirma:

É como se as inovações técnicas impusessem a própria tematização. Rastro às vezes perplexo, às vezes perverso que parece chamar a atenção, na ficção brasileira dos anos 90 do século XIX e dos anos 10 e 20 deste século [século XX], para um traço que lhe será bastante característico: o diálogo entre forma literária e imagens técnicas, registros sonoros, movimentos mecânicos, novos processos de impressão. Diálogo em várias versões entre as letras e os media que talvez defina a produção literária brasileira do período de modo mais substantivo do que os muitos neo (parnasianismo, regionalismo, classicismo, romantismo), pós (naturalismo) e pré (modernismo) com se costuma etiqueta-la. (1987, p.18) (grifo da autora)

A arte moderna, quando se instaura, critica e glorifica o legado da modernidade. É moderna a descrença no progresso, tanto quanto a crença nas potencialidades infinitas do humano.

A arte moderna, segundo os organizadores da obra *Modernismo Guia Geral*, Malcolm Bradbury e James McFarlane “é nitidamente [aquela] de um mundo do qual desapareceram muitas certezas tradicionais e se evaporou um certo tipo de confiança vitoriana não só no progresso da humanidade, mas também na própria solidez e visibilidade do real” (1998, p.43).

Por volta de 1850[...] a escritura clássica então se desintegrou, e a totalidade da literatura, de Flaubert até hoje, passou a ser a problemática da linguagem. (BARTHES apud BRADBURY & MCFARLANE, 1998, p.14.)

Para Roland Barthes, a arte moderna está ligada à linguagem. Barthes localiza temporalmente na história a data de 1850 como marco do rompimento entre a tradição e o novo no que concerne às manifestações artísticas. Todos, entretanto, sejam os próprios artistas, os críticos ou comentaristas temem a diversidade, a vulnerabilidade dos marcos temporais.

A partir de Jacques Le Goff, para quem o modernismo se apresenta sob três correntes, sendo duas delas ligadas ao arcabouço da religiosidade; reproduz-se a que se liga ao modernismo literário. O historiador francês o entende como um movimento surgido, inicialmente na Espanha, no final do século XIX e o entende como elitista, aristocrático e idealista.

Os escritores espanhóis utilizaram o termo modernismo para designar “renovação dos temas e das formas [Berveiller 1971,p.138]. O modernismo, que compreende sobretudo poetas, foi particularmente vivo na América Latina, tendo como expoente máximo Rubén Darío. O seu interesse quanto ao problema do par antigo/moderno, consiste no seu carácter de reacção à evolução histórica: reacção ao poder do dinheiro, dos ideais materialistas e da burguesia (o modernismo é um movimento ‘idealista’); reacção à irrupção das massas na história (é um movimento ‘aristocrático e esteticista) (...). Mas também reacção contra a antiguidade clássica: escolhe os modelos na literatura cosmopolita do século XIX, de preferência os poetas franceses da segunda metade do século XIX. (...). finalmente, reacção contra a guerra hispano-americana de 1898 e a emergência do imperialismo yankee e

alimenta as tendências 'reacionárias' da 'geração de 98' em Espanha e do pan-americanismo latino.(1984, p.378-9)

No texto, *O nome e a natureza do modernismo*, Bradbury e Mcfarlane, após discutir com certa exaustão as ambivalências já referidas, afirmam:

[...] o modernismo é a nossa arte: á a única arte que responde à trama do nosso caos. É a arte decorrente do 'princípio da incerteza' de Heisenberg, da destruição da civilização e da razão na Primeira Guerra Mundial, do mundo transformado e reinterpretado por Marx, Freud e Darwin, do capitalismo e da contínua aceleração industrial, da vulnerabilidade existencial à falta de sentido ou ao absurdo. É a literatura da tecnologia.(1998, p.19)

A arte moderna, independente das suas idiossincrasias, é aquela que traduz a ruptura definitiva com valores morais e éticos, tradicionalmente guardados. A arte moderna destruiu a fé no progresso da humanidade, destruiu a visibilidade do real. É a arte que nasce dos elementos da modernidade e já nascem críticos do seu próprio amálgama. Relembrado Zygmunt Bauman: a modernidade, em quaisquer das suas manifestações, é a junção permanente entre o que é e o que se combate. Ou ainda como afirma Le Goff: ela se inventa para se denegrir ou se exaltar.

O modernismo, como ápice das manifestações artísticas modernas corresponde, também, ao momento em que as características acima se cristalizam na história da arte.

No texto intitulado *Técnica literária*, Flora Süssekind analisa como as inovações técnicas abarcaram ou foram incorporadas pela literatura. Os rastros da presença técnica podem ser vistos, mas nem sempre de forma superposta.

Nem sempre onde se tematizam diretamente essas mudanças de horizonte e sensibilidade o diálogo entre literatura e técnica

sugere transformações significativas nos procedimentos literários.

...

Assim, ao lado da tentativa de aproximar a escrita literária da linguagem jornalística, de capturar a velocidade da movimentação mecânica ou a 'fiel reprodução da vida' das imagens obtidas pela fotografia e pelo cinematógrafo, de figurar a impressão de aceleração na passagem do tempo que se acentuara desde os anos 80 do século [XIX], houve outros confrontos menos mimético entre forma literária e artefactos técnicos modernos.(SÜSSEKIND, 1987, p.89-90) (grifo da autora)

A interferência das técnicas na literatura, segundo essa autora, se deu em três vertentes: "imitação, estilização e deslocamento".(1987, p.90) (grifo da autora). Interessa privilegiadamente o movimento do deslocamento.

Quanto ao deslocamento, Flora Süssekind o observa em três direções. Para exemplificar a primeira recorre à literatura de Afonso Arinos, voltada para valores e ícones do passado, privilegiando figuras como uma antiga cadeira, um tipo social do passado, entre outras. A segunda vertente praticaria

o deslocamento temporal memória adentro. Como, [entre outros Joaquim Nabuco com a obra] Minha Formação (1900). [...]. [...] o texto de memória, assim como romances próximos ao ensaio, como Mocidade morta (1899), de Gonzaga Duque, ou Madame Pommery (1920), de Hilário Tácito, num momento em que a influência decisiva da dicção jornalística parece sugerir um progressivo apagamento da figura do narrador, constrói trajetória oposta, na direção de uma afirmação da subjetividade sob o signo da lembrança ou de uma narrativa em digressões. Afirmação perceptível igualmente na cuidadosa restauração do narrador num livro como Vida ociosa, de Goldofredo Rangel, nos muitos 'interiores' poéticos dos penumbristas ou no Eu, de Augusto dos Anjos. (1987, p.91-2)

A terceira e última vertente, se expressa através da narrativa num ritmo contrário ao do cotidiano da época, ou seja, imprimindo às histórias uma lentidão contrária a história vivenciada por autores e leitores.

Os deslocamentos temporais analisados por Flora Süssekind servem como uma referência para analisar o conjunto da produção literária dos paraibanos em foco. A segunda vertente do deslocamento, na qual a própria autora coloca Augusto dos Anjos, aparece também, de forma menos nítida, mas forte, em José Américo, Ademar Vidal e Carlos Dias Fernandes, por exemplo.

A segunda e a terceira vertente, conjugadas, são elementos constituintes de José Américo e José Lins do Rego. Tanto o processo narrativo, “memória adentro”, quanto à diacronia entre os ritmos temporais marcam o estilo desses dois romancistas. Ambas as condições, cumprem, entre outras funções, a de engessar o tempo, mantendo-os, os romancistas, mais próximos de um momento socialmente mais promissor nas relações de sociabilidade que os envolvia.

Pallares-Burke, escrevendo sobre Gilberto Freyre, localiza neste autor a necessidade de mudanças lentas e a justifica como sendo o resultado “[...] talvez nostálgico de um período glorioso de Pernambuco e do Nordeste”. (2001, p.37)¹³ Mesmo quando se focaliza aqueles que inovaram na narrativa literária, os que de alguma forma absorveram elementos novos na construção estética, e esses são principalmente José Lins e José Américo, os autores paraibanos parecem presos ao passado.

Alguns daqueles que defendiam idéias modernistas nas artes e moderna nos costumes, pareciam impô-las a ferro e fogo, como se não adotá-las significasse

¹³ O artigo de Lúcia encontra-se no livro *O Imperador das idéias*, organizado por Joaquim Falcão e Rosa Maria Barbosa de Araújo. Trata-se de um conjunto de artigos sobre Gilberto Freyre e a publicação de algumas cartas.

abdicar da condição de homem e artista do seu próprio tempo, abdicar do passaporte, sem o qual se ficaria prisioneiro do passado.

Joaquim Inojosa, representante de uma das duas vertentes que se arvoravam detentoras da modernidade em Pernambuco, fora escolhido pela direção da revista paraibana *Era Nova* como correspondente/colaborador em Recife. De lá, envia, em 5 de julho de 1924, uma carta manifesto conclamando ou exigindo que os intelectuais paraibanos, em particular os pessoenses, aderissem às novas premissas:

[...], ou a Paraíba se filia ao movimento renovador, ou, em arte, ficará no morro do Castelo da antiguidade. /Não./ Faz-se necessário substituir os bondes da T.L.F., por outros que correspondam aos ideais modernos desse povo carinhoso, inteligente e trabalhador. / Está decretada, aí também, a falência da arte antiga. Seja a Era Nova o porta-voz de todos os clamores de renovação, e assim terá cumprido a sua mais nobre finalidade. / Seja a Klaxon paraibana. (INOJOSA apud TELES, 1987, p.335).

O modernismo, na perspectiva do estilo literário emergente da semana de 22 em São Paulo, não parece ter encontrado parcerias na produção literária entre escritores paraibanos. O que prevalece são os paradigmas freyrianos de uma modernidade envolvida nas teias da tradição.

A modernidade sim, sobre diversos aspectos. No âmbito da economia e da política, vestiu-se de uma modernização sem mudança, como muito bem colocou Peter Eisemberg (1977), embora seu foco de análise não tenha sido a realidade paraibana em particular. Entretanto, no que se refere à realidade da Paraíba, entre o final do século XIX até meados do século XX, mesmo esta vertente da modernização não logrou a intensidade de outros Estados, como Bahia, Ceará e Pernambuco, para ficar em alguns exemplos do nordeste brasileiro.

No final da década de 1920, segundo Regina Gonçalves (1999, p.34), Campina Grande, a primeira cidade em importância depois da capital do Estado paraibano, ganhou o seu primeiro ônibus urbano, mas sem perder ainda o seu ar bucólico e a sua principal função de complementar em relação às atividades agrícolas.

Serioja Mariano (1999), ao trabalhar questões relacionadas aos elementos modernos introduzidos na cidade de Princesa Isabel, aponta o final da década de 1920 como o palco privilegiado da melhoria de estradas, construção de um grupo escolar, a chegada do cinema e do futebol.

Em relação à cidade de João Pessoa, de acordo com Beatriz e João Lavieri (1999, p.39-40):

Só a partir dos fins do século XIX, devido a uma certa ativação econômica propiciada pelo desenvolvimento da produção algodoeira, os serviços públicos foram impulsionados na capital, contribuindo para a urbanização. [...] o colapso do trabalho escravo [libertando] capitais do campo para as cidades, fez com que estas passassem a ser residência permanente dos senhores de engenho e fazendeiros. [A urbanização das faixas litorâneas em João Pessoa só ocorreu] em consequência da abertura da avenida Epitácio Pessoa, ocorrida em 1933. [embora a região de Tambaú tenha sido saneada desde a década de 20].

Observando as unidades de produção, os limites de modernização não diferem muito do processo lento experimentado pela urbanização das cidades. Em relação à cana como em relação à produção algodoeira, principais atividades econômicas. O Estado chegou aos meados do século XX com maior número de engenhos que de unidades usineiras, por exemplo, o que significa uma permanência de moldes produtivos ainda arcaicos.

Nas manifestações artísticas a modernidade se fez sentir de forma mais profunda. Autores paraibanos transformaram em experiências estéticas capítulos da sua própria história. A literatura, principalmente com Augusto dos Anjos, José

Américo e José Lins do Rego, podemos afirmar, inauguraram os primeiros passos mais modernos da chamada “literatura nordestina”.

CAPÍTULO II

2 - PERFIS PARAIBANOS DO NORTE

2.1 - Intelectuais Paraibanos pontuais quanto às reflexões sobre a modernidade: aspectos gerais sobre os autores.

2.1.1 - Sob os vãos dos morcegos. Augusto dos Anjos: um intérprete da modernidade.

O poeta Augusto dos Anjos nasceu na Paraíba, em um engenho de açúcar da família materna em 1884, quatro anos antes da Abolição, quando esta mão-de-obra já estava em desuso na maior parte dos setores produtivos do nordeste, especialmente nos setores pastoris e de plantação de algodão¹⁴. As relações de trabalho, no entanto, mesmo que houvesse nas propriedades menor número de escravizados no momento da abolição, não diferia muito das relações quando os escravos constituíram mão-de-obra predominante.

Como quase todas as crianças nascidas nas casas proprietárias, Augusto e seus irmãos foram amamentados por escravas. A escrava a quem coube amamentar e cuidar do menino Augusto dos Anjos foi Guilhermina, para quem o poeta fez *Ricordanza della mia gioventú*.

A minha ama-de-leite Guilhermina
Furtava as moedas que o Doutor me dava.
Sinhá-Mocinha, minha Mãe, ralhava.
Via naquilo a minha própria ruína!

¹⁴ No caso da Paraíba, como anota Evandro Cabral de Melo no livro *O norte agrário e o Império (1871-1889)*, os escravizados que foram repassados para outras partes do país, no processo de tráfico interno, saíram, privilegiadamente, dos setores mais produtivos, ou seja, dos engenhos.

Minha ama, então, hipócrita, afetava
Susceptibilidades de menina:
“- Não, não fora ela!” e maldizia a sina,
Que ela absolutamente não furtava.

Vejo, entretanto, agora, em minha cama,
Que a mim somente cabe o furto feito
Tu só furtaste a moeda, o ouro que brilha

Furtaste a moeda só, mas eu, minha ama,
Eu furtei mais, porque furtei o peito
Que dava leite para tua filha! (1994, p.73)

Não existindo direitos garantidos aos escravizados, as relações perpassavam pelos costumes instituídos a partir de uma relação de sociabilidade, sob notória predominância dos interesses dos donos de escravos. As práticas sociais construídas ao longo da sociabilidade escravagista não se extinguem com a Lei de Abolição do país. Não há leis no âmbito das relações sociais, há construções de relações que se modificam na dinâmica dessas mesmas relações. Formas intestinas de convívio que incluíam, no limite, inclusive, o compadrio, regiam as relações entre senhores, escravizados e agregados.

A mãe do poeta simbolizava a grande propriedade açucareira rural em plena decadência e o pai um bacharel que pouco ou nada se importava com as questões de terras, plantação e moagens de cana. Para si e para os filhos dedicava zelo pelos estudos.

Aliada às condições econômicas da época, já de dificuldades para os plantadores, a prática do seu pai fizera minguar a seiva da terra a cada dia. Não deixa este pai de se constituir em mais um símbolo de uma elite que no fim do século XIX via-se em uma crise que marcou o declínio econômico nordestino, uma vez que a principal produção passara a ser o café. Embora o nordeste, inclusive algumas regiões do estado da Paraíba, tenha conhecido bons momentos

econômicos com a plantação e o beneficiamento algodoeiro e, também, ainda que em menor escala, com o pastoreio.

Do poeta já se disse que tivera sempre a cara de enfermo, e o semblante triste. Parecia trazer impresso em suas entranhas uma história pessoal de perdas que soube transformar na história de uma fração da sociedade ou de momentos da experiência histórica dessa sociedade -, a nordestina produtora de açúcar.

Em 1900, quando Augusto dos Anjos contava com seus dezesseis anos e evoluía nos estudos que houvera começado com o pai, já denotava interesse pela poesia. Nesta época, muitos intelectuais imprimiam a força de suas idéias no cenário do pensamento brasileiro. Forjavam maneiras de entender o mundo, de uma nação jovem que se queria autônoma e respeitada pelo juízo universal. Nesse ano de 1900, entre tantos outros intelectuais, Joaquim Nabuco publicou *Minha Formação*; estudo de cunho autobiográfico, que, no entanto, historia com lucidez e argúcia a experiência de uma época.

Cruz e Souza, poeta que exerceu grande influência sobre os poetas do período, inclusive sobre Augusto dos Anjos, imprimia referências à poesia brasileira. Foi também o tempo ápice na carreira intelectual de Alberto de Oliveira, Guimarães Passos e Olavo Bilac, este último poeta também de grande importância para a poética brasileira da época.

Não apenas brasileiros despontavam com a força de suas idéias; Elísio de Carvalho traduz para o português Oscar Wilde. Na literatura ainda era grande a influência de Eça de Queiroz, romancista português extremamente cultivado e lido no Brasil.

O início dos 1900 foi marcado por uma ebulição intelectual e artística que contava com as mais variadas tendências. Lançava-se o Manifesto do Partido Socialista brasileiro e se discutia, ao mesmo tempo, as idéias de Sílvio Romero, que através da Escola do Recife influenciou muitos intelectuais, inclusive Augusto dos Anjos. Euclides da Cunha também marcava as rodas de debates com o seu racionalismo cientificista.

O próprio Augusto dos Anjos publica seu único livro *EU* em 1912 com recursos privados, dele e do irmão. A obra tem recebido várias reedições e parte da fortuna crítica sobre o poeta encontra-se nos prefácios constante dessas edições.

Previsível em alguns aspectos, enquanto parte do seu próprio tempo, o poeta Augusto dos Anjos renovou a escrita literária ao conceber a palavra em dimensões singulares. Reis (1994, p. XXXVIII-XXXIX) explica a poesia de Augusto dos Anjos “É uma que transfigura, de maneira alucinada, a difícil transição histórica e cultural da sociedade brasileira no início deste século “

Antonio Houaiss (1994, p. 50-54), em um texto sobre o poeta paraibano, assinala alguns elementos que participam da sua natureza poética. O século XIX poderia ser caracterizado pelo cientificismo e, no caso específico do Brasil, o pendor cientificista associou-se, no final do século, a um otimismo das classes dirigentes, decorrente do advento da Abolição e da República, assim como de uma situação econômica promissora, com bons resultados no mercado internacional para o açúcar, o café e a borracha. A intelectualidade brasileira, em suas reflexões, já percebia que a grande maioria do povo não era contemplada por tais resultados favoráveis.

[...] A parte menos alienada dessa intelectualidade, entretanto, estaria em breve apta a compreender e descobrir múltiplos estrangulamentos para o processo de progressão do país: uma população rural que tendia para o estado larvar do mais completo atraso, sem nenhuma possibilidade de ascensão ou melhora, imensa massa que era dirigida ou tangida por uma minoria de senhores de terra essencialmente monocultores (...). Essa intelectualidade, por isso mesmo, não podia ainda voltar-se para os aspectos técnicos que o progresso material viria a exigir num futuro não remoto. Voltava-se, assim, para genéricos problemas filosóficos, quando aguçada pelo desejo de saber. [Nesse sentido, a partir do lugar ocupado na escala social, surgiram várias formas de se colocar entre os intelectuais: militantes, como Euclides da Cunha] ou então até formas como a de Augusto dos Anjos, em que se coloca, essencialmente, o problema da afirmação teleológica do ser, do ser humano, sobretudo, na sua ânsia de saber (1994, p.51)

A intelectualidade expressava, através da sua arte, os efeitos de um quadro social da nação sem “definição programática” (Idem) e, não raras vezes, comportavam-se, os intelectuais, com alienação e desorientação. Augusto dos Anjos denunciou a face mesquinha de uma sociabilidade brasileira em muitos dos seus versos.

Na literatura, afiança Houaiss, as escolas estéticas, em particular as escolas literárias, se confundem, recebem as influências européias com atraso e mesclam-se estilos. Augusto dos Anjos ensejou uma literatura com traços de originalidade, tendendo ao personalismo. Houaiss enxerga o poeta como simbolista, praticamente por não caber em nenhuma outra forma, ou seja, o define por exclusão. Sobretudo, o percebe como um poeta filosofante e cientificista.

Augusto dos Anjos não é considerado pela crítica literária em geral, ou de maneira predominante, como um poeta moderno. Alguns o reconhecem como pré-moderno e quase toda a fortuna crítica literária o aponta como um poeta que absorveu aspectos do romantismo, parnasianismo e simbolismo. Na maioria das vezes é entendido como cientificista e apontado como um poeta mórbido e pessimista, incapaz de ver e ler a beleza natural e nas relações humanas.

Entretanto, seu estilo literário e sua percepção de um mundo em transformação já o singularizam com sinais da literatura moderna. Ferreira Gullar lembra que a característica da poesia moderna não é privilegiadamente a forma. Entre outros aspectos ressalta que “manifesta-se na poesia a consciência – que é moderna – do caráter contingente, histórico, situado, da existência”; e afirma: “esse é um dos traços mais constantes da poesia de Augusto dos Anjos” (GULLAR apud MELO FILHO, 1974, p.18).

Hildeberto Barbosa Filho, no livro *A convivência crítica*, defende o caráter moderno da produção augustiniana, e aqui se afirma concordância com este crítico, inclusive quando chama a atenção para que não se confunda moderno com modernismo. Veja-se o que diz Hildeberto no texto *A modernidade e a poesia de Augusto dos Anjos*:

Sua linguagem, em momento algum, endossa e absorve passivamente os códigos literários de então. O lugar comum e de imediata perceptibilidade ('não pertence a nenhuma escola') já nos alerta para uma poética de rebeldia; o outro ('contém elementos de todas') reforça esta visão e acrescenta o caráter sincrético e pluridimensional do seu texto, apontando para aquilo que Eduardo Portella denomina de 'poética da confluência'.

Se sua poesia reúne traços românticos, barrocos, parnasianos e simbolistas, reúne-os e os transfigura sob a disciplina de uma perspectiva crítica. O diálogo intertextual do discurso poético augustiniano com os códigos literários e extraliterários da época revela uma subjetividade dilacerada: em face da natureza cósmica, do mundo da cultura e da elaboração artística. Somente confundindo-se a forma com a forma (leia-se 'fôrma'), poderemos estreitá-lo e prendê-lo nas grades parnasianas. [...] O clima noturno que envolve certos mergulhos no metaficismo humano se aproxima do simbolismo, mas se distancia pelo grotesco. [...] O mundo que se extrai dos seus versos se nos apresenta deformado, roto, exposto em frenesi de decomposição, visceral, hediondo, proporcionando um corte na visão harmônica do lirismo tradicional.

Do romantismo fica a atmosfera satânica e fúnebre [...] e, sobretudo, a consciência individual e libertária do impulso criativo. Do romantismo augustiniano parte a sua modernidade! O barroco está no dilema do homem dividido entre o material e o espiritual e sobremaneira na 'exageração' de certos recursos técnicos, tais como: o léxico esdrúxulo, fusão entre o prosaico e o poético,.etc. (1985, p.127-128)

É da cor da ambigüidade a poética de Augusto dos Anjos, este poeta que inovou quanto à utilização da palavra. Sem pudor algum despiu a poesia dos seus nobres adornos. Deu-lhe o tom repulsivo das vísceras, dos vermes, e dos fluidos; também chorou a morte da ordem constituída, e as opções que vieram substituir os valores tradicionais.

Hildeberto enxerga a sua modernidade a partir, sobretudo, do seu viés romântico, na medida em que privilegia a liberdade individualista de criação poética. Todas as vertentes literárias que formam o conjunto poético de Augusto são postas de forma a representar a dessacralização da poesia. A modernidade

augustiniana encontra-se na opção de recepção crítica de todas as influências e não apenas, como quer o autor citado, da interpretação formulada em relação ao viés romântico.

Augusto dos Anjos é moderno porque rompe com a estética estabelecida, como afirma Hildeberto, é moderno porque tem consciência de que a existência é contingente e histórica, como na afirmação de Ferreira Gullar, e é, sobremaneira, moderno porque transformou a experiência de um momento histórico em poesia crítica, demonstrando plena consciência de que estava sendo crítico e moderno. Ele estabelece em seus versos uma crônica historiográfica e um juízo de valor sobre os tempos modernos com todas as suas idiossincrasias.

Alguns versos do poema *Monólogo de uma Sombra* podem ser um companheiro pelas entranhas desse universo:

Com um pouco de saliva cotidiana
Mostro meu nojo à natureza humana
A podridão me serve de evangelho
Amo o esterco, os resíduos ruins dos quiosques
E o animal inferior que urra nos bosques
É com certeza meu irmão mais velho (1994, p.4)

Em seus versos, o humano parece ter sido abandonado pela criação divina, cosmogonia ainda tão forte na cultura do seu tempo e do seu lugar. O animal selvagem que urra nos bosques trazido para perto do humano lhe retira a aura de Ser especial criado à imagem e semelhança de Deus. Reflete a absorção pelo poeta da teoria de Darwin da evolução das espécies e a preocupação que Antonio Houaiss identifica como a reflexão sobre a condição “teleológica do Ser”.

Ou, Augusto, assustado ante a falta do divino na cosmogonia do homem moderno, busca demonstrar que a matéria, a cientificidade exacerbada entrona um outro Deus? De mãos dadas com o homem científico estaria O Deus-Verme:

Fator universal do transformismo.
Filho da teleológica matéria,
Na superabundância ou na miséria,

Verme(grifo do autor) – é o seu nome obscuro de batismo.

(...) vive em contubérnio com a bactéria,
Livre das roupas do antropomorfismo

Ah! Para ele é a carne podre que fica,
E no inventário da matéria rica
Cabe aos seus filhos a maior porção! (1994, p.18)

Sob o olhar despido dos véus da ética e da moral cristã, restaria ver no ser humano algo assemelhado com o sujeito que:

Como quem quebra o objeto mais querido
E começa a apanhar piedosamente
Todas as microscópicas partículas,

Ele hoje vê que, após tudo perdido,
Só lhe restam agora, o último dente
E a armação funerária das clavículas! (1994, p.72)

Poderíamos ver nos versos de Augusto a presença simples do naturalismo, da influência positivista dominante em todas as áreas do saber e da criatividade durante o século XIX. Contudo, ele continua a comunicar:

E o que ele foi: clavículas, abdômen,
O coração, a boca, em síntese, o Homem,
- Engrenagem de vísceras vulgares –
Os dedos carregados de peçonha
Tudo coube na lógica medonha
Dos apodrecimentos musculares!

A desarrumação dos intestinos
Assombra! Vede-a! Os vermes assassinos
Dentro daquela massa que o húmus come,
Numa glutoneria hedionda, brincam,
Como as cadelas que as dentuças trincam
No espasmo fisiológico da fome. (1994, p.5).

Nestes versos como em outros, percebe-se que em Augusto o discurso naturalista e a imagem do Ser descrente constituem a metáfora do homem

despido de uma contingência filosófica, o homem que sabe muito mais sobre os mistérios dos órgãos e muito menos sobre as razões do ser. Um moderno sem alma, um moderno privado de história, comparável ao animal inferior que urra nos bosques.

Como Machado de Assis, Augusto dos Anjos é um narrador que problematiza seu próprio tempo. Seus escritos apontam para os conflitos da modernidade. Machado de Assis, no final do século XIX, estabelece uma crítica contundente à razão moderna através de crônicas sobre a loucura. A loucura em Machado é uma problematização não apenas de como a loucura e os loucos são pensados no século XIX. É também uma crítica às práticas políticas, econômicas e éticas. Os perfis dos personagens e das tramas criadas por Machado falam da dinâmica do final da escravidão no Brasil, da idéia de liberdade e de sistema político, da arte.

Augusto dos Anjos, em seus versos, através do discurso cientificista estabelece uma crítica também à razão moderna e a linguagem cientificista. Produz, inclusive, uma crítica ao próprio arcabouço mental cientificista

Na poesia *A um Mascarado*, parece inspirar-se em Dante para entrever no humano o instinto selvagem; o instinto humano desce aos infernos do ser destituído de alma:

Rasga essa máscara ótima de seda
E atira-a à arca ancestral dos palimpsestos...
É noite, e, à noite, a escândalos e incestos
E natural que o instinto humano aceda! (1994, p.75)

Em Augusto, a leitura que parece mais verossímil é a de que os seres vivos, os humanos, inclusive, são matéria. Vêm da matéria, constituem-se de matéria e a ela retornam; mudam de estágios, não de natureza.

Eu fui cadáver, antes de viver!
Meu corpo, assim como o de Jesus Cristo,
Sofreu o que os olhos de homem não têm visto
E olhos de fera não puderam ver!

Acostumei-me, assim, pois, a sofrer
 E acostumado assim a sofrer existo
 Existo! – E apesar disto, apesar disto
 Inda cadáver hei também de ser!
 Quando eu morrer de novo, amigos, quando
 Eu, de saudade me despedaçando
 De novo, triste e sem cantar, morrer,
 Nada se altere em sua marcha infinda
 O tamarindo reverdeça ainda,
 A lua continue sempre a nascer! (Dolências, 1994, p.307)

Quase todo Augusto é a imagem do pessimismo, da ambigüidade e da descrença.
 Busca achar o melhor do homem em seu devir:

Creio, perante a evolução imensa,
 Que o homem universal do amanhã vença
 O homem particular que eu ontem fui”. (1994, p.42)

Mas, no Poema *Idealização da Humanidade Futura*, ainda brinda ao caos:

[...], em vez de achar a luz que os Céus inflama,
 Somente achei moléculas de lama
 E a mosca alegre da putrefação! (idem, p.15)

A consciência humana do homem moderno está representada pela figura bizarra de um morcego. Prenhe de tantos saberes, a consciência é também torpe, é aquela que se esgueira pelos meandros da noite, acoitando os homens que perderam a ternura.

A Consciência humana é este morcego!
 Por mais que a gente faça, à noite, ele entra
 Imperceptivelmente em nosso quarto!”(ibidem, p.11)¹⁵

O mesmo poema foi tomado por Flora Süssekind, em suas análises sobre as metáforas produzidas através da criação de interiores como recurso para matizar

¹⁵ Versos tirados do Poema *O morcego*.

algumas das convivências de artistas com os inventos técnicos e a modernização da vida.

Como num soneto bastante conhecido de Augusto dos Anjos, 'O morcego', onde a alegorização funciona como recurso para se afirmarem egos e consciências. A hora: meia-noite. O local: um quarto. A situação? O súbito aparecimento de um morcego, que não se afasta de modo algum do local

[...]

Mais paisagens íntimas, portanto, à medida que se torna mais nítida a nova fachada urbano-industrial. Mais histórias e lembranças pessoais, quanto maior é a percepção do tempo como instante. É como resposta enviesada ao horizonte técnico que se projeta em fins do século XIX que se pode entender, então, em parte, essa multiplicidade de interiores e esse desenho que se deseja em profundidade, em perspectiva, do sujeito lírico. (1987, p.122)

O poeta Augusto está colocado pela historiadora como um que a partir da utilização de elementos voltados para a interiorização do ser poético, busca produzir um entendimento sobre as modificações ocorridas no âmbito da técnica e da relação desta com a arte. Esse entendimento não seria, nas análises de Flora, necessariamente, cômico do seu caráter crítico.

A modernidade expressa no conjunto da obra de Augusto dos Anjos, entretanto, permite refletir que esses recursos alegóricos são construídos com intenções críticas, ou seja, haveria uma intenção de tecer juízo de valor entre a modernidade e a arte por parte do poeta. A interiorização surge como uma forma de questionar a modernidade.

Augusto dos Anjos compreende, nas linhas brutas dos seus versos, que o ser moderno traduz a ambivalência da qual fala Zygmunt Bauman (1999). É a ordem e o caos e a intensa e permanente busca da ordem como padrão. Mesmo reconhecendo que este padrão é inacessível, o ser moderno não pode prescindir de sua conquista. O ser moderno está aprisionado nas suas potencialidades.

A poesia augustiniana expressa a percepção de um mundo perdido que não soube substituir valores. O advento do moderno percebido através das inovações

na forma e na linguagem de Augusto dos Anjos, apreendido na absorção de elementos novos na estética e na concepção poética, convive com igual força e intensidade com uma conceituação do homem perdido, exaurido pela incompreensão dos valores modernos -, um ser reduzido à circulação dos fluídos, carnes e vísceras. Um ser entregue à ciência, pura mecânica.

Aí vem sujo, a coçar chagas plebéias,
Trazendo no deserto das idéias
O desespero endêmico do inferno,
Com a cara hirta, tatuada de fuligens

Esse mineiro doido das origens,
Que se chama o Filósofo Moderno!

Quis compreender, quebrando estéreis normas,
A vida fenomênica das Formas,
Que, iguais a fogos passageiros, luzem ...
E apenas encontrou na idéia gasta,
O horror dessa mecânica nefasta,
A que todas as coisas se reduzem! (1994, p.4)

Quem se volta inteiramente à ciência, é aquele que reduz tudo à morte. O filósofo moderno esqueceu que

Somente a Arte, esculpindo a humana mágoa,
Abranda as rochas rígidas, torna água
Todo o fogo telúrico profundo
E reduz, sem que, entretanto a desintegre,
À condição de uma planície alegre,
A aspereza orográfica do mundo!

Provo desta maneira ao mundo odiando
Pelas grandes razões do sentimento,
Sem os métodos da abstrusa ciência fria
E os trovões gritadores da dialética,
Que a mais alta expressão da dor estética
Consiste essencialmente na alegria. (1994, p.8)

Soneto em quatro singelas estrofes exprime a percepção de que não são os deuses os responsáveis pela felicidade e alegria dos humanos.

O sonho, a crença e o amor, sendo a risonha
Santíssima Trindade da Ventura
Pode ser venturosa a criatura
Que não crê, que não ama e que não sonha?!

Pois a alma acostumada a ser tristonha
Pode achar por acaso ou por ventura
Felicidade numa sepultura,
Contentamento numa dor medonha?!

Há muito tempo, o sonho, do meu seio
Partiu num célere arrebatamento
Da minha crença arrebatando a grade

Pois se eu não amo e se também não creio
De onde me vem este contentamento,
De onde me vem esta felicidade?! (1994, p.301)

O humano é, pois, prenhe da ambigüidade. Longe da filosofia, da ética e da estética torna-se estéril para os sentimentos -, reduz-se.

Quando escreve o poema *Os Doentes*, a partir da parte IV, Augusto lança seus olhares angustiados para uma doença, que, a seu ver, havia deixado todo um povo moribundo para sempre.

Através de uma alusão a dor de Sócrates, o poeta paraibano representa a dor pela incompreensão dos homens. Sócrates morreu para não ceder à ignorância dos que o acusavam; assim a dor açoita o homem para sempre, todo aquele homem que não prive os humanos das suas potencialidades, todo aquele que não pense o humano de forma reduzida.

Chama-se a Dor, e quando passa, enluta
E todo mundo que por ela passa
Há de beber a taça da cicuta

E há de beber até o fim da taça!

Há de beber, enxuto o olhar, enxuta
A face, e o travo há de sentir, e a ameaça
Amarga dessa desgraçada fruta
Que é a fruta amargosa da Desgraça!

E quando o mundo todo paralisa
E quando a multidão toda agoniza,
Ela, inda ativa, ela, inda o olhar sereno

De agonizante multidão rodeada,
Derrama em cada boca envenenada
Mais uma gota do fatal veneno! (ANJOS, 1994, p.299)

A modernidade que Augusto vislumbra como caos e como possibilidades. Não representa uma abertura ou uma descoberta do humanismo libertário, do homem livre como quis Kant. Significa o entrelaçar de heróicos ganhos sobre perturbadoras perdas. De nada adiantariam enaltações de “Iracemas” civilizadas;

Como quem analisa um apóstema,
De repente, acordando na desgraça,
Viu toda a podridão de sua raça...
Na tumba de Iracema! (1994, p.54)

Neste mesmo Poema, *Os Doentes*, Augusto traça um inventário dos males que assolam a natureza e os humanos. O poeta sempre toma a si, ao seu lugar e aos seus pares como elementos desencadeadores para suas análises; assim sua família e sua terra jazem nos monturos e escombros como exemplos para todas as terras e famílias. Suas carnes irão apodrecer, espelhadas n’

A doença (...) geral, tudo a extenuar-se
Estava. O Espaço abstrato que não morre
Cansara... O ar que, em colônias fluidas, corre,
Parecia também desagregar-se! (1994, p.64)

Há uma poesia de Augusto dos Anjos, *Gemidos da Arte*, dividida em três partes. A primeira parte contém 15 estrofes de quatro versos cada uma. A

segunda de 10 estrofes, com quatro versos cada e a terceira com 17 estrofes, ainda de quatro versos.

Numa perspectiva da análise literária, Antonio Armani Prado a qualifica como uma possível síntese da trajetória literária de Augusto dos Anjos. Dialogando com o ensaio de Lúcia Helena, Prado chama a atenção para uma recepção por Augusto dos Anjos de várias tendências, conceitos mal-digeridos [e] teorias mal-assimiladas, que caracterizariam uma cultura dependente¹⁶

A crítica literária serve como referência para uma problematização. A arte de Augusto dos Anjos apresenta realmente aspectos herdados de várias vertentes, tanto dos ícones literários do romantismo e do parnasianismo, como das teorias científicas do seu tempo.

Dentro da compreensão de arte e de política do seu tempo, a poesia de Augusto dos Anjos, pode, inclusive, apontar para verdadeiros ensaios sociológicos. No conjunto, a poesia retrata a preocupação do poeta com a natureza do ser humano. Quando o humano foge da filosofia, amesquinha-se e transforma-se em pútrida matéria. Historicamente, matiza-se pela compreensão de um mundo, que como os seus exemplos da matéria, decompunha-se.

A metáfora de Cristo aponta para que o humano esquecido dos seus princípios filosóficos, assim como o cristão que nega seu espírito de comunhão com Deus, perde-se no emaranhado da morte. Faz-se nada.

Observemos o poema por partes, analisando alguns versos e/ou estrofes:

Esta desilusão que me acabrunha
É mais traidora do que o foi Pilatos!
Por causa disto, eu vivo pelos matos,
Magro, roendo a substância córnea da unha. (1994, p.77)

Pilatos, não querendo enfrentar politicamente parte da sociedade judaica que lhes dava sustentação, lava as mãos diante da condenação de Jesus Cristo. Um profeta que dizia viver para salvar a humanidade do pecado original e que na terra

¹⁶ Prefácio de Antonio Armani Prado à obra *EU* de 1994, p.XXXIII. Lúcia Helena IN; Prefácio de Antonio Armani Prado. P.idem.

estava em nome do seu Pai. A traição de Pilatos estaria em que não acreditando na culpa de Jesus o condena por questões de ordem material -, pelo poder.

A desilusão do homem que vaga entregue aos seus instintos é uma traição ainda mais pérfida porque significa o abandono de algo que garante ao humano uma condição acima da pura matéria, acima das necessidades cotidianas de subsistência. Apartado da filosofia e da arte, permanece semelhante aos outros animais, como aos

[...] cachorros anônimos da terra
[que] São talvez os meus únicos amigos! (1994, p.77)

Lamenta o poeta que tenha escapado do aborto, que tenha vivido pra negar a própria existência. Sobretudo, lamenta ter sido capaz de entender e enxergar que sem filosofia e a arte, o ser humano é um animal como todos os outros, que por maior mérito pode vangloriar-se apenas da sua capacidade destrutiva.

Ah! Por que desgraçada contingência
À hispida sáxia áspera e abrupta
Da rocha brava, numa ininterrupta
Adesão, não preendi minha existência?!

Por que Jeová, maior do que Laplace,
Não fez cair o túmulo de Plínio
Por sobre todo o meu raciocínio
Para que eu nunca mais raciocinasse?!

Pois minha Mãe tão cheia assim daqueles
Carinhos, com que guarda meus sapatos,
Por que me deu consciência dos meus atos
Para eu me arrepender de todos eles?! (1994, p.78)

Não poderia ter sido apenas o dono das terras dos engenhos para moer cana, vender açúcar, produzir dinheiro e lixo. Comer, dormir, procriar e morrer.

Quisera antes, mordendo glabos talos,

Nabucodonosor ser no Pau'Arco,
 Beber a acre estagnada água do charco,
 Dormir na manjedoura com os cavalos!
 [...]

E por trezentos e sessenta dias
 Trabalhar e comer! Martírios juntos!
 Alimentar-se dos irmãos defuntos,
 Chupar os ossos das alimárias! (1994, p.78)

A segunda parte da poesia enseja ver o mundo através da paisagem do engenho onde nascera e passara a infância, cheio de vida e de belezas. O belo, pouco ressaltado por Augusto dos Anjos, surge prenhe de lirismo, fecundo. Há na natureza, uma centelha de esperança que pode redimir o humano da sua brutalidade.

Embora longa para uma citação, opta-se por reproduzir todas as estrofes da segunda parte da poesia, na medida em que funciona como um contraponto fundamental para a primeira e a terceira partes. Se na primeira parte o poeta diagnostica a miséria humana e aponta possibilidades de a superar, na segunda parte ele aponta com belos versos os labirintos da esperança; para retornar ao pessimismo e constatação da miséria na terceira parte, como se verá a seguir. Ademais, vale reproduzir os versos pela sua beleza, pelos traços fortes de um poeta que não sabia apenas ser feio e pessimista. Ou como alguns críticos literários o contemplam na esteira do veio aberto pelo poeta francês Baudelaire, que fez do feio o belo estético.

O Sol agora é de um fulgor compacto,
 E eu vou andando, cheio de chamusco,
 Com a flexibilidade de um molusco,
 Úmido, pegajoso e untuoso ao tacto!

Reúnam-se em rebelião ardente e acesa
 Todas as minhas forças emotivas
 E armem ciladas como cobras vivas
 Para despedaçar minha tristeza!

O sol de cima espiando a flora moça
Arda, fustigue, queime, corte, morda!...
Deleito a vista na verdura gorda
Que nas hastes delgadas se balouça!

Avisto o vulto das sombrias granjas
Perdidas no alto... Nos terrenos baixos,
Das laranjeiras eu admiro os cachos
E a ampla circunferência das laranjas.

Ladra furiosa a tribo dos podengos.
Olhando para as pútridas charnecas
Grita o exercito avulso das marrecas
Na úmida copa dos bambus verdoengos.

Um pássaro alvo artífice da teia
De um ninho, salta, no árdego trabalho,
De árvore em árvore e de galho em galho,
Com a rapidez duma semicolcheia.

Em grandes semicírculos aduncos,
Entrançados pelo ar, largando pêlos,
Voam à semelhança de cabelos
Os chicotes finíssimos dos juncos.

Os ventos vagabundos batem, bolem
Nas árvores. O ar cheira. A terra cheira...
E a alma dos vegetais rebenta inteira
De todos os corpúsculos do pólen.

A câmara nupcial de cada ovário
Se abre. No chão coleia a lagartixa.
Por toda a parte a seiva bruta esguicha
Num extravasamento involuntário.

Eu, depois de morrer, depois de tanta
Tristeza, quero, em vez do nome – Augusto, (grifo do autor)
Possuir ai o nome dum arbusto
Qualquer ou de qualquer obscura planta! (1994, p.80-81)

Mas na terceira parte da poesia volta o poeta para o seu olhar de descrença.
Da imagem produzida pelas estrofes da segunda parte, que parece sugerir um ser

que ao mesmo tempo faz parte e observa a paisagem, resta apenas o observador desconcertado diante do fim. Diante da morte que tudo e a todos espreita em função da brutalidade humana.

Nas estrofes seguintes, a modernidade surge através da decadência da casa do finado Toca como algo que perpetua a ausência da filosofia e da arte porque enaltece o humano destituído de espírito, entregue totalmente à razão, aos mecanismos, à força do mercado que é consumidor, sobretudo porque consome o seu próprio agente. A terceira parte de *Gemidos da Arte*, é uma metáfora sobre a decadência dos engenhos de açúcar do nordeste brasileiro e já foi trabalhada em outra parte da tese.

No entanto, observemos as antinomias dos versos, a partir da comparação entre as três partes em que está dividido o poema:

2ª estrofe da terceira parte:

Uma atmosfera má de incômoda hulha
Abafa o ambiente. O aziago ar morto a morte
Fede. O ardente calor da areia forte
Racha-me os pés como se fossem agulhas. (1994:81)

3ª estrofe da segunda parte:

O sol de cima espiando a flora moça
Arda, fustigue, queime, corte, morda!...
Deleito a vista na verdura gorda
Que nas hastes delgadas se balouça! (1994:79)

9ª estrofe da primeira parte:

Mas a carne é que é humana! A alma é divina.
Dorme num leito de feridas, goza
O lodo, apalpa a úlcera cancerosa,
Beija a peçonha, e não se contamina! (1994, p.78)

O sol que fecunda com seu calor e faz brotar da terra a vida são versos que traduzem a força da natureza. É forte, é viril e erótico. Mas pode ser também, dependendo do olhar do observador e da ação dos agentes, o sol que greta a terra e a torna estéril, a faz ferir os pés como se fossem hulhas.

8ª estrofe da terceira parte:

O lodo obscuro trepa-se nas portas.
Amontoadas em grossos feixes rijos,
As lagartixas dos esconderijos
Estão olhando aquelas coisas mortas! (1994, p.82)

9ª da segunda parte:

A câmara nupcial de cada ovário
Se abre. No chão coleia a lagartixa.
Por toda a parte a seiva bruta esguicha
Num extravasamento involuntário. (1994, p.80)

A morte tomara, então, o lugar da vida. O poeta, que percebeu no labirinto da esperança transmutar-se em um arbusto qualquer, em qualquer planta, grita na solidão de quem sabe e se entende impotente.

16,17ªs estrofes da terceira parte:

Súbito, arrebatando a horrenda calma,
Grito, e se grito é para que meu grito
Seja a revelação deste Infinito
Que eu trago encarcerado na minh'alma!

Sol brasileiro! Queime-me os destroços!

Quero assistir, aqui, sem pai que me ame,
De pé, à luz da consciência infame,
À carbonização dos próprios ossos! (1994, p.83)

No poema *Noite de um Visionário*, Augusto dos Anjos anuncia aquilo que Walter Benjamin classificou como a morte da aura. Esta poesia fala da devastação dos sentidos imersos no turbilhão da cidade.

A cidade exalava um podre bafio:
Os anúncios das casas de comércio,
Mais tristes que as elegias de Propércio,
Pareciam talvez meu epitáfio. (1994, p.95)

De acordo com um estudo de Antonio Armani Prado, que prefacia e prepara a edição do *Eu* de 1994 pela Martins Fontes, o poeta teria sido influenciado especialmente pelos poetas românticos, lidos na adolescência por incentivo do pai. Estas leituras teriam sido responsáveis pelo despertar para a poesia, encontrando no menino enfermo e triste o terreno fecundo. (p.XX) Ainda de acordo com Prado, Augusto dos Anjos buscava um equilíbrio entre razão e sentimento. Mas, a partir do seu ingresso na faculdade de Direito do Recife e do contato com a Escola do Recife a necessidade de equacionar conflitos se faz mais aguda.

Augusto experimenta os primeiros sinais de inquietação intelectual em face desse desvio que ameaçava destruir a nebulosa amena da tradição romântica. [...] é um momento de transição espiritual marcada por intensa procura de caminhos que o levassem ao coração da lírica. Como um outsider que vinha das primeiras libações românticas para o impasse da representação num período que aparentemente se esgotava na própria exaustão dos códigos que o legitimavam, o poeta se isola numa crise de identidade que antecipa, em muitos dos seus aspectos, as contradições mais fundas abertas pela modernidade. (PRADO, 1994, p.XX-XXI)

Compreendida em sua inteireza a aventura da modernidade pode significar uma consciência de si, da natureza e das relações entre os homens. Explicada e entendida apenas por uma de suas faces, ela é estéril. Esse o sonho do poeta -, tanger os morcegos que cobrem como mantas pesadas o pensamento unilateral do homem moderno sobre a modernidade.

2.1.2 - José Américo: um pensamento conflituoso, um retrato da modernidade.

Não me julgo ultrapassado. Enquanto vida tiver serei um homem do meu tempo, permeável à idéia nova. Só tenho de velho os sentimentos: a inteligência renova-se com os seus exercícios. (ALMEIDA, 1994, p.33)

Sobre si mesmo José Américo escreveu algumas linhas, as principais estão em livro: *Eu e Eles*. Podemos dizer, pelos juízos que lapida sobre sua própria personagem, ao tempo da escrita do livro (1970), que foi o que gostaria mesmo de ser. Gostava do mando, da disciplina, da coerência individual e da capacidade de ser política e intelectualmente autônomo. São estas características que concede ao seu próprio perfil e, em grande parte, é por elas reconhecido.

Ao falar da literatura que produziu, não separa ficção de ensaio e considera *A Paraíba e seus problemas*, obra ensaística, como o que fez de melhor. Sobre os textos escritos para a revista *Era Nova*, no livro *Eu e Eles*, “não fosse o bolor, influência de Rui Barbosa e de alguns gramatiqueros, mereceriam uma edição” (ALMEIDA, 1994, p.17)

A primeira incursão pela literatura de ficção, *Reflexões de um cabra*, afirma ter sido feita a pedido e quando ainda não levava a sério a literatura na sua vida produtiva. Entende que é “uma caricatura de novela num tom que me é natural e deixei de cultivar para não perder a austeridade. Um beliscão modernista na velha literatura” (Idem, grifo meu)

É possível afirmar que esta obra encontra-se ainda bastante longe dos cânones modernistas, mesmo que se possa vê-la como uma obra moderna que nega, de fato, alguns dos princípios da literatura romântica e naturalista, ainda prevalentes no período.

No entanto, José Américo gostava de se ver como um modernista na arte de escrever tanto quanto nas ações intelectuais e políticas partidárias ou mesmo quando exerceu a política na prática. Advogava para si o modernismo que sabia dialogar com a tradição, de modo a não perder a fortuna crítica digna de permanência na cultura do país.

O mesmo pode-se afirmar em relação ao romance *A Bagaceira*, considerado pela crítica como o inaugurador do romance nordestino, que teve grande repercussão e alcançou respeito entre seus pares e entre os críticos, principalmente em função do juízo que dele fez e publicou Alceu Amoroso Lima. Alceu o considerou como expressão do modernismo e como inovador em relação à literatura predominante e ímpar na medida em que levou a realidade dura dos nordestinos pobres e das relações desses com os proprietários para a esfera da estética literária.

É possível observar algumas das críticas feitas a este romance, iniciando pelas palavras do próprio autor:

Em 1928 saiu “A Bagaceira”. Estimulado pelos modernistas de São Paulo, reagi, à minha feição, contra o artificialismo literário, importado e decalcado. Era literatura e o meu nacionalismo.

Sentei-me na terra, conversei com instintos e preconceitos e dei uma nota social ao quadro. A frase curta era pouco fôlego e procura de síntese.

O romance recebeu boa acolhida dos críticos, mas, como atesta Otto Maria Carpeaux, foi o famoso grito de Alceu Amoroso Lima que lhe deu celebridade.

Valeu pelas revelações; sua melhor contribuição foi, todavia, a parte lingüística dos diálogos. Como escritor eu tinha minha prosa e deixei o povo falar. (Ibidem, p.19)

Entretanto, entendendo que a linguagem coloquial não deve ser levada para a escrita, muda todas as acentuações da expressão popular. Acentuações entendidas no sentido literal e figurativo.

A LÍNGUA NACIONAL tem rr e ss finais ... Deve ser utilizada sem os plebeísmos que lhe afeiam a formação. Brasileirismo não é corruptela nem solecismo. A plebe fala errado; mas escrever é disciplinar e construir (ALMEIDA, 1981, p.2)

Dessa forma é que se tem, por exemplo, o personagem Valetim, um sertanejo retirante, falando como manda a gramática letrada do romancista.

- Nesse tempo fazia gosto o sertão. Todo o mundo contava vantagem. Acontecia algum repiquete – em 51, 53, 60, 69, 70. Mas fervilhava de gado. [...] Foi quando veio o rebentão de 77. Meu mano foi mais sabido. ...

Eu já ia levantando a cabeça, [...], quando apertou 88. Alguma neblina era só para apagar a poeira. Chuvas salteadas. [...]

Acabo disso, essa é que foi a seca grande; de primeiro, o rebentão era por fora; esse aí fui eu. Porque a gente também seca por dentro. Seca, fica todo mirrado – o espírito, a coragem (1981, p.17-18)

Não que todos os seus personagens falem a mesma linguagem. O ficcionista recria expressões sob diversos matizes. Apenas Lúcio ganha a língua do próprio

romancista. Mas falta aos demais a naturalidade que se encontra, por exemplo, nos tipos criados por Graciliano Ramos, ou que sobra por abundância em José Lins do Rego.

Principalmente o primeiro. Graciliano, preocupou-se em não reproduzir os erros gramaticais de acentuação, concordância e outros exercidos pelas pessoas que não tiveram acesso à educação formal, até mesmo se preocupou em corrigir os erros gramaticais presentes na linguagem coloquial. Esta não poderia ser a justificativa para que a fala dos personagens perdesse sua originalidade. José Américo não se limita a corrigir os “erros gramaticais”, ele impõe estilos, ainda que o faça de forma diversificada, de acordo com a inserção sócio-econômica dos personagens.

Hildeberto Barbosa filho, ao analisar *A Bagaceira*, percebe o romance como obra de transição “[e] assim sendo, consubstancia contradições insuperáveis, na medida em que consegue avançar soluções modernas no âmbito da narrativa [e se prende] aos modelos tradicionais” (1985, p.134) A reflexão literária aponta a presença de influência naturalista, do positivismo, das questões sobre raças. Para Hildeberto,

Se a humanidade americista, em sua grande maioria, se apresenta como simples produto do meio, em sua fisionomia física e cultural ('Dagoberto', 'Valentim'), numa perfeita relação metonímica entre ser humano e natureza, 'Lúcio', com sua carga simbólica, consegue ultrapassar os velhos parâmetros em que se forjavam as personagens. O tipicismo social e o pitoresco folclórico resultam elididos por esta figura humana que se antepõe à aspereza, à brutalidade e ao arcaísmo do meio ambiente. Mesmo que não lhe aprofunde a prospecção psicológica, o autor o diferencia das outras personagens pela conotação simbólica que assume. 'Lúcio', em seus anseios de renovação da estrutura social, simboliza a nova mentalidade do progresso burguês que encontra eco nas palavras de ordem de certos grupos sociais urbanos: voto livre, democracia racial, modernização e melhores condições de vida para os trabalhadores. (1994, p.136)

O simbolismo que impregna a criação do personagem Lúcio, significa, para Hildeberto, “o compromisso inovador do ficcionista” (idem, p.137). Entretanto, continua:

[...] o estigma das concepções naturalistas, com base nos elementos endógenos da personalidade (atavismos, instintos, hereditariedade) e no sistema geo-físico do meio, permanece. A recorrência profusa dos argumentos ligados ao pensamento de teóricos como Gobineau, Oliveira Viana e Nina Rodrigues, em função da desigualdade das raças, demonstram como o autor, direta ou indiretamente, se deixou levar por noções pseudo-científicas, diminuindo-lhe, portanto, a natureza crítica do romance [...] Nem mesmo ‘Lúcio’ escapa ao gancho doutrinário do determinismo.(ibidem, p.137)

M. Cavalcanti Proença, em estudo incorporado a 19ª ed. de *A Bagaceira* desenvolve uma verdadeira apologia ao homem, ao político e ao ficcionista José Américo de Almeida. Mas é uma apologia com rasgos de lucidez analítica. Destacamos dois aspectos desse estudo de Proença para compor essa análise: Cor e cheiro! Mais do que em quaisquer outros textos de José Américo, em *A Bagaceira* sua expressividade através das figurações em torno das cores e dos odores constitui um universo particular de sensibilidade. É o que o romance apresenta de mais belo e mais próprio do escritor paraibano e supera a insipidez da narrativa.

Cores e cheiros simbolizam quase todos os sentimentos: a dor pela seca no sertão, a sexualidade sentida ou reprimida, o amor e a melancolia. A pobreza e a fartura. Toda a afloração destes sentidos serve diretamente ou como pontes para o leitor penetrar no universo que separa os valores morais e sociais do brejo e do sertão paraibano.

A região de Brejo e Sertão, para José Américo, tem odores e cores diversas. As cores e os cheiros delimitam mesmo espaços de classes sociais. Sobretudo, são figurações que nos fazem entender os valores morais e sociológicos do

ficcionista, do ensaísta e do político José Américo. Em *A Bagaceira*: “Era o êxodo da seca de 1898. Uma ressurreição de cemitérios antigos – esqueletos redivivos, com o aspecto terroso e o fedor das covas podres. [Os retirantes de vivo] só no olhar. Pupilas de sol da seca.”(p.4)

No primeiro encontro de Lúcio e Soledade, pelos campos do engenho, ela sentou-se no cajueiro ao lado do rapaz “E ele começou a ficar como os cajus, amarelo e encarnado, mudando de cor [...] recendia um cheiro misto de resina e cabelo molhado” (p. 23-24) Quase toda a página 25 descreve os cheiros da mata, das frutas e das flores. Todos os odores impregnam-se na figura de Soledade, até seus olhos verdes cheiram.

[...] os médicos não cessam de repetir que dentre todos os órgãos dos sentidos, o nariz é o mais próximo do cérebro

[...]

Sentido dos afetos e dos mistérios que estes encerram [...] olfato atinge mais o psiquismo do que a audição ou a visão, ele parece mergulhar nas raízes da vida. Logo, ele deverá surgir como o sentido privilegiado da reminiscência, o revelador da coexistência do eu e do mundo, o sentido da intimidade. (CORBIN, 1987, p.14)¹⁷

Da leitura de *A Bagaceira*, do início ao fim do romance, as imagens se formam em cores e cheiros. A pobreza é escura e fétida, o chão batido, enlameado, as casas baixas e escuras, o pó e o suor impregnam as peles, os cabelos.

O engenho resplandece luminosidade, é rico, sempre da cor amarelo ouro e verde esmeralda e sobre a terra derrama-se frutas e flores cheirosas. Da mesa da casa grande fluem cheiros apetitosos, cheiros que acordam desejos.

Em José Américo, os sentidos olfativos, participam privilegiadamente do exercício da reminiscência. José Américo percebe cores e, sobretudo odores,

¹⁷ Alain Corbin, historiador francês, que apresentou um estudo sobre os odores. *Saberes e Odores*. O olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. Dominique-Antoine Grisoni, numa apresentação do livro (transcrita nesta edição do livro de Corbin), aponta para que através dos estudos de cheiros, Corbin problematiza o surgimento do mundo burguês.

como elemento desencadeador de um lugar abstrato no passado quando a vida era melhor. Esse lugar idealizado reporta o leitor para uma supervalorização do Sertão.

2.1.2.1 - Recebidas e Expedidas.

Pelas linhas e entrelinhas das cartas recebidas e expedidas para e por José Américo pululam as idiossincrasias da modernidade. O mesmo personagem, José Américo, literato e político paraibano, intelectual destacado, amado por uns, odiado por outros sob o mesmo ritmo de intensidade, surge dessas cartas como alguém que representa o reacionarismo político. Atuou nos governos de Vargas, mesmo condenando o Estado Novo e aplaudiu o golpe de 64, assim como o movimento governamental e administrativo que lhe sucedeu. No âmbito estadual, fez parte da oligarquia dos Pessoa. Mas foi interlocutor privilegiado de novos projetos intelectuais e artísticos.

Personagem de vida longa, gozando de uma auto-estima que beirava a arrogância, José Américo experimentou momentos os mais diversos da história política e artística brasileira. Recebeu e escreveu com carinho, admiração e respeito cartas de e para: Mário de Andrade, Getúlio Vargas, Afrânio Peixoto, Graça Aranha, Zé Lins do Rego, Joaquim Inojosa, Raphael Correa, Manuel Bandeira, Carlos Dias Fernandes, Gilberto Freyre, Juarez Távora, Tristão de Athayde, Josué de Castro, Paulo Cavalcanti, Burle Marx, Gláucio Veiga, Afonso Arinos, Álvaro Lins, João Cabral, e muitos outros.

Em carta para Nilo Scalzo sobre Mário de Andrade, reafirma a sua: “grande admiração por aquele homem perfeito [Mário de Andrade], crítico de uma argúcia admirável e reformador literário” (Cep 11-222 de 28.11.68).

Um pouco antes, no mês de agosto do mesmo ano, escrevendo sobre a candidatura de João Cabral de Mello à Academia Brasileira de Letras, ao amigo Tristão de Athayde, ressalta o talento do poeta e a admiração que o mesmo lhe

inspira, uma vez que o considera um dos melhores modernos que, no entanto, “não repudiou o que há de mais belo na tradição”. (Cep 11, 204 de 21.08.1968).

A mesma preocupação com a criticidade sobre a tradição aparece em cartas para um dos seus correspondentes mais assíduos, Joaquim Inojosa. Na primeira carta encontrada nos arquivos de José Américo para Inojosa, carta de 08.08.1924, afirma compreender a necessidade do novo na arte, mas para tal não é necessário “destruir o patrimônio da intelligencia cosmopolita” (CE1,2A). No entanto, os teores das cartas, ao longo dos anos seguintes, ressaltam sempre o prazer de “participar do grato contacto do seu espírito moderno” (CE 1, 3C)

A ambigüidade do personagem permanece realçando linhas durante as leituras das cartas. Para Otacílio Cartaxo, missiva datada de 27.12.1966, criticando o livro lançado por este, tece comentários sobre a ciência da Geopolítica, pela qual expressa grande interesse. “A Geopolítica sempre me seduziu”. Para José Américo, a Geopolítica congregaria os dois principais fatores para o desenvolvimento de um povo, ou de uma nação: o espaço geográfico e o homem, “no seu papel mais elevado que é a organização do Estado” (Cep 8,157).

Embora discorde do amigo Otacílio em alguns aspectos, elogia-o: “Sobretudo não é subversivo. Os nomes que erigiu como patronos na sua ‘homenagem a alguns fortes do povo’ isentam-no de qualquer suspeita” (idem)

Politicamente, em julho de 1969, expondo sua crítica a respeito do livro de P. de Moraes, *Tradição e Transformação do Brasil*, José Américo reconhece o período como instável, para o qual toda exegese seria valiosa, assim como salienta que aquele seria um tempo de mudanças na mentalidade brasileira.

Mais ainda sobre a fisionomia política do solitário de Tambaú, cognome adquirido por José Américo alguns anos antes da escrita da carta que será transcrita abaixo, em função do seu confesso afastamento da política, observemos:

[...] Para saber avaliar o que representou seu papel na consolidação do movimento de 1964 e na elaboração da estrutura revolucionária basta confrontar com o que se seguiu a 1930: as

brechas que se abriam com levantes em vários Estados, a proliferação de chefias e sub-chefias debilitando o centro, correntes opostas que se entredevoraram, a onda inexorável de velhos apetites.

Depois, no Estado Novo, foi mantida a ordem porque dominava no mundo um clima autoritário e não havia ainda os fermentos que a guerra revolucionária infiltra em todos os setores. Além disso, estando fechado o Congresso, não se levantou nenhuma voz que organizasse a opinião. Viu-se, afinal, o que aconteceu quando se reabriu a arena.

O Marechal Castello Branco foi um amigo da inteligência e ele mesmo inteligentíssimo. Estava preparado para ser o reformista. Formada a convicção tornava-se rígido. A mística do dever podia leva-lo à austeridade, correndo o risco de tornar-se injusto. Sua simplicidade manteve essa linha intransigente, sem perder a popularidade.

Era puro e desinteressado, sem olhar os laços de amizade ou de família. Essa dignidade reforçou-lhe a posição.

Teve a coragem de restringir o que poderia parecer privilégio de casta, inclusive de sua própria classe.

Em conferência proferida no CURSO DE EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA, em 1964, assim o julguei: 'O Chefe revelou-se sem emulações desagregadoras, convergindo todos para a figura colocada no centro dos acontecimentos, como o mais abonado. Era o mais esclarecido dos militares que já tinha ocupado a Presidência da República. E temos que reconhecer no Marechal Castello Branco o equilíbrio que se situa entre o temperamento de militar o temperamento do homem com a fibra de um forte de espírito, por assim dizer, de um civilista'. [Por fim, alcinha-o de] "regulador de uma nova história. (Cep33,643 de 16.09.1971)

É curioso que José Américo teça tantos elogios ao movimento de 64. Fez isso durante o período do próprio movimento, como reiterou anos depois as opiniões favoráveis, como foi visto acima. Uma explícita contradição com a sua percepção liberal, sob a qual pregara a preocupação da distribuição menos desigual de renda -, no sentido de combate a miséria; mas, sobretudo, defendendo a liberdade de expressão. É certo que tal liberalismo não se amplia plenamente para o papel do Estado, ao qual reconhece o dever de intervenção quando necessária para a defesa dos interesses nacionais. Neste aspecto, portanto, a contradição se suaviza.

Entretanto, a defesa de liberdade para os jovens, para os operários, para o desenvolvimento intelectual e artístico é explícita em seus escritos. Afirma que o dom da palavra deve ser, sob quaisquer condições, defendido. Percebeu o autoritarismo e a falta de liberdades democráticas no Estado Novo, por que não o percebeu no Estado militar?

Getúlio teria sido autoritário no Estado Novo, o movimento de 30 teria tido um desdobramento desordenado e caótico; no entanto, Castelo Branco seria apenas um homem e político de firmes convicções, preparado para ser um reformista e apenas poderia incorrer na possibilidade de ser injusto, não porque o fosse efetivamente, mas em função das contingências e do seu caráter rígido. Mesmo que cartas de 1968 e 69 apontem para uma interpretação do período como conflituoso, permanece sempre admirador de Castelo, depois de Jarbas Passarinho, de Sarney e outros.

Quando se trata de pensar a literatura, entretanto, se insere nas vertentes mais críticas e partidárias de novos olhares. Quando diz do ofício de historiador que história não é só narrativa, é também interpretação; quando afirma, em carta resposta, ao ser convidado por Jarbas Passarinho para colaborar com uma obra sobre a história da Paraíba, “Tenho minha conceituação da história moderna, mas como se trata de uma série, talvez tenha de obedecer a uma linha comum, em certos aspectos.” Linha esta que, para ele, poderia apontar para uma concepção de história tradicional.

Em carta para Paulo Bonfim, de agosto de 1972, fica feliz pela reedição da revista *KLAXON*, “‘mensário da arte moderna’ que foi portador do sopro que começou a arejar a nossa inteligência criativa” A revista Klaxon representou um dos privilegiados veículos do pensamento modernista. José Américo a conhecia e tinha perfeito saber do que significava do ponto de vista artístico e intelectual.

Sempre que foi chamado para opinar sobre cultura nordestina, como por exemplo sobre idéias separatistas entre nordeste e sudeste, manteve uma posição das mais “modernas”-, não aceitando as polarizações, tampouco fortalecendo esteriótipos.

Em carta para Sinval Fernandes, de 1971, critica a polarização na interpretação do fenômeno do cangaço.

A interpretação das causas do cangaço no nordeste ainda se situa entre dois extremos: o novo romantismo que atribui essa criminalidade específica a um sentido de reivindicação ou de justiça social e o de violência dos instintos, que se manifesta em tipos anormais[...]

Reconheço, porém, que muito influíram as condições do meio para a longa permanência de suas operações ilícitas.

A idéia de democracia esbarrava, sistematicamente, no pensamento político de José Américo, nas relações de poder intestinas. Toda a metamorfose seria desejável, desde que não alterasse as bases políticas do coronelismo.

O movimento de 30, ainda que na historiografia brasileira vários historiadores não concordem com uma mudança significativa nas relações de poder, foi um movimento que se quis idealizador das mudanças nas bases de poder. Alterou os sustentáculos dos poderes coronelísticos. O movimento iniciado pelo golpe de 1964 não pretendeu ferir os interesses dos grupos dominantes nos Estados brasileiros, salvo aqueles que se opusessem ao governo militar.

Abençoado e admirado por Mário de Andrade e por Joaquim Inojosa, ícones privilegiados do movimento modernista brasileiro, principalmente o primeiro; que o tratava com respeito e carinho. Em carta de 27.XII.29, o toma como interlocutor dos seus pareceres sobre folclore e quanto ao material trazido do nordeste para este fim:

[...] e talvez minha maneira de conceber o folclore. Isto não sei se ponho porquê faço questão de não ser folclorista. [...], aceitando a criação individualista. Isso é importante porquê o individualismo do indivíduo popular nordestino é mesmo desnorteante nas peças livres, como os loucos. Um documento chega a mudar inteiramente de apresentação dum lugar para outro.

[...] uma coisa me entristece[...] não registrei nenhum pastoril, por serem estes musicalmente menos interessantes. Agora estou burramente arrependido.

Com carinho e intimidade, no início desta mesma carta, diz: “Jurei pra mim não incomodar você porém não venço a saudade, banco o amante sem brio[..].Si não tiver tempo não responda, [...], não zango não.” Além das trocas de elogios em cartas para terceiros, e das cartas entre eles sempre muito corteses, afáveis e marcando admiração mútua. No final de 1970, em carta para Henrique L. Alves, que pedira a opinião de José Américo sobre escrever um livro abordando as cartas pessoais de Mário de Andrade, José Américo estimula-o, afirmando:

Não sòmente pelo lado humano, mas pelas lições transmitidas, a correspondência de Mário de Andrade requer uma análise que será grande parte de sua vida. São confissões de quem não se ocultava, mas se revela maior na intimidade do gênero que cultivava como uma necessidade interior.

São ambivalentes os personagens, tanto quanto os processos. Em 09.02.1926 Sady Garibaldi critica o modernismo em carta para Cassiano Ricardo. Esta carta foi publicada pelo Jornal *O Globo*, em 08.03 do mesmo ano.

Ó meus grotescos modernistas – estômagos cheios – cérebros vãos, modernistas mil-e-quinhentos-réis, inteligências coelhonetizadas, prosadores landelinizados, poetas aloysio-castrescos – como se parecem vocês com os políticos modernos desta República, os quaes, esquecendo os exemplos e as lições dos sonhadores e realizadores de 89, se deixaram influenciar apenas peloPerdoe-me Cassiano! (IEB-USP Fundo Mário de Andrade – Recortes. R 10)

Para Sady, tudo era de responsabilidade dos paulistas, que inventaram e não orientaram. Eram modernos de discursos e de fachadas, que não enganariam olhares mais atentos.

Talvez, como afirma Rodrigo M.F. de Andrade, em artigo provavelmente de 1926¹⁸, sob o título *Prosa Verde e Amarela*, “Os modernos, [...], discutiram tanto e tanto doutrinaram sobre aqueles assumptos, que hoje se sentem peiados pelas próprias dificuldades que se criaram. Eles são dominados inteiramente pela idea de ‘fazer moderno’” (IEB-USP. Fundo Mário de Andrade – Recortes. R.7)

José Américo representa neste arcabouço o lugar que não apenas ele, mas muitos intelectuais assumiram diante das questões políticas. A posição foi de engajamento ou alienação e quando do engajamento, este nem sempre foi partidário dos movimentos e idéias consideradas reformistas ou até mesmo revolucionárias. Os perfis das políticas autoritárias também constituem parte da proposta moderna, e a tal orientação ligaram-se políticos e intelectuais, Gilberto Freyre e José Américo são exemplos desses.

Interessa, particularmente nesta tese, refletir sobre o caráter ambíguo da modernidade defendida e praticada por intelectuais que privaram, como José Américo, das querelas intelectuais, artísticas e políticas. E no caso particular do personagem José Américo, não seria incorreto afirmar que defendeu os princípios modernizadores nas esferas intelectuais e artísticas com a mesma convicção e fervor com que defendeu o Estado da ordem, com a mesma intensidade defendeu os movimentos políticos conceituados como conservadores e até mesmo autoritários e que se manteve fiel partidário da política de base familiar. A prática política garantidora do coronelismo.

Expressa muito bem este sentimento de modernista, uma carta de Mário de Andrade. A carta é, provavelmente, da segunda metade da década de 20, a julgar por outros documentos encontrados; no entanto, não há data expressa na missiva. Escrita para Prudente de Moraes, nesta, Mário concorda com um parecer

¹⁸ O recorte consultado não apresenta local, data, nem nome do jornal. O próprio arquivo, a partir de suas apurações, sugere a possibilidade de ser Rio de Janeiro, ano de 1926.

publicado em um jornal carioca, que afirma ser o modernismo uma questão de espírito.

quando vocês dizem que o modernismo é um estado de espírito e não uma escola, uma orientação estética acho que descobriram a pólvora. Está certo. E agora é que a gente pode perceber bem porquê muito modernista é passadista e muito passadismo é moderno. (Arquivo Nacional, acervo fundo de Prudente de Moraes Neto, cód 52 – cód anterior AP, série Correspondências)

Tais características se aplicam, sem dúvida, aos intelectuais paraibanos que se lançaram às aventuras modernas/modernistas. Estiveram sempre entre o conservador e o novo, sendo o conservador o viés privilegiado da política partidária e no sentido da política como atividade de governo.

2.1.3 - A modernidade no manequim apertado da tradição: José Lins do Rego, entre passado e o presente.

Sobre José Lins do Rego muito já se escreveu, dentro das mais diversas áreas do conhecimento e ainda se escreve. Diante do conjunto crítico sobre o homem e a obra tem-se a intuição de que tudo foi dito, seja para enaltecer, seja para denegrir.

José Lins nasceu dentro de um engenho, um dos que pertenceu à família materna. Eram três de junho de 1901. O Corredor ficava em Pilar, no Estado paraibano, numa região de Brejo, uma das mais propícias e onde mais se desenvolveu o cultivo da cana para fabricação de açúcar e da rapadura e ainda seleiro fecundo para o algodão.

Parte considerável da sua obra, aquela que alcançou maior projeção, está visceralmente ligada ao universo dos antigos engenhos, com suas relações de trabalho e, sobretudo, com os afetos que pontuaram as relações de sociabilidade desenvolvidas entre os que formavam aquelas comunidades.

José Lins levou para os seus romances os medos, as alegrias, os desejos dos senhores de engenhos. Mas também levou a desconfiança de que defendia esses afetos. Foi desta forma que se expôs e expôs também a ambigüidade do moderno na Paraíba da primeira metade do século XX.

No texto, *Arte e Política*, José Lins esclarece o que pensa da arte politicamente correta, da arte justiceira e engajada:

Há pouco tempo um crítico marxista se mostrou exasperado com a arte que não fosse a manifestação do homem contra o meio hostil.

O poeta e o pintor carregariam aos ombros responsabilidades de políticos disfarçados. [...] Um artista, para este crítico, não passava de porta-bandeira de idéia. Se houvesse um homem padecendo não podia o poeta olhar para as flores do campo. (1981, p.194-5)

Entendia o romancista que isto era o resultado do realismo social, vindo de Moscou. Grandes artistas russos teriam sofrido as agruras da não militância, mas isto havia passado. No entanto, aqui no Brasil, “os críticos, que são vocações de moços de recado, continuam a confundir o artista e a sua função política. O que nos salva é que tais críticos escrevem como toupeiras” (Idem, p.195)

Por isso, para José Lins, seus personagens não poderiam falar como não falaram seus inspiradores. Carlos de Melo, tio Juca, Zé Paulino, como o próprio romancista, eram filhos da aristocracia canavieira. Tanto para José Lins, quanto para Augusto dos Anjos, o desmoronamento da produção dos engenhos atingiu a todos. Como uma avalanche d’água ou de fogo, não deixou nada no lugar.

Ambos, porém, questionam as relações entre senhores proprietários e empregados. Questionam quando focalizam as amas de leite, os meninos que

nem assim poderiam ser chamados. Lá, nos escritos de Augusto, estão Guilhermina, o finado Toca. Em José Lins, alguns personagens são emblemáticos quanto aos questionamentos das condições sociais: o mestre sapateiro, Vitorino Carneiro da Cunha, o encantamento provocado pelos cangaceiros nos homens e mulheres pobres. (*Fogo Morto*) Entretanto, são, sobretudo, literatos que não manifestaram o desejo de encobrir o lugar que eles mesmos ocupavam nesta escala social, tampouco desejaram esconder o mundo que lhes servia de base reflexiva.

Trigo (2002)¹⁹, no livro *Engenho e Memória*, recupera aspectos da crítica literária com o fim de contestação, no que se refere a José Lins do Rego. Este autor foi considerado pela crítica como um escritor simples, que não se interessa muito pela técnica literária e que não problematiza.

José Lins é também autor de exame e análise, de intimismo e inquirição psicológica, de um interesse existencial que o aproxima das linhas mais poderosas do romance moderno, e que confere à sua obra uma permanente contemporaneidade. (2000, p.20).

E mesmo afirmando que a maior riqueza literária de José Lins encontra-se nas obras ambientadas na zona de cana, Trigo busca demonstrar por quase toda sua obra que o romancista produziu uma análise e não apenas reproduziu pedaços da memória. Acompanhemos o seguinte trecho quando Trigo analisa o romance *Menino de Engenho*.

Por trás do plano epidérmico das reminiscências da vida do engenho – plano ao qual o autor é confinado injustamente por parte da crítica – uma mente ‘engenhosa’ articula a realidade

¹⁹ Trigo também trabalha, exaustivamente, as críticas quanto ao saudosismo e ao reacionarismo de José Lins do Rego, neste trabalho citado e que lhe valeu o prêmio José Lins do Rego da academia Brasileira de Letras.

exterior, estabelecendo-se um diálogo permanente entre o dentro e o fora. A análise vem sempre acompanhada de auto-análise, e esta consiste em se revelar pela voz de um narrador imaginário. É um empreendimento que oculta tanto quanto revela, numa luta permanente entre dois sentimentos – e entre duas cadeias de valores. Na obra de José Lins, a nostalgia e a visão crítica travam um combate sem fim. (2002, p.23)

Flora Süssekind, em *Cinematógrafo de Letras*, ao analisar a produção literária e em comparação com as crônicas e textos jornalísticos, salienta que:

Nos primeiros tempos do século XX,[...], a opção pelos ornamentos retóricos foi uma das formas mais freqüentes com que se tentou delimitar o campo do 'literário', do 'artístico' em oposição aos processos técnicos de produção e difusão de imagens e vozes. (1987, p.57)

José Lins do Rego estaria entre os romancistas que se utilizaram largamente de uma técnica despida de retórica. Como ele, escreveram também outros romancistas. É assim com Raquel de Queiroz e Graciliano Ramos, por exemplo. Ao contrário, alguns outros como José Américo de Almeida, que tendo dado os primeiros passos na direção de uma literatura mais despojada de artefatos retóricos, ainda os mantiveram, mesmo que deles pretendesse apartar-se.

Muitas das críticas feitas ao romancista Lins do Rego, quanto a sua pouca preocupação com os abusos dos latifúndios, estão associadas à íntima relação que este manteve com Gilberto Freyre. Uma relação pessoal afetiva e intelectual. Sabe-se o quanto a crítica sociológica, antropológica e histórica esforçou-se no sentido de por a nu o reacionarismo social e político freyriano. Ambos, José Lins do Rego e Gilberto Freyre comungavam de várias idéias, inclusive uma visível e assumida nostalgia pela perda da tradição. Parte deste arcabouço nostálgico se estende também a José Américo de Almeida.

Para José Lins, assim como outros romancistas e não apenas os paraibanos, a referência que parece ter prevalecido quanto ao conceito de modernidade é a freyriana, - tradicionalista e ao seu modo modernista – como o próprio Freyre se identificava, vertente oriunda de um dos ciclos intelectuais de Pernambuco: o regionalismo de Gilberto Freire.

Bosi (1989, p.449), ao comentar a obra do romancista José Lins, entre outros aspectos, ressalta que a natureza de poética explícita, afeita ao “verismo” e impregnada de “neo-romantismo nostálgico [está afinada com a] visão do mundo de Gilberto Freire.”

Trigo também corrobora quanto à intensidade da interação intelectual entre ambos:

São tantas as afinidades entre o ficcionista e o sociólogo que, no mais das vezes, as críticas e questionamentos que se fazem a Gilberto Freyre se aplicam com poucas adaptações a José Lins do Rego. A primeira delas diz respeito ao fato do escritor paraibano ser a expressão de um estamento dominante, ainda que em crise, e, portanto carregar em seu bojo os preconceitos e distorções de uma visão senhorial do mundo, estando contaminada, por assim dizer, pelas marcas do prestígio e da distinção, pelo sentido de mando. (2000, p.40)

Joaquim Falcão e Rosa de Araújo apontam ainda a romantização das relações entre senhores e seus dependentes, a negação do academicismo e a recusa da utilização da retórica nos escritos de ambos.(2001, p.12).

Parece inegável que os intelectuais, José Lins do Rego e Gilberto Freyre, promoveram e investiram intelectualmente e politicamente na defesa do tradicional e na opção de que a modernidade não poderia ser vivenciada fora dos limites culturais.

Cada cultura, respeitando suas especificidades e origens, deveria erigir uma modernidade coerente com o seu passado histórico; sobretudo, sempre como resultantes entre o tradicional e o novo, mantendo profundo respeito pelo primeiro.

O passado, em larga medida, permanece engessado e engessa os olhares que observa sob a perspectiva da conservação. O novo só pode ser aceito na medida em que não ameace a cristalização do passado, seja apenas um ornamento.

O chamado ciclo da cana de José Lins do Rego foi escrito entre o início da década de 1920 até o início da década de 1940, com *Fogo Morto*, num total de seis romances. O primeiro, *Menino de Engenho*, teve seu lançamento em 1932 e o último, *Fogo Morto*, foi lançado em 1943. O espaço de pouco mais de 10 anos retrata o período das primeiras décadas do século XX, na zona de produção açucareira da Paraíba, exceto *Moleque Ricardo* que está quase todo ambientado na década de 20, em Pernambuco.²⁰

Carlos Drummond de Andrade (1999, p.XIII-XIV) afirma sobre a arte de José Lins que suas histórias possuíam o tom de

uma fábula apaixonante como a dos contos populares [...]. Sua narrativa tem quase o estilo oral dessas “estórias”, sem invenções literárias que interessem por si, e a sensação de alegria de “ouvir” domina o leitor - mas uma angústia nova, diferente dos sustos ingênuos que os casos folclóricos ministravam, fica pregada a quem leu.[...]. [Para Drummond, o romancista fala do seu próprio tempo e neste se coloca, se expõe, oferece-se em confiança, mas] Seu caso pessoal se insere numa paisagem, numa cultura, numa fase econômica e política, que passam a viver em representação dramática a nossos olhos, despercebidos até então do caráter trágico do panorama ou ainda não habituados a encontrar toda essa tragicidade em termos (tão simples) de ficção.

Coube a José Lins nascer e passar a infância num período de crise, isto é, de romance em potencial, em que uma forma de viver se despedia de toda uma região. O sentimento agudo do ficcionista captou os conflitos gerados por esse desmoronamento silencioso” .

²⁰ O romance *Moleque Ricardo*, normalmente, não é considerado como fazendo parte do ciclo da cana. No entanto, o romance trata da vida de um trabalhador do engenho e tem conotações pertencentes ao âmbito do êxodo rural. Por outro lado, sua continuidade, com a volta do personagem principal para o engenho, permite acoplar o mesmo ao conjunto da saga da cana-de-açúcar.

Deve ter razão o poeta mineiro. Lendo *Menino de Engenho* ou *Meus Verdes Anos*, lá está a paixão do menino José Lins pelas histórias contadas pelas negras, as histórias de “Trancoso”, principalmente as histórias quando contadas pela negra Totonha.

Lá, também, e em outros romances, encontramos registros quanto às transformações econômicas e políticas, o posicionamento claro da classe social na qual se encontra o escritor; assim como o questionamento do intelectual sensível e que se expõe aos olhos dos leitores.²¹

Numa nota à primeira edição de *Usina*, quinto romance publicado pelo escritor, encontra-se uma avaliação do próprio escritor quanto às críticas produzidas aos seus romances. Afirma José Lins do Rego (1993, p. XIII):

[...] Veio, após o Menino de engenho, Doidinho, em seguida Bangüê. Carlos de Melo havia crescido, sofrido e fracassado. Mas, o mundo do Santa Rosa não era só Carlos de Melo. Ao lado dos meninos de engenho havia os que nem o nome de menino podiam usar, os chamados “moleques da bagaceira”, os Ricardos. Ricardo foi viver por fora do Santa Rosa a sua história que é tão triste quanto a do seu companheiro Carlinhos. Foi ele do Recife a Fernando de Noronha. Muita gente achou-o parecido com Carlos de Melo. Pode ser que se pareçam. Viveram tão juntos um do outro, foram tão íntimos na infância, tão pegados (muitos Carlos beberam do mesmo leite materno dos Ricardos) que não seria de espantar que Ricardo e Carlinhos se assemelhassem. Pelo contrário.

Depois de Moleque Ricardo veio Usina, a história do Santa Rosa arrancado de suas bases, espatifado, com máquinas de fábrica, com ferramentas enormes, com moendas gigantes devorando a cana madura que as suas terras fizeram acamar pelas várzeas. Carlos de Melo, Ricardo e Santa Rosa se acabam, têm o mesmo destino, estão tão intimamente ligados que a vida de um tem muito da vida do outro. Uma grande melancolia os envolve de sombras. Carlinhos foge. Ricardo morre pelos seus e Santa Rosa perde até o nome, se escraviza.”

²¹ Como já foi colocado na nota anterior, existem vários estudos sobre tais aspectos. Mais uma vez a par com Luciano Trigo quanto ao ciclo da cana de José Lins e suas reflexões sobre as críticas literárias e os preconceitos que cercam a obra do romancista paraibano.

A citação explica-se pela importância de ver, nas mãos do próprio romancista, uma reflexão acerca da sua produção literária, o olhar que construiu sobre um momento da história. Esta afirmação de José Lins é também uma resposta às críticas que recebeu, especificamente, pelo romance *Moleque Ricardo*. Alguns críticos consideram Ricardo como uma réplica de Carlos Melo quanto aos sentimentos que ambos expressavam e, neste sentido, acusaram José Lins de não respeitar as alteridades entre o neto de um senhor de engenho e o filho de uma “agregada” da propriedade.

A mãe de Ricardo fora criada na casa-grande do engenho, continuando a servir aos seus donos como se a escravidão não houvesse acabado. Não recebia salário, férias, satisfações -, apenas servia. Para o romancista, no entanto, as grandes ferramentas de trabalho das Usinas pareciam monstros que amedrontavam Carlinhos e destruíram igualmente a ambos, Carlinhos e Ricardo. Fora o mundo da fábrica que jogou Ricardo do Recife para Fernando de Noronha e depois para a morte. Foram as moendas gigantes que impuseram o fracasso de Carlinhos e destruíram o Santa Rosa.

Outra crítica que se encontra sobre a obra deste autor diz respeito ao seu saudosismo e melancolia que parece desejar a volta de tudo o que foi perdido, inclusive dos trabalhadores gravitando em torno das casas grandes, como já foi colocado acima. Em vários momentos da literatura de José Lins essa questão é sentida, mas aponta para a problematização literária, na medida em que o romancista parece também perceber o seu saudosismo conservador.

As obras de José Lins do Rego estão postas na perspectiva daquele que traduzem o universo rural sem artifícios. O desejo de manter o passado cristalizado no presente e as tímidas possibilidades de mudanças estão igualmente presentes nos romances do escritor. Não são apenas agitações no baú das memórias, José Lins do Rego é um construtor de histórias.

CAPÍTULO III

3 - A ABOLIÇÃO E O ADVENTO DA REPÚBLICA NA PARAÍBA.

3.1. A Abolição.

Os movimentos de Abolição e Instauração da República no Brasil estão associados aos pensamentos progressistas e liberais, nos seus mais diversos matizes. Podemos apontar a influência inglesa, a norte-americana, a francesa e leituras do positivismo conteano, também este oriundo da tradição francesa -, como concorrentes para a formação do sentido de liberalismo, democracia, liberdades políticas, nacionalismo, e progresso.

As prédicas pró-abolição contiveram o projeto de uma sociedade livre e que pudesse se inscrever entre as nações mais prósperas e respeitadas; mesmo que muitas vezes esse propósito não ultrapassasse os discursos.

Nesse sentido, lembremos aqui um intelectual brasileiro, funcionário público e que foi duramente criticado por sua suposta alienação frente à questão do escravismo. Machado de Assis deitou ao papel do seu tempo preciosidades sobre a escravidão. A crítica subliminar e mordaz despia os discursos que se emaranhavam em chavões, em paradigmas repetidos por decoreba. Procurava, através dos seus personagens, discorrer e criticar sobre a sociedade que se nutre da ambigüidade de ser escravista e renegar o escravismo. Ora preocupada com os escravizados, ora tentando manter a ordem escravista, tendendo, infelizmente, para a segunda opção.

Alguns críticos apontam Machado de Assis como um alienado quanto à sorte da massa de escravizados do seu país, ressaltando sempre a sua origem mestiça,

que seria motivo mais que suficiente para que o romancista se engajasse na luta contra a escravidão.

No entanto, pode-se apontar no trabalho literário de Machado vários personagens e traços dos seus enredos que analisam, refletem e denunciam a escravização e os percalços percorridos pelos que lutavam contra esta condição dentro da sociedade brasileira. Embora fosse criticado ou simplesmente entendido como apolítico, Machado foi punido como funcionário público na década de 90 dos 1800. Preocupou-se e pensou a escravidão, assim como o sistema republicano.²²

Sidney Chalhoub, no livro *Visões da Liberdade*, cita um personagem de Machado, o bom e submisso Pancrácio, homem liberto. Este personagem teria sido tecido por Machado de Assis sob a imagem caricatural como uma forma de denúncia. (1999, p.182)

Além dos seus apontamentos literários, Machado de Assis atuou como funcionário do governo imperial, na segunda seção da Diretoria da Agricultura do Ministério da Agricultura, instituição responsável por julgar processos envolvendo a escravização, os escravizados e proprietários de escravos. Trata-se particularmente dos processos ocorridos pela lei de matrículas em todo o Império.

O historiador Sidney Chalhoub, no livro *Machado de Assis historiador*, de 2003, relata e analisa os pareceres do funcionário Machado de Assis. Dentre os casos narrados, observemos aquele que Chalhoub considera o mais significativo e que segundo este contou com decisiva participação de Machado.

Na cidade de Rezende, Rio de Janeiro, um cidadão, proprietário de escravos, não havia efetivado as matrículas no tempo hábil previsto pela lei, mas conseguira sentença favorável em ação ordinária e a partir desta solicitava fazer as devidas matrículas. O coletor do município recorria às instâncias superiores, pois tinha dúvidas quanto à legalidade das matrículas a serem feitas nas condições expostas. O processo passou por mais de um parecer, inclusive da Procuradoria da Coroa. Ao chegar às mãos do Diretor Gusmão Lobo, da diretoria

²² Ver José Murilo de Carvalho no prefácio a 3ªed. Do livro sobre correspondências entre Machado e Nabuco, organizado por Graça Aranha. (2003:16)

da Agricultura este solicitou novo parecer, que deveria ser emitido pelo chefe da segunda seção. O chefe da segunda seção era Joaquim Maria Machado de Assis. (2003, p.216/17)

Não entendo bem o porquê de o diretor Gusmão Lobo haver remetido o caso de volta à segunda seção, para conhecer o parecer do chefe interino em assunto jurídico sobre o qual já se ouvira até a Procuradoria da Coroa. Ainda bem que o fez. Machado de Assis foi de longe o autor do parecer mais politizado e incisivo da série. Seu discurso lembra os de advogados abolicionistas que encontrei tantas vezes[.].(CHALHOUB, 2003, p.218)

A participação do escritor e cidadão não se deu em palanques nem tribunas. Usou dos meios que lhes era próprio: a pena de literato e construtor de personagens magníficos e a posição como funcionário do Estado Imperial. Embora Machado de Assis não fosse um abolicionista militante, foi, em alguns momentos, mais contundente do que muitos que vestiram as prerrogativas da militância.

Muitos são os documentos que falam da escravidão, outros tantos refletem as diversas argumentações utilizadas em favor do abolicionismo. No entanto, pouco se encontra acerca da vida das pessoas que foram escravizadas; se comparada com a quantidade dessas referências com o período em que a escravidão durou no Brasil, e com o contingente populacional escravizado.

Os historiadores, que se preocupam em retratar os sentimentos e as razões desses homens e mulheres, são obrigados a partilhar de trilhas íngremes, becos estreitos, paisagens cheias de lacunas; ou seja, a preocupação fundamental foi, predominantemente, a de acabar com a escravidão: cancro, vergonha nacional, disparate político-econômico frente às outras nações do mundo civilizado.²³

²³ Mesmo diante das dificuldades, muitos trabalhos de historiadores, antropólogos, e outras disciplinas têm-se voltado para a história dos escravizados, sob diversos ângulos. Alguns desses trabalhos são tratados ao longo desta tese.

Por isso, muitas vezes são os textos literários, ao compor tramas e personagens, que nos remetem ao universo dos afetos. Não são os percentuais de vendidos, fugidos. A maior ou menor população entre as décadas, ainda que tais dados sejam de fundamental importância para os historiadores. São os sonhos, os medos, as idiossincrasias, as expectativas, o mundo das sensibilidades e suscetibilidades que emergem dos contos, romances, crônicas.

No que se refere aos movimentos abolicionistas é sabido que houve uma maior influência e participação popular, notadamente dos escravizados, em comparação com a mesma participação no advento republicano. O fim da escravidão encontrou resistência entre proprietários e não em meio ao povo.

Conquanto tenham sido relevantes e fundamentais as campanhas pró-abolição, estas estiveram cercadas, algumas vezes, de uma auréola demagógica, ao menos no que se refere a um certo contingente de intelectuais, que se preocupava em defender os interesses dos grupos produtores aos quais estavam vinculado.

No jornal, diário, *Gazeta da Parayba*, ano I, de 17 de novembro de 1888, nº 8, encontra-se um longo artigo, em forma de editorial, que se coloca na condição de um estudo sobre a abolição, sob o título *Abolição e Trabalho*. O jornal se qualifica como politicamente neutro e defende que a abolição foi necessária, porque o país não poderia continuar se envergonhando diante das demais nações civilizadas.

Todo o artigo se volta para aconselhar os produtores a cobrarem serviços de infra-estrutura do Estado. Tratava-se da necessidade de remediar algo que já estava feito e que não poderia ter sido evitado. Restava, portanto, aos produtores e ao Estado brasileiro promover as medidas liberais que garantissem o trabalho e a produção.

Entre o início das lutas abolicionistas e o final da escravidão, momento do qual se ocupava o jornal *Gazeta da Parayba*, muitos percalços foram vivenciados na sociedade brasileira envolvendo posições as mais diversas entre abolicionistas, escravocratas, escravizados.

A idéia da abolição como destino manifesto está presente em quase a totalidade dos estudos sobre o Brasil, mais perceptível quando se trata do período final do escravismo, o mesmo do final do Império brasileiro. No entanto, tomando como referência Sidney Chalhoub, ao tratar da questão, citando o poeta Rainer Maria Rilke: aquilo 'a que chamamos destino sai dos homens em vez de entrar neles' (RILKE apud CHALLOUB, 1999, p.20).

O processo, como lembra o mesmo Chalhoub, é histórico e foi construído a partir de uma receita heterogênea, com ingredientes conflituosos: interesses econômicos, políticos e sociais que algumas vezes entraram em choque; assim como as lutas travadas pelos próprios escravizados.

O fim do escravismo brasileiro ganhou singularidade pela resistência em acontecer. Foi lento, gradual – palavras comuns na historiografia – prenhe de subterfúgios. Durante todo o período que marcou os percalços das leis contrárias à escravidão -, as quais conviveram sempre com a desobediência sonsa ou explícita dos proprietários escravocratas e dos comerciantes de escravos -, intensas campanhas e contendas político-ideológicas defenderam a necessidade da abolição gradual.

Tão bem fincadas foram as estacas do devagar e quase nunca que em 1912, no dia 28 de setembro, através do *Jornal do Commercio*, Luis G. D'E. Dória (Acervo do Arquivo Nacional, Fundo Luis G. D'E. Dória, Colão Recortes, AP18, NT 111/39) publicava um texto, na ocasião do aniversário da Lei do Ventre Livre, sobre a importância da mudança lenta e gradual da força de trabalho no Brasil. "Uma das palavras mais negras em todos os lugares é de certo a palavra escravidão, uma das mais luminosas vem a ser [...] liberdade".

Em prol da liberdade, ressalta Dória, havia unido forças num amálgama possível do seu tempo político o Visconde de Rio Branco, o qual, em 1871 -, "impediu que as entranhas da escrava gerassem captivos". Cativos que Luís G. D'E. Dória lamentava, em repúdio moral, serem, muitas das vezes, filhos dos senhores. Dória salienta algumas palavras de Torres Homem sobre os filhos dos

senhores com as escravas das senzalas brasileiras: “a perataria exercida ao redor dos berços”.

Todo seu discurso está, entretanto, entremeado de digressões econômicas demonstrando que entre a filantropia e a economia há de se manter um grande fosso; para que a primeira não atropela a segunda, constituinte privilegiada da riqueza das nações civilizadas. Adiante, finalizando o discurso, repete o refrão brasileiro que ameniza o cancro escravista, tantas vezes decantado e propagado por décadas. Há, hoje, quem ainda acredita como Dória em 1912, que: “a escravidão no Brasil nunca atingiu o Maximo de crueldade. [...] A senzala brasileira teve sempre menos gemidos que A Cabana do Pai Thomaz”.

Voltando a confabular com o historiador de *Visões da Liberdade*, Sidney Chaloub, observamos que muito de indeterminação e imprevisibilidade esteve presente no movimento abolicionista. Concordamos com este historiador quando afirma que, não raras vezes, “a memória da Abolição transformou em apologia ou em farsa o que foi, e é, fundamentalmente, luta e sonho de liberdade” (1999, p.20).

Seria legítimo afirmar que o destino manifesto, pelo qual os intelectuais clamavam, assim como as identidades desejadas, que permaneciam como ideais, foram construções sociais, econômicas e políticas orientadas pela preocupação de não intervir nas relações econômicas e de poder.

Muitos discursos eram repetidos, envoltos, não raro, em mantos idealizados, através dos quais não era possível perceber a dinâmica do que se construía. À força demonstrada pelos escravocratas na defesa dos seus interesses somava-se muitas vezes com a fragilidade, ou para alguns com o bom-senso de muitos dos abolicionistas que respeitavam os pareceres de que a escravidão não poderia ser extinta de uma única vez. A economia pereceria. Era necessário ter paciência para que o país não perdesse o controle político e econômico.

Alguns dos artigos encontrados, entretanto, apontavam outros males para a desorganização da produção. Feita a Abolição gradual, como foi desejo da maioria, excetuando os escravizados, o problema da produção permaneceu.

Em 20 de maio de 1888, *A Gazeta da Parayba* traz um artigo sob o título *Carnes Verdes*, no seu nº 11, que postula serem as estradas insuficientes e ruins, e o produtor preguiçoso, assim como o Estado pecava pela “desídia dos poderes públicos”. Por sua vez, os suburbanos já não plantavam em seus quintais as frutas e verduras. Estes aspectos configurando o real problema da produção no Brasil e na Paraíba em particular.

Embora a opinião do articulista acima possa até mesmo ser um pouco pueril, acreditando que plantações nos quintais atingissem a solução de um contexto tão amplo como era o da produção no período, ou ainda por culpar os produtores que considerava preguiçosos, a questão do problema maior da produção na Paraíba não estava, privilegiadamente, vinculada à abolição.

Além da questão de infra-estrutura colocada pelo autor, é necessário salientar que a população escrava paraibana, mesmo quando atingiu o seu auge, foi sempre inferior a de outros Estados. No momento da abolição final, essa população já estava bastante diminuída e sempre houve, na Paraíba, um grande contingente de trabalhadores livres e não só na cultura do algodão ou na pecuária, mas também nas zonas de plantação e beneficiamento canavieiro.

Maria do Céu (1999, p.55), analisando a escravidão africana na Paraíba, demonstra, em percentual, a população escrava entre 1798 a 1851, muito antes da abolição total, e a compara com a população livre no mesmo intervalo de tempo. Em 1798 havia um percentual de 77,70% de livres para 22,3% de população escrava. A diferença foi sempre mantida e, embora tenha havido um aumento da população livre, não ocorreu o mesmo com a escrava, que esteve sempre em declínio; aumentando, portanto, a diferença em prol da população livre.

Marc Hoffnagel (1940, p.44), analisando a população escrava para a década de 50 e 70, afirma:

A história do Nordeste em geral, e a da Paraíba, em particular, não pode ser pensada apenas em termos do binômio senhor-escravo. No ano de 1852 os escravos representaram 13% da população total da Paraíba. Por volta de 1872, esta população tinha caído para apenas 5,7%. Nesta altura, os homens livres já formaram o elemento preponderante da força de trabalho na economia paraibana.

Para o ano de 1879, a informação de Evaldo Cabral de Mello é que, “no próprio vale do Paraíba, centro agrícola mais importante da província, [...] não haver engenho que dispusesse de mais de 50 escravos: muitos apenas 16 ou 12: e alguns, apenas os indispensáveis ao serviço doméstico”.(1999, p.31). Em 1870, o percentual de escravizados era de 8,36% para 91,63% de livres.(MEDEIROS,1999, p.55)

O intenso tráfico interprovincial de escravos, observado pelos historiadores estudiosos da escravidão brasileira, constitui um elemento importante e significativo no que concerne à afirmação aqui posta de que nem sempre os interesses em abolir a escravidão corresponderam a ações efetivas. Poucos anos antes do fim da escravidão, esse comércio, embora minado pelas campanhas abolicionistas, pela diversidade de interesses entre o norte e o sul, e ainda por facções com percepções diversas dentro do próprio norte e sul do país, assim como pelas ações dos escravizados -; imbuía-se de peso econômico. Por outro lado, essa transferência de escravos também foi responsável pela diminuição da população escravizada paraibana.

Diana Galiza (1979) chama a atenção para a diminuição da população escrava a partir de epidemias que ceifaram muitas vidas, sendo a principal delas a de cólera na década de 50 de 1800. A mortandade entre escravizados e livres pobres também sofria considerável aumento nas ocasiões de secas prolongadas. Além disso, aponta como fator de diminuição da população escravizada as alforrias que teriam completado 1.052 cartas no espaço de 36 anos (1852-1888).

Por isso, Ademar Vidal expressa que “[a] lavoura de cana quase que não sofreu as conseqüências súbitas da Lei de Treze de maio” (1945, p.28).

O Jornal *O Emancipador*, de 1883; cinco anos antes da abolição, conclama os proprietários e o Estado, principalmente os primeiros, a entenderem a necessidade da abolição. O jornal se filia ao Órgão da emancipadora paraybana, anno 1, Parayba do Norte, nº1, 17 de outubro de 1883. No editorial:

É tão grande o influxo da idea abolicionista, que se tem asenhorado dos espíritos, e a sua justiça tão imponente, que determina de uma irresistível a solução deste grande problema, por mais que falle em nome da lei ‘garantidora’ dessa propriedade (em itálico no original), do capital empregado na sua obtenção, da necessidade do braço para rotação da terra, do grande interesse da lavoura, fonte da riqueza publica e particular.

Reclama da cegueira dos que não se apercebem que já há um desejo geral de acabar com a escravidão e a classifica como perniciosa. Sustenta que o fim da escravidão é um caso de humanidade e não apenas de interesse da pátria. A escravidão é ainda uma prática contrária às práticas religiosas. Mesmo assim, os editores, ao refutarem a acusação de que incitam os escravos à rebelião, asseguram:

Esqueceu porem que a acção e a discussão por parte dos que combatem em bem da emancipação, longe de ser o estímulo para essa revolta, é o meio de ensinar-os oprimidos a acalmarem-se, fazendo-lhes conhecer que é – quase – sempre um dever suportar uma injustiça, para não se aggravar a sorte da grande causa diante da insurreição, nova violação das leis divinas e humanas, não inferior a imposição coarcta essas mesmas leis, sustentando a necessidade da conservação de uma hydra, que despeja em nossas veias o veneno letal.

A emancipação dos escravos, entretanto, por mais que significasse um direito legal, humano e até divino -, deveria aguardar iniciativa dos governantes e da sociedade de brancos proprietários, só estes a poderiam conceder. Jamais se conceberia que os escravizados pudessem ir à luta por tais direitos que se lhes reconhecia.

O receio que revoluções, insurreições, e revoltas surgissem entre os escravizados foi comum a quase totalidade dos homens públicos e proprietários durante todo o período escravista, intensificando-se, claro, nos momentos finais e por ocasião das leis de abolição gradual.

Mesmo entre os abolicionistas, o medo tinha lugar de destaque, principalmente durante os debates sobre a Lei do Ventre Livre, de 1871. Entre todas as leis que foram criadas em prol da liberdade, esta foi a que suscitou maiores debates e reações. Liberais, e até defensores da liberdade diziam temer os teores jurídicos presentes na lei e nos seus regulamentos. A Lei, dizia-se, tirava dos senhores a autoridade sobre o escravo e esta deveria ser e permanecer incontestada, sob pena de incitar as revoltas e por em perigo a normalidade política e econômica da nação.

Esperar, entretanto, que os proprietários e o governo cumprissem com esse destino da liberdade poderia significar a morte no cativeiro. No jornal *Arauto Parahybano*, de 12 de fevereiro de 1888, no nº 3, sob o título *Abolicionismo*, sem autor expresso, encontramos a denúncia de que muitos dos escravizados, matriculados como tais, eram pessoas livres. “Dissemos em um dos artigos precedentes que a nossa província, se o quizesse, seria uma das primeiras a operar a transformação do trabalho servil”. A afirmação não se vincula às questões religiosas ou morais. A partir dos dados de matrícula feitos oficialmente pelos proprietários, enfoca-se a visibilidade da escravização ilegal.

Temos sob as vistas um trabalho cuidadosamente manuseado (em itálico no original) sobre a matrícula de escravos que, em virtude do artigo 1º, da lei 3270 de 28 de setembro de 1885, se procedeo

em toda a província; e por elle vemos que de 30 de março de 1886 á igual data de 1887 foram dados a matricula 9448 individuos, sendo 5238 do sexo feminino e 4210 do masculino; e relativamente á idade aquelle total (9448) é assim distribuído : menores de 30 annos-5084; de 30 a 40 annos-2174; de 40 a 50 annos-1486; de 50 a 55 annos-45; de 55 a 60 annos-249, representando todos a importância de 6.259.230\$000, o que dá para cada escravizado, sem termos em attenção a tabella legal dos valores pelas idades, 662\$000 reis, fracção despresada. Devemos, porem, estimar semelhante população escrava com o abate nunca menos de 5%, que deve ser maior, por quanto é sabido que innumeros foram os infelizes illegalmente inscriptos na matricula; e por conseguinte livres.

Voltando ao editorial de *O Emancipador*, o artigo expressa mais um dos grandes elementos de preconceito contra os escravizados: O ensinamento, que reconhecem como tarefa dos abolicionistas, estaria no limite do que “seja possível fazer chegar até á comprehensão da acanhada e quasi extincta intelligência do escravo” Embora esta afirmativa constitua uma alusão a que o próprio processo de escravização fosse o fomentador desta perda de intelligência, uma vez que retira o humano do meio social e cultural originário e o coloca juridicamente na condição de coisa, privado, no mais das vezes, de quase todos os direitos sociais. O fato é que os escravizados são entendidos como pessoas incapacitadas.

No jornal *O Popular*, auto - intitulado órgão do povo, encontra-se a reprodução de um texto escrito na Corte, e datado de 09 de abril de 1884 em Correspondências. Um artigo versando sobre as maravilhas que podem advir da possibilidade dos homens voarem. “Quantas descobertas, nas quaes nem ao menos ousamos pensar, por se acharem ainda muito além do que consideramos impossível, - virão abrir à vida nova fonte de prazeres?! O jornal tenciona registrar tudo o quanto pareça auspícios da modernidade. Adiante, no mesmo número, transcreve-se o discurso de Dr. Fausto Nominando Meira Vasconcellos, sobre o prolongamento da estrada de ferro até a cidade de Cabedelo. (p.3) Assim, abolir a escravidão, criar novas tecnologias, construir estradas faziam parte de um mesmo desejo -, civilizar-se. Sobretudo ser reconhecido como civilizados.

Escravidão e Monarquia são impedimentos à modernização do Brasil. O homem do século XIX, sob a ótica deste e de outros periódicos, clama por um mundo novo: a grandeza das estradas, o desenvolvimento das ciências e das tecnologias. O cidadão tutelado e o ser aprisionado não poderiam fincar as raízes necessárias ao mundo novo.

Também no *Jornal Arauto Parahybano*, literário, noticioso e abolicionista, encontram-se artigos que falam do abolicionismo como uma necessidade premente para retirar o Brasil de uma condição obscurantista. Particularmente no *Arauto Parahybano*, um texto associa a escravidão e o governo monárquico a uma situação que impossibilita o progresso e a modernidade do país, escrito por Joaquim Ribeiro, correspondente do jornal no Recife, está datado de março de 1888,

Não é finalmente, com a escravidão, essa instituição vil e soez, [...] que nós levantaremos a agricultura que acha-se em estado deplorável; [...] os escravos já lassos de laborar quotidiano, não podem continuar no arduo e brutal serviço sob a azorrague de seu facinora, o senhor.

Se n'esta terra de bravos continuar a vil monarchia, esse systema de governo que tem nos arrastado às profundidades de um abismo horroroso, nós de certo seremos apontados na História como elótas e arredios às santas doutrinas.

Indignado, o autor exclama: “Miséria! Vergonha!....” O Brasil estaria andando contra o mundo:

Todos os estados, quer da América do Norte, quer da do Sul, marcham acceleradamente para o campo vastissimo e luminoso do progresso.

Só o nosso Brasil caminha detidamente e entregue aos negros vagalhões da decadência. (em itálico no original)

Continuando o artigo, merecedor de transcrição na íntegra pela eloquência.

Os Estados Unidos marchão sublimemente na senda da civilização. O escravismo n'esta terra dos grandes e veneráveis Wasington e Tullon extinguiu-se in sulbito e [trouxe] a doirada liberdade. Liberdade mais radiante do que Sirius, abrigou-se sob a bandeira multicolor da republica, iluminando a fronte de todos os miserables escravos!

Uma maiança patriota dos libertos americanos fundou nas plagas da velha África, na costa da Pimenta, na Guiné, a republica da Libéria, que, progredindo agigantadamente, a sua população subiu, em poucos annos, ao numero de 700.000 mil almas.

O autor, mais uma vez, expressa sua indignação, ao perguntar a razão que faz o Brasil tão diverso dos Estados-Unidos. Afirma que os americanos são “entrepados” e mais “diligentes”.

É que ahi, diz Edouard Laboulaye, não existem, como entre nós, as paixões cégas, as ambições insensatas. E d'onde procedeu esta nossa cegueira e esta insensatez? Da ignorancia.

Só a educação, afirma, ainda de acordo com Edouard, seria capaz de “cimentar a liberdade nas instituições e nos costumes”. Só a educação poderia garantir o amor à Pátria, ao desenvolvimento, ao labor. Assevera, ainda, que os grandes homens da América são oriundos do operariado. No Brasil, no entanto:

A mocidade é completamente arrelia às causas grandiosas e só nutre em seu redil o optimismo, o proteccionismo, o servilismo, etc e a democracia é considerada uma instituição desprestigiada e soez, sendo uma instituição liberal, simples e propalada em quase todos os estados do Novo Mundo.

É que em todos esses estados, diz E. Laboulaye, a liberdade não se acha concentrada em uma câmara legislativa, existe por toda parte, como a atmosphera e a luz.

O cidadão, para ser realmente livre, precisa compreender e desejar a liberdade, a autonomia política. Implicitamente a educação reaparece no artigo abolicionista e republicano. É um texto liberal, dentro dos cânones do período, em consonância com o pensamento europeu e americano do norte. A necessidade de estar par a par com as outras nações, principalmente com a nação também americana e jovem parece ser o objetivo principal dos republicanos.

Quanto à abolição, os sentimentos parecem confundir-se entre o ideal liberal de trabalho livre, influência primaz da Inglaterra; os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, herdeiro de uma leitura do pensamento francês; e a vergonha.

No entanto, a educação na Paraíba apresentou por longo tempo um padrão de precariedade. Antonio Carlos Pinheiro, na obra *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba* (2002, p.49), afirma que em 1892, posterior a própria Proclamação da República, o governador vinha oficialmente reconhecer que as escolas eram precárias e criadas sem obedecer a um programa educacional, atendendo, muitas vezes, interesses individuais.

A educação não atendia satisfatoriamente sequer aos alunos das classes proprietárias e médias, tampouco, é claro, voltar-se-ia para atender a uma demanda dos homens pobres, fossem escravizados ou libertos.

San Tiago Dantas, em discurso proferido para homenagear o embaixador britânico Sir. Noel Challes, dissertou sobre a influência inglesa no Brasil e no mundo, sob a ótica do moderno. Localizou entre os pensadores brasileiros e arautos da abolição, Joaquim Nabuco, como um que havia se referenciado nas idéias da Inglaterra. As idéias sobre ética social, sobre as instituições e sobre os costumes das cortes -, o que significava delimitar os vínculos que a Inglaterra estabelecera e repassara quanto aos cânones modernos do trabalho livre; da economia livre; das modernas práticas administrativas, voltadas para o público e não para o privado; e, sobretudo, para o caráter livre e democrático da Monarquia britânica.

É curioso notar que nessa época decisiva para a formação nacional, que se estende desde a Independência até o fim do século XIX, época de amadurecimento, de conquista do equilíbrio, de poupança e entesouramento moral, subsistiram em nosso meio, lado a lado, as duas grandes influências – a inglesa e a francesa – sem se contenderem, como duas correntes que houvessem partilhado e deslindado os respectivos campos de ação. A França influe nas letras, nas idéias gerais, nas questões estéticas; a Inglaterra pesava na ética social, nos costumes das cortes, nas instituições (Acervo do Arquivo Nacional, Fundo San Tiago Dantas, AP47, caixa 2, pacotilha 3, p.7)

Embalados pela crença de que a herança liberal européia poderia ter sido plenamente absorvida pela sociedade brasileira, alguns articulistas na mídia superestimavam os movimentos abolicionistas brasileiro.

No domingo, 29 de abril de 1888, no seu nº 16, o Noticiário *Areia Livre*, comemora: “Já não pussue escravos (grifo no original) esta heróica cidade que é a primeira livre d'esta província; já está plantada a bandeira que contem esta sublime trindade, Liberdade, Igualdade e Fraternidade.”

Entretanto, vinte e oito dias antes, o jornal *Verdade*, órgão abolicionista e noticioso, também da cidade de Areia, publicava um quadro da situação dos escravos, na referida cidade. Naquele ano de 1888, 25 de março, existiam em Areia 49 escravos. O jornal lista os respectivos senhores, nome completo e quantidade dos cativos. Em seguida, informa:

Destes: estão mudados para outros municípios sem as competentes averbações 4. Abandonados 16.
Declarados livres pelos senhores 26.
Ausentes em lugares não sabidos 2.
Sem promessa de liberdade 1.
serem lançadas em notas, ou averbando-os como livres na collectoria, serão seus nomes lançados no Destes senhores, aquelles que não tornarem efectiva a liberdade prometida a seus escravizados, entregando as respectivas cartas de liberdade para QUADRO NEGRO – que publicaremos na ultima pagina deste periódico e em avulsos que perpetuarão a sua vergonha e de seus descendentes.

Neste mesmo exemplar de jornal, que é de 31 de março, vem uma denúncia, sob o título de *AÇOITES*, de que entre os senhores escravocratas, “muitos são os que continuam punindo os libertos e ingênuos, como dantes”.

Areia é uma cidade do Brejo paraibano, onde nasceram o escritor e político José Américo e o pintor Pedro Américo. Pequena cidade encravada no alto de uma serra. No tempo contemporâneo, é uma cidade produtora de cachaça e rapadura. Está presente no livro *A Bagaceira* de José Américo como a vila mais próxima do engenho onde decorre a maior parte da história.

Nesta cidade, a quantidade de escravos vinha diminuindo em larga escala. Em 1873 havia 1680 escravos; em 1887, um ano antes da abolição, havia 414 escravos, e como já foi dito, havia no ano da abolição apenas 49. A produção maior da região nesta época era de algodão e sabe-se que esta produção inaugurou novas relações de trabalho, baseada na mão-de-obra livre, embora, na prática, a condição de cidadãos livres fosse mais próxima do jurídico.

No cotidiano, as relações de sociabilidade em geral mantinham-se em muito semelhantes às relações escravagistas. Essas permanências emergem com frequência dos romances de José Lins do Rego e também no escritor José Américo de Almeida, tanto no que se refere a momentos de trabalho livre ainda pertinente ao período escravagista, como para as relações de trabalho após a abolição.²⁴

O jornal *Areia Livre*, publicado na capital do Estado, do qual já se falou aqui, oferece a cidadezinha como exemplo por ter abolido a escravidão. “Parabéns a Areia, por ter apagado de seu solo esta palavra negra – escravidão!!”. No entanto, não seria exagero afirmar que a própria economia já havia feito a abolição na cidade. Neste mesmo periódico, no dia 6 de maio de 1888, nº 17, ressalta-se ainda que a cidade de Areia esteja oficialmente livre e informa que, através do Jornal *Despertador*, a Paraíba faz seu primeiro encontro abolicionista.

²⁴ Ver o trabalho de Linda Lewin. Política e parentela na Paraíba.

O importante município da cidade d'Areia, d'esta província, libertou-se no dia 22 de abril do corrente anno, no mesmo dia em que esta capital celebrava sua primeira reunião abolicionista por iniciativa do 'Despertador', distinto orgam do partido liberal.

No Jornal *Gazeta da Parayba*, nº 14 de 24 de maio de 1888, defende-se a necessidade de educar os ex-escravos, preparando-os para sobreviverem na nova ordem, principalmente para ganhar a vida eterna. “Escalando as muralhas do futuro, termos ingresso e assento no partido florido da perfectibilidade que aspiramos no mundo sublunar”.

Durante todo o processo das disputas entre abolicionistas e escravocratas pouco ou nada foi feito efetivamente no sentido de dar condições aos ex-escravizados de participarem como homens livres do processo produtivo, sobretudo, nada que pudesse garantir a cidadania plena. Ganhar o reino dos céus, como salienta o artigo do jornal, era ganhar a condição de cidadão probo, num país de maioria católica, para os homens brancos que se arvoraram como promovedores da abolição, mas não deram continuidade ao processo de incorporação dos novos homens livres à sociedade brasileira. Estes foram, na verdade, incorporados ao contingente de homens livres pobres, sem maiores perspectivas de inserção sócio-econômica.

Discursos como o encontrado na *Gazeta da Parayba*, sob o título *Ordem do dia* são veementes em relação às preocupações que nortearam os abolicionistas. Foram encontrados os estudos II, III, IV, V, VI; na seguinte ordem cronológica, respectivamente: 29 de maio, nº 18; 12 de junho, nº 29; 14 de junho, nº 31; 24 de junho, nº40, 10 de julho, nº 52; todos do ano de 1888. Cada estudo versava sobre um tema. O primeiro encontrado, o II da série, incita, aconselha, prediz para os ex-escravos o trabalho como forma de conquistar a cidadania. O discurso é essencialmente moralista e liberal. O artigo segue aconselhando os libertados a não se iludirem, a cuidarem do próprio espírito.

No III artigo da série, voltam os editores a tônica do trabalho conclamando todos os cidadãos para empenhar esforços no sentido de garantir o trabalho, a vida e a produção.

De tudo que foi dito compreende-se a necessidade urgente que tem o governo e em geral os brasileiros amigo do seu paiz de auxiliar a nação n'esse novo desideratum, creando desde já escolas agrícolas, nas quaes se instruem os novos operários e trabalhadores para o desempenho das funcções que lhes foram destinadas, provando-se assim aos fazendeiros retrogados que o trabalho livre não é uma utopia.

Não sendo uma utopia é necessário que a sociedade política e civil se conscientize das responsabilidades que possuem e entendam que uma ordem diferente requer políticas e responsabilidades civis que atendam às novas demandas. Os escravizados podiam trabalhar como mão-de-obra aprendiz no próprio ato do trabalho. A nova ordem, entretanto, requeria uma formação mais qualificada, assim como era a mão-de-obra nas demais nações em cujo seio o trabalho era livre.

No IV estudo, os autores chamam a atenção para a importância da imigração, principalmente no sudeste, especial ênfase para São Paulo; admitindo para tal a falta de braços e não a melhor preparação dos estrangeiros. Afirmam, ainda, que tanto trabalhadores quanto proprietários devem ser treinados na “sciencia agronômica”. Nesse sentido, saliente-se que houve no Brasil propostas de aproveitamento e preparação do elemento nacional livre para ir, aos poucos, mas em melhores condições, substituindo o trabalhador escravo. Segundo Ariane Sá (1999, p.104-6):

Mesmo dizendo ser a ‘indolência’ e a ‘vadiagem’ qualidades intrínsecas aos homens livres pobres nacionais, os proprietários rurais brasileiros, especialmente os nortistas, em meados da

década de 1870, passaram a ver no trabalhador nacional uma esperança frente a inevitável abolição.

No entanto, como a proposta foi para além do trabalho, considerando a possibilidade de fundação de colônias agrícolas, recebeu repúdio dos senhores de engenho que diziam temer pelo “liberalismo econômico no que tange à liberdade de venda e compra da força de trabalho” (Idem, p.106). A autora salienta que a preferência recaía na opção de incorporação desse contingente através da condição de morador.

O V estudo salienta desde o título o teor das preocupações: *Infância desamparada*. As crianças estariam jogadas nas ruas de todas as cidades. As pequenas e nas capitais. Consideram que as crianças, no interior do Estado, encontram-se em pior situação que as crianças da capital, porque não contariam com a solidariedade, a filantropia que nas capitais seria praticada por instituições de amparo públicas e privadas.

Sabe qualquer de quantos nos têm que a miséria e a desordem dos costumes, com todo o seu cortejo de vícios, e degradações são a consequência necessária da vida licenciosa e sem obrigação de ordem alguma”.

Reconhecendo no Estado falta de condições financeiras para garantir instituições adequadas em número suficiente, e não podendo a iniciativa privada dar conta de todas as necessidades que ficam a demandar providências, conclama todos os cidadãos paraibanos a participarem.

O último artigo da série encontrado no jornal, também salienta em título os objetivos: *Os Ingênuos*. O artigo afirma que os ingênuos são vítimas de uma nova escravidão, pós-abolição.

O que neste momento presenciemos, e o ingênuo pagando as culpas maternas; isto é – a ousadia da lei que os retirou do domínio senhorial.

Elles, pelo menos, trabalharão por suas mães, se é que não serão castigados em vez dellas.

Realmente é um bom negocio tomar, sob a capa da tutela, um ingênuo de 13 ou 14 annos, tel-o a apanhar café até os 21 (se é que algum dia chegará para elles a maioridade) usufruindo por sete ou oito annos o trabalho da pessoa já livre por nada menos de duas leis (em itálico no original) do Estado.

Essa nova espécie de captivo que vai indenizar o fazendeiro, esse reescravizado, e o ingênuo que não pode acompanhar sua mãe, livre hoje como elle nominalmente o foi há 17 annos!.

A triste verdade é que o ingenuo nunca foi aquillo que o preclaro visconde do Rio Branco fantasiou: o fructo de um ventre livre.

Escravo nasceu elle, porque como tal foi e tem sido tratado.

Seus serviços foram e são ou alugados ou transferidos por transacção: elles figuraram nos editaes de praça com os annos de trabalho avaliados; nunca tiveram para agazalho o asylo promettido pelo Estado; poucas vezes seguiam a condição da mãe quando estas eram alforriadas; e foram sempre vendidos (em itálico no original) com ellas porque isso aumentava o valor da mercadoria que ficava sendo uma alimária e a sua cria (em itálico no original).

Quase todas as notícias, depoimentos e artigos encontrados em periódicos paraibanos são mostra comum de um processo que estava ocorrendo em todo o país, como os que já foram transcritos aqui; ou seja, ao lado de uma ética do próprio tempo, de convicções abolicionistas e da luta dos escravizados pela liberdade -, mesmo que nem sempre estes estivessem a par das filosofias que defendiam a liberdade; estavam também os discursos que repetiam a ladainha da moda, sem importância para a vida dos que queriam libertar, principalmente no que tange o momento posterior à libertação.

Ademar Vidal, no livro *Importância do açúcar* (1945, p.27 e 29), tece considerações sobre a sorte dos homens livres pela abolição:

A abolição do escravo trouxe a necessária modificação nos estilos de vida dos senhores desabusados. Mas houve casos comuns do negro preferir ficar nas senzalas a ir pelo mundo procurar coisa melhor. [...], embora livres, porém livres, apenas no papel.

Com a abolição da escravatura é que se iniciou a execução do novo programa de trabalho remunerado. A assistência cessou. Em compensação o salário entrou a ser pago por maneira miserável.

Os ex-escravos passaram a sentir saudades dos bons tempos que ficaram atrás.

Predominam nos escritos pesquisados discursos explícitos e muitos contendo efetiva veemência a favor da abolição. Semelhante ao restante do país, os interesses dos proprietários escravocratas imprimiam na intelectualidade uma tendência mais aguda para a opção de abolição gradual, mesmo que no Estado paraibano, como foi visto, existisse uma significativa população de trabalhadores livres.²⁵

Outro aspecto no qual não parece haver disparidade entre a experiência paraibana e outras é que os discursos e, sobretudo, as ações não buscaram privilegiar os interesses dos escravizados, assim como detecta Ademar Vidal acima, mas à necessidade de se civilizar e não mais constituir um exemplo de barbaridade, na medida em que mantivesse a escravização. Não espanta que ex-escravos permaneceram nos seus locais de trabalho do tempo do cativeiro. Não raro, esses homens e mulheres não tinham para onde ir, assim como teriam que fazer as mesmas tarefas de antes, e sem garantias que encontrassem condições de trabalho e de vida melhores que as já conhecidas.

²⁵ Quando se coloca a questão da presença do trabalhador livre mesmo durante o período escravista, não se está tentando demonstrar a inexistência ou mesmo a falta de importância para o trabalho escravo na Paraíba. Apenas, em alguns momentos, e diferente de outros centros produtivos colonial e imperial, esse trabalhador concorreu significativamente à produção. Acredita-se que está claro que aqui se considera que em vários momentos, principalmente na cultura canavieira e no auge da produção algodoeira, o trabalho escravo tem reconhecido a sua predominância na esfera produtiva do Estado.

3.2 - Ser republicano é ser moderno.

Alguns aspectos ligados à Revolução científico-tecnológica (SEVECENKO,1998), que impulsionaram as transformações ocorridas entre a segunda metade do século XIX e primeira do século XX, já foram aventados. Essas não foram apenas mudanças nas bases da ciência e da tecnologia, as relações entre as pessoas, seus afetos e valores éticos e morais, suas formas de fazer política, uma economia que passou a ser mecanizada e aparentemente infinita em suas potencialidades. Todo um arcabouço de ver, viver, entender e construir o mundo -, alterou-se vertiginosamente.

Esse processo foi significativo na disputa pelo poder internacional, por territórios, matérias-primas e mercados. O Brasil esteve envolvido nos conflitos bélicos na região do Prata.

A escala e os custos extraordinários dos confrontos bélicos no prata, em especial a catastrófica Guerra do Paraguai, forçaram um envolvimento galopante que desestabilizou as bases do império brasileiro. Foi no contexto desse processo de desestabilização institucional que se fundou o Partido Republicano (1870), propondo a abolição da monarquia, e entrou em cena uma nova elite de jovens intelectuais, artistas, políticos e militares, a chamada 'geração de 70', comprometida com uma plataforma de modernização e atualização das estruturas 'ossificadas' do Império baseando-se nas diretrizes científicas e técnicas emanadas da Europa e dos Estados Unidos. (SEVECENKO, 1998, p.14)²⁶

A orientação econômica, por sua vez, sob o intuito de modernizar e industrializar o País abriu a Nação ao capital estrangeiro. A dinâmica político-econômica que ficou conhecida como Encilhamento gerou um endividamento

²⁶ Além desse autor e obra, outras obras do próprio Sevcenko analisam essas questões e outras correlatas. É sempre importante ver os clássicos como Boris Fausto e Sérgio Buarque de Holanda em suas produções sobre a história do Brasil porque, inclusive, oferecem com singularidade um quadro geral da história do Brasil, no contexto na história geral. São análises fecundas tanto no geral quanto no particular. Na historiografia mais recente, citamos alguns, a título de exemplo e sugestão: Murilo de Carvalho, Lília Moritz, Sidney Chalhoub. Todos esses e outros, com suas respectivas obras estão postos na bibliografia deste trabalho.

assombroso, uma especulação sem precedentes e provocou a queda de muitos agricultores em várias regiões.

Não era de surpreender, que uma das primeiras medidas adotadas [pela República] fosse uma completa abertura da economia aos capitais estrangeiros, sobretudo ingleses e americanos, a permissão para bancos privados emitirem moeda, uma nova lei liberal das sociedades anônimas e a criação de um moderno mercado de ações, centrado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. (SEVECENKO, 1998, p.15)

A gestão política da República respaldou e intensificou as práticas clientelistas:

A mudança do regime monárquico para o republicano não significou alteração na política clientelista, que, pelo contrário, foi se aperfeiçoando e acabou por consolidar-se como prática política dominante. O poder das oligarquias determinou, por exemplo, a configuração do que viria a se transformar na 'política dos governadores' durante toda a Primeira República. (PINHEIRO, 2002, p.49)

3.2.1 - A República e seus mitos.

O mesmo sentimento de quase indiferença pela vida das pessoas parece advir de boa parte das manifestações republicanas; assim como o fora em relação aos ex-escravizados. As condições da vida cotidiana republicana não pareceram constituir o objetivo dos que desejavam a República. O sistema republicano de governo não significou, grosso modo, aos olhos de muitos contemporâneos, as melhores condições de vida que os discursos preconizaram.

A República, assim como a Abolição, surgia na perspectiva de um destino manifesto, cuja hora, os intelectuais brasileiros de tendência republicana, já consideravam em atraso.

Entretanto, quanto à República, observamos, com certa frequência, a presença dos conflitos de opiniões, principalmente no tocante ao papel desempenhado pelos intelectuais nesse modelo de governo.

No *Almanach da Parahyba*, de 1912, encontra-se transcrito o conjunto de artigos sobre a proclamação e instauração republicana, que fora publicado por Eugenio Toscano de Brito, no decorrer do próprio acontecimento. Justifica-se a republicação dos artigos a partir do intuito de fornecer material “(...) que não deverão ser desconhecidos aos futuros historiadores”.(1912, p.184) Recebida com espanto e incredulidade, a instauração republicana parecera mesmo uma pilhéria. Leiaamos, então, um pequeno trecho do primeiro artigo:

[...]- Homem, disem isto!
Era meu hospede o Dr. Sá e Benevides, chefe de policia;
chegando em casa, communiquei-lhe a noticia, que elle ainda ignorava; e como eu, como todo mundo, o Dr. Benevides recebeu-a como pilheria; mas, como eu, como todo mundo, o Dr. Benevides teve que render-se perante a evidencia dos factos - que embora recebida como pilheria, a Republica lá estava plantada no Rio de Janeiro! (1912, p.185)

Parece confirmar a clássica exclamação de Aristides Lobo de que o povo teria recebido a notícia “bestializado”. No artigo de Toscano de Brito, também ele recupera a expressão, que já naquele momento, no segundo dia de regime republicano, se adjetivava como “celebre”. (1912, p.186)

Na revista do IHGP, ano I, vol. 1, reedição da editora da UFPB, encontra-se uma conferência Dr. Manoel Tavares Cavalcanti, de 15 de novembro de 1905, repensando os momentos da instauração republicana e como esta teria repercutido no Estado paraibano. Manoel Tavares, tomando de empréstimo

palavras de Michelet, afirma que a história é uma ressurreição. “A história é uma ressurreição – sinto-o profundamente eu agora (p.39) [...]. Salvo exceções muito raras, a Paraíba tornou-se republicana toda de uma vez no dia 16 de novembro de 1889.(p.52)

Tornar-se republicana toda de uma só vez significa muito claramente que, segundo Manoel Tavares, não houvera também na Paraíba participação efetiva na Proclamação da República e isto não apenas para o povo (tomando como significado para o termo a população como um todo), mas inclusive participação dos próprios militantes republicanos.

Para Rodrigues de Carvalho (1912, p.291-294), a queda da Monarquia e o advento do regime republicano significou o marasmo entre os literatos paraibanos. Exceto por alguns poucos, quase todos teriam objetivado fazer política e não mais arte. “[...] A política esteriliza tudo, devastando, annullando qualquer commettimento de algum utopista ousado”. (idem, p.292).

A preocupação de manter, pelo menos em parte, as artes independentes da política, pertenceu a vários intelectuais no final do século XIX. José Murilo, em prefácio ao livro que Graça Aranha organizou em torno das correspondências de Machado e Joaquim Nabuco, afirma:

[...] os literatos decidiram criar para si mesmos uma república sem política, a república das letras.

O primeiro ensaio da nova comunidade, como se sabe, deveu-se à Revista Brasileira, recriada pelo republicano José Veríssimo em 1895. (2003, p.16)

De um conjunto de *Conferências Republicanas*, publicado pelo jornal *Gazeta da Paraíba*, destacam-se duas; a primeira publicada no nº 356, em 30 de julho de 1889 e a terceira publicada no nº 379, em 28 de agosto do mesmo ano. O conferencista inicia sua fala (re)afirmando um dos tantos mitos sobre a monarquia x república: a Monarquia não teria nascido de um desejo nacional; o contrário

ocorria com o sentimento republicano. A rigor, entretanto, pode-se afirmar que ambas nasceram em berços estrangeiros com a participação dos acalantos nacionais.

Em seguida, num sentido contrário, o brado jornalístico tenta dissolver um mito. O de que não estaríamos preparados para vivenciar a república. “o adiantamento intelectual de um povo depende sobretudo de sua forma de governo” e defende que a República seria para esse amadurecimento político a melhor opção. Seguindo as orientações intelectuais de sua própria época, entende que o cidadão se forma na dinâmica da cidadania mesma. A sua maturidade intelectual e política sendo fruto direto do exercício da autonomia intelectual, política, e da prática civil. Esta terceira Conferência merece ainda maior destaque:

Dizem, que o povo é sempre o povo, essa criança secular sempre fraca e inexperiente, esse pupilo eterno, condenado a ver as edades passarem sobre a sua cabeça e os séculos cobrirem de neve sem que jamais atinja a sua maioridade. [...]

Nós, os republicanos, bem sabemos que o povo, como qualquer indivíduo, está sujeito ao erro: mas é justamente porque o povo *pode errar* (em itálico no original) em uma eleição, que nós queremos que ele *possa corrigir o seu erro por meio de uma outra eleição*. (em itálico no original).

Segue fazendo uma comparação com o abolicionismo, sob a mesma orientação intelectual. É preciso ressaltar que ao mesmo tempo em que defende princípios democráticos e liberais, também explicita sobre o elemento *que pensa pelo povo*. “Nós queremos que ele possa errar e consertar seu erro”. Ele, o povo, é o objeto. Os republicanos, porque capazes do exercício intelectual, são Sujeito.

No final de 1889, após a Proclamação da República, em 25 de novembro, o *Jornal Republicano*, nº 36, anno XXII, publica uma pequena nota que envolve um juízo idealizado da política.

A republica [...] foi proclamada sem que fosse preciso derramar uma gota de sangue.

As duas maiores e mais importantes reformas, que se têm operado em nosso paiz,- a abolição da escravidão, e a mudança na forma de governo – foram convertidas em leis, sem a menor alteração da ordem publica e entre flôres e applausos do povo.

Ou o povo não existia ou aplaudia. O povo teria recebido com indiferença a República ou a teria aplaudido?

No livro em que trabalha os primeiros tempos da República brasileira, José Murilo de Carvalho faz uma análise sobre a participação popular em vários momentos, abordando alguns dos seus aspectos. No momento mesmo da Instauração republicana não teria sido visível a participação popular. Muitos dos que ocupavam as camadas mais pobres de quase todo o país eram mais simpáticos à Monarquia. Neste sentido, *A Gazeta Paraybana*, no nº 132, de 16 de outubro de 1888, fala do movimento republicano como irreversível. No entanto, ressalta, nem sempre o teria sido, uma vez que o monarca, homem sábio, muito satisfazia o povo.

Até bem pouco tempo seria possível deter a propagação das idéas republicanas, se o governo tivesse passado as mãos liberaes e estas procurassem sem medo nem hesitações satisfazer as aspirações authonomicas das províncias.

Há um reconhecimento, muito presente na historiografia brasileira, de que D. Pedro II e a família real, sobretudo depois da abolição, gozavam de apreço entre os populares e até mesmo no seio de alguns intelectuais brasileiros, como Joaquim Nabuco.

A Gazeta da Parayba, em 16 de novembro, publica:

Graves são os acontecimentos, que se estão passando na Corte do Império, a avaliarmos pelo telegrama que acabamos de receber [escrevia no dia 15, às 7 horas da tarde(sic)].

A mudança das nossas instituições na actualidade em que o governo monarchico parecia ostentar tanta força e a oposição

republicana parecia moderar-se, deve ter tido uma causa eficiente de grande ponderação para um povo moderado e pacífico, que de improviso ergueu-se para unir-se ao Exército e a Armada e de accordo levantarem o grito da República, installando governo provisório que há de consultar a Nação por meio de convocação de uma Constituinte.

O articulista reconhece que a propaganda republicana crescera no país após a Abolição, principalmente na Corte, e finaliza a nota afirmando que mesmo assim não constam notícias de tumulto na Capital, denotando a “índole pacífica do brasileiro”; até hoje cantada e decantada.

O jornal *A Gazeta*, que por seus números e matérias anteriores e posteriores ao dia 16 de novembro não demonstra alienação, parecia perdido em sua nota editorial. É ainda da Corte e do Império que fala. Pelas notícias que lhes chegara, detectara moderação no movimento republicano e reconhece na monarquia um poder considerável de sedução diante do povo.

Embora afirme que o povo juntou-se ao Exército e a Armada, não confirma pelas notícias recebidas qual contingente da população vem expresso na palavra povo. Não houvera tumultos. Não há números, facções definidas. O povo parece conferir apenas um valor simbólico; ou o articulista não poderia imaginar que a Proclamação da República pudesse ser feita sem a participação popular?

Esta uma muito provável possibilidade. Imperavam no ideário brasileiro os exemplos de outras nações diante dos diversos movimentos que destituíram ordens vigentes, principalmente, referenciavam-se nos exemplos vindo da França para conceber atitudes e ações de natureza revolucionária, instituidoras de nova ordem política.

Ainda no mesmo jornal aparece a constatação da curiosidade diante da sede do jornal demonstrada pela população, mas não pelo povo. Por população, compreendiam-se, os cidadãos políticos, de ambos os partidos, que buscavam mais informações sobre os acontecimentos da capital e discutiam calorosamente as notícias. Entretanto, “o povo parecia [...] receber a notícia, senão com indiferença, ao menos friamente”.

Mais adiante, ainda no mesmo nº do jornal: “consta-nos que assumiu do Governo Provisório o Sr. General Deodoro da Fonseca”.

Os outros periódicos não se colocam de forma diferente. Havia, portanto, na Província da Paraíba, um explícito desconhecimento quanto aos acontecimentos que forjaram a instauração republicana.

No dia 19 de novembro de 1889, nº 447 da *Gazeta da Parahyba*, sob o título *A semana finda*, já cientes, os homens das letras paraibanas, das mudanças ocorridas, o tom do artigo é bem outro. Agora é a vez do júbilo pela transformação inesperada, mais pacífica, ordeira “e quiçá benéfica”. É o momento das expectativas quanto ao novo regime.

Com um governo provisório assim constituído, em cujo espírito não pode restar um átomo das antigas paixões partidárias como um gérmen funesto de antigos ódios e que ameaçasse dar em pouco tempo os pecos fructos de uma orientação política eivada de interesse individuaes, o estado da Parayba, estamos certos, seria regido magistralmente por tanto tempo quanto durasse o seo predomínio.

O artigo é assinado por Warton e expressa ainda a crença de que a Paraíba será tratada de forma mais igualitária em relação aos outros Estados, pelo novo regime e pelo governo provisório. No mesmo dia, o editorial do jornal explicita:

foi se levantando o espírito publico por toda a parte, o que denota que o povo brasileiro era essencialmente republicano, porque é patriota. ... Não podiamos ser indifferentes á transformação súbita que se dera no semanário politico, como apostolos fervorosos da democracia em cujo posto batalhamos sempre.

O furor republicano do brasileiro só aparece pós a instauração da República. Durante o período que a antecedeu e que marcou o movimento republicano, a

presença e militância popular fora idealizada. No momento mesmo da sua instauração, a surpresa alcançara até mesmo os militantes, que não eram muitos. Eliete Gurjão (1999, p.53) atenta para que “a implantação do regime republicano na Paraíba [não foi precedido] de movimentos organizados, nem, tampouco, da criação de um partido republicano”.

Passados os momentos cruciais, uma imagem de população republicana, patriota, e democrática surge do ideal de sociedade que se desejava ter e a qual se desejava pertencer. Esta é a forma que parece predominar na sociedade paraibana da época. O desejo de ser incluída de forma mais igualitária no concerto dos estados brasileiros e constituir parte de um país que não mais se distanciava dos ideais políticos dos demais países americanos, principalmente norte americano e da facção republicana européia.

Não se percebe número significativo de defensores monarquistas entre os intelectuais paraibanos. Um Estado pequeno dentro da própria região nordestina, com sérios laços de dependência econômica em relação ao Estado de Pernambuco e que à época da jovem República, se encontrava, em grande parte, alijado do poder econômico brasileiro, não encontrava motivos suficientes para envolver-se com os monarquistas, estes, sem dúvidas, mais acirrados e empedernidos na Capital, antiga Corte, ou seja, aqueles que estavam mais perto do poder de Estado.

Os historiadores que se dedicam a esse período da história paraibana costumam salientar, em sua maioria, que prevalecia na sociedade política da Paraíba os monarquistas. O que pode soar como contraditório, no entanto, parece expressar uma acomodação política possível. Em vistas do analisado acima e considerando que realmente prevaleceram os monarquistas antes da proclamação, não parece incorreto que estes se tenham tornado republicanos de ocasião.

A República acenava também com uma possibilidade mais concreta de democracia, o que se colocava como um ideal cuja conquista significava garantia de um mundo mais justo, mesmo que privilegiadamente para a elite. E este parece

ter constituído um apelo para a aceitação da República, mesmo entre os que não militaram por ela.

3.2.2 - A recente República e as decepções dos republicanos

No editorial da *Gazeta da Parayba* de 22 de novembro o júbilo e as expectativas positivas já abrem uma fissura que deixa entrever os receios em virtude do rumo que parece tomar o novo regime através do governo provisório. “Sabe o paiz que nos achamos em uma situação verdadeiramente revolucionária; ignora, porem, que destino lhe está reservado”.

Após uma digressão sobre os rumos políticos do país durante o Império, afirma: “Eis, porem, que se opera a revolução”. Defende o conceito revolucionário para a instauração da República, uma vez que revolução seria exatamente “a modifficação que soffre a direcção dos negócios públicos pelo apparecimento de ideas novas, a que não quis submeter-se o governo anterior.”

No entanto, o comportamento político do governo provisório fez cessar, segundo o mesmo editorial “a lógica da revolução e ou vamos para o desconhecido, ou retrogadamós para o passado, pois que

O governo provisorio que se instituiu na capital do paiz diz tão somente que fica abolida no Brazil a *monarchia representativa* (em itálico no original), mas não nos falla de outra forma de governo em substituição aquella. Um decreto ..., emanado ... do governo provisório estabelece a federação dos estados e a electicidade das autoridades locaes.

Depois, porem, surgiu a nomeação de governadores pelo poder central.

Como, então, o governo republicano nomeia governadores? Ademais, não seria necessário temer a desordem porque toda a revolução altera e até pode

perturbar a ordem e caberia aos republicanos históricos o dever de conduzir o país a uma nova ordenação social.

Alguns intelectuais paraibanos demonstram grande preocupação em relação aos vários cargos que continuam nas mãos dos seus antigos ocupantes, embora reconheçam que há grandes dificuldades em se alterar todo o quadro político e administrativo. Entretanto,

O que é difícil, porém, não é impossível.

Há autoridade superiores e também as há inferiores; desta última classe grande número delas, senão todas, pouco a pouco vão aderindo ao governo republicano: que fiquem em seus postos.

Mas que para as autoridades superiores de cada estado sejam tão somente escolhidos cidadãos dedicados de corpo e alma ao novo regime.

Ora, o governo central, segundo os editorialistas, não poderia distinguir os verdadeiros republicanos daqueles que se fizeram republicanos por conviniência, no âmbito de cada um dos Estados. Apenas a população dos Estados poderia. Portanto, à votação! Eleger seus representantes seria a única forma de confirmar a grandeza da república brasileira. Quanto à Paraíba: “até que falle a constituinte, o governo é esse que ahi está, acclamado pelo povo e juramentado pelo povo; quanto aos outros estados o governo é absolutamente o mesmo.”²⁷

No dia 24 de novembro encontramos a continuação do editorial acima. Os editores voltam a comparar Império e República e apontam para semelhanças indesejáveis no regime republicano para com o regime monárquico:

Não é o mesmo o que está acontecendo? Não passa o governador pelas mesmas cerimônias e bajulações? Não são conservados os mesmos usos e costumes? Onde em tudo isso o sentimento republicano? ...

O governo central errou.

²⁷ O primeiro governo republicano na Paraíba foi exercido por Venâncio Neiva, indicado por Deodoro da Fonseca.

Muito cedo, portanto, as expectativas cederam à descrença. Instaurar a República não significava o mesmo que erigir um modo de vida político calcado no ideal republicano. O poder continua sendo o palco dos que mandavam antes, das disputas intestinas travadas por estes.

A República instaurada no Brasil, ou melhor, a corrente republicana predominante corresponde a uma das leituras do positivismo e esse não aceitava a idéia de uma nação politizada, não aceitava os direitos políticos, como diz Murilo de Carvalho (1987, p.54).

Na quinta-feira, 5 de dezembro de 1889, nº461, sob o título *A revolução*, continuam as críticas veiculadas pelo jornal *Gazeta da Parayba*:

Hontem, quando sob a pressão do gabinete 7 de junho, protestávamos em nome da tranqüilidade publica, em nome do progresso e da dignidade da nação, contra as arbitrariedades do governo erão bem poucos os que sacrificavam-se pelas idéas democratas, hoje dominantes, ...

O poder que se levantou das ruínas do poder decahido impoz-se a nação, e esta sem autonomia obedeceo.

Dir-se-hia que a forma de governo republicano era já uma aspiração nacional, ou os homens dos velhos partidos monarchicos, habituados a obidiência passiva que lhes era imposta vestião-se com rótulos podres de conservadores ou liberaes, rotulo sobre o qual occultavão a baixesa de character, a expeculação ou a infâmia? As tristes scenas à que temos assistido neste estado é a expressão viva do descalabro, da corrupção que lavra no seio da sociedade. Os homens de ambos os credos políticos continuam a disputar o poder, sem respeitar as edéas. ...

Na província onde havia poucos e mal definidos republicanos, campeiam altivos e sobranceiros os velhos monarchistas, presos como ostras ao poder. ...

Approxima-se a chegada do cidadão Venâncio Neiva, sobre quem vae pesar a enorme responsabilidade de iniciar neste estado a nova fórmula de governo.

O partido da situação decahida espera-o descontente, os conservadores festejam a posição que suppoem assumir, vendo no chefe deste estado somente o antigo correligionário. Não estarão enganados ambos?

A citação é bastante contundente quanto ao republicanismo de ocasião. Isso traduz algumas das problemáticas que giram em torno do movimento republicano, sua instauração e os momentos logo posteriores à proclamação. A República trouxe consigo velhos vícios quanto à forma de fazer política.

3.2.3 - Os primeiros anos republicanos.

José Murilo trabalha com cuidado os anos logo posteriores à Proclamação da República. Dos primeiros dois anos republicanos, diz: “o novo regime pareceu uma autêntica república de banqueiros, onde a lei era enriquecer a todo custo com dinheiro de especulação” (1987, p.20). Este foi o caminho seguido para colocar o País nos trilhos da modernidade, como já foi visto de acordo com o historiador Nicolau Sevcenko. A especulação financeira e a abertura para os capitais estrangeiros constituíram a tônica máxima da economia nacional.

A tendência da não participação do povo, nos acontecimentos políticos formais encontrou, na nova forma de governo, novos estímulos. A República era antidemocrática e autoritária. Não pensava o povo como construtores, mas como aqueles que deveriam ser conduzidos. Poderíamos dizer que o Estado republicano via os cidadãos como súditos, e não apenas os cidadãos se viam como súditos, como frisa José Murilo ao analisar a participação popular na capital do país. (1987, p.147)

A participação eleitoral restrita, os trabalhos de higiene e saneamento passando de cima pra baixo no Rio de Janeiro, que este autor tão bem salienta, são aspectos que em menor escala atingiram o país como um todo. A precária estabilização dos primeiros tempos republicanos foi fomentada, segundo Nicolau Sevcenko(1998) por meio de

uma elite vinda dos quadros da monarquia, cuja atuação, porém, se efetivava por meio do discurso cientificista e da competência técnica da geração de republicanos positivistas, como o grupo sob comando de Rio Branco no Ministério das relações Exteriores, e que incluía notabilidades como Euclides da Cunha, Artur Orlando e Aluisio Azevedo, ou os auxiliares diretos de Rodrigues Alves, os engenheiros Lauro Muller e Pereira Passos e o médico higienista Oswaldo Cruz(1998, p.33-34).

O próprio Rodrigues Alves, afirma ainda Sevcenko, foi conselheiro do Império. Monarquistas Rio Branco, Joaquim Nabuco e outros, assim como homens importantes no país no período imperial como Rui Barbosa e Antonio Prado, todos estes e ainda outros fizeram o governo dos primórdios da República brasileira, em vários dos seus momentos.

Alie-se a isso o caráter opressor e excludente que a República desenvolveu. Ainda com o historiador Sevcenko, este lembra o fim de Canudos, da revolta da vacina e o processo de urbanização e higienização da capital, ou mesmo o combate às religiões com ascendência afro, como exemplares termômetros do autoritarismo republicano.

Dessa forma, somando todos esses elementos, pensar a participação do indivíduo pobre ou mesmo intermediário nos destinos republicanos seria desejar que empunhassem armas por uma causa que não lhes pertencia. Ainda de acordo com José Murilo de Carvalho, este chama a atenção para que nem mesmo a elite acordava quanto a um perfil para a República.

Entretanto, um ano após a instauração republicana, o tom ainda permanece idílico em alguns. Naqueles que compartilhavam as orientações políticas do governo. Em um jornal de Mananguape, de 15 de novembro de 1890, nº 11, jornal *A Comarca* publica um texto comemorativo escrito por Castro Pinto.

Fazendo uma alusão aos que ficaram conhecidos como os jacobinos, ou seja, aqueles que tentavam reproduzir um perfil entre os ideários da revolução

francesa, Castro Pinto afirma que a data só era realmente comemorativa para os que não desejaram o movimento sangrento e exalta o espírito pacífico brasileiro que para ele, “commociona as outras nações civilizadas”.

O texto de José Rodrigues de Carvalho, no mesmo número do jornal citado acima, nega as críticas que vinham sendo tecidas aos rumos políticos e econômicos da república e constitui uma defesa do governo republicano em vigência. O texto tem o título de *A República Brasileira*.

Quanto è sublime e fecunda a idéia democrática! [...] na senda do progresso, não só dando a paz [...], como, principalmente, pela constante decretação de reformas tão necessárias e liberaes. [...] a opinião publica [...] manifesta-se hostil ao primeiro governo [...], talvez por não merecer-lhe a conducta dos seus membros a confiança absoluta que só inspira o longo e doloroso tirocínio de velhos paladinos de uma crença.

O crime do governo, continua Rodrigues de Carvalho, ironizando os opositores, foi ter banido os Saldanha Marinho, Silva Jardim, etc. Para Rodrigues de Carvalho as críticas eram sinais dados pelos que não mereciam, por não serem suficientemente vinculados ao movimento republicano, a República e sua administração atual. Os que governavam o país no alvorecer da República, sim, esses seriam bons republicanos e que muito bem fizeram à nação afastando os de influência jacobina francesa.

Luis Aprígio, ainda no mesmo jornal, comemora com júbilo o momento da instauração republicana e o faz afirmando-a como resultado dos intelectuais e dos militares brasileiros, mas não de paraibanos em particular “Cérebros illuminados pela sciencia, peitos experimentados na campanha, [...] juntando as bellezas da penna á rutilaneia da espada levantou surprehendente trophéo.”

A instauração republicana não apenas significa para Luís Aprígio um movimento em prol da inserção do Brasil no concerto das grandes nações, como

está afiançada pela ciência, símbolo privilegiado da razão moderna. A ciência também está apontando para a existência e ação de cérebros iluminados, os responsáveis pela proclamação e posterior administração republicana.

Reiteradamente, a República surge das crônicas como o resultado de uma vanguarda e não pela participação popular nos movimentos republicanos. Uma vanguarda assentada em praças mais próximas ao antigo poder monárquico.

Na concepção desses articulistas citados e que representam uma elite intelectual paraibana da época, não há razões para se criticar os rumos tomados pela República brasileira.

Nem a especulação financeira, nem o caráter autoritário seriam motivos para se desejar outra república ou outra fisionomia republicana, o mal só era percebido nas mentes revolucionárias de alguns, o que não consideravam ser o predominante entre os que pensavam a sociedade brasileira, tampouco a sociedade paraibana.

Além das questões de natureza política e econômica há os que demonstram seu pesar e lamentam as modificações nos valores morais advindos com a República. Em 1891, segundo ano republicano, um monarquista que não assina seu artigo, no mesmo jornal *A Comarca* de março de 1891, nº 11, critica a República pela moral ou amoralidade.

A República seria apenas um ideal positivista, materialista. Nela, os casamentos poderiam ocorrer não necessariamente com aprovação da igreja, mas apenas das partes envolvidas, e por milhares de vezes. Depoimentos dessa natureza são raros nos artigos encontrados nos periódicos paraibanos. Soam como ecos das poucas vozes paraibanas monarquistas, ou algum republicano mais puritano, mais conservador.

O mais significativo entre estes foi Ademar Vidal, abolicionista, republicano, amigo dos expoentes modernistas do país, sofria com a moral liberalizante do século XX. Na revista *Era Nova*, de 1922, nº 21, de 15 de fevereiro, num artigo intitulado *Caçadoras de marido*, lamenta que a sociedade republicana caminhe “para uma completa ausência de moral”; o cinema para a “depravação dos

costumes, Ah! Entretanto, poderia constituir eficiente veículo para a nova educação humana”. As moças vão ao cinema para encontros amorosos, aproveitando a iluminação precária da sala de projeção. Embevecidas com as histórias de amor, as moças se esqueceriam que, embora não devesse faltar amor nos casamentos, estes deveriam ser orientados pela razão.

Mas significativas são as demonstrações de descontentamento, expressas por alguns que, ao contrário de Castro Pinto, Aprígio e Rodrigues de Carvalho lamentam os rumos da almejada república no país. Como bem analisa José Murilo em *Os Bestializados*.

A rigidez do sistema republicano, sua resistência em permitir a ampliação da cidadania, mesmo dentro da lógica liberal, fez com que o encanto inicial com a República rapidamente se esvaísse e desse origem à decepção e ao desânimo.(1987, p.56)

No mesmo jornal citado acima, *A Comarca*, em 17 de janeiro de 1892, num texto, sob o título *Amarguras*, um articulista reclama as promessas de democracia que não estavam sendo cumpridas. Reconhecia-a, a República, como mais legítima que a monarquia, mas apontava suas tendências autoritárias. Caberia à Nação ampliar o escopo democrático, parte deste presente na sociedade brasileira desde o Império, principalmente com D. Pedro II, e não compor um perfil republicano autoritário que em parte denotava um retrocesso.

Analizando, ainda de acordo com José Murilo:

A República, ou os vitoriosos da República fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos. O que foi feito já era demanda do liberalismo Imperial. Pode-se dizer que houve até um retrocesso no que se refere a direitos sociais. Algumas mudanças, como a eliminação do Poder Moderador, do Senado

vitalício e do Conselho de Estado e a introdução do federalismo, tinham sem dúvida inspiração democratizante na medida em que buscavam desconcentrar o exercício do poder. Mas, não vindo acompanhadas por expansão significativa da cidadania política, resultaram em entregar o governo mais diretamente nas mãos dos setores dominantes, tantos rurais quanto urbanos. O Império tornara-se um empecilho ao dinamismo desses setores, (...). O Estado republicano passou a não impedir a atuação das forças sociais, ou, antes, a favorecer as mais fortes, no melhor estilo spenceriano. (1987, p.47)

Como este articulista citado, alguns outros denotam os ideais modernos. Defendem a democracia, assim como a separação entre Igreja e Estado. No jornal *O Estado da Paraíba*, que se apresenta como um periódico político, social e noticioso, assim como de orientação republicana, anno I, quarta-feira, 09 de julho de 1890, nº 2, editorial, sob o título: *A Igreja e a República*. Neste editorial afirma-se que a República decretara o fim da religião de Estado, adjetivando a relação Igreja/Estado como uma monstruosidade jurídica. Entendem que tal mudança seria do interesse tanto da Igreja quanto do Estado e lamentam que alguns do clero, inclusive com cargos de direção dentro da Instituição religiosa, não compreendam que a República teria que ser laica.

Excetuando as poucas vozes monarquistas, as opiniões veiculadas através dos periódicos são no sentido de referendar a República, mesmo que para uns ela necessite urgentemente de reformas políticas e econômicas.

No todo, os que são favoráveis aos rumos tomados pelo republicanismo e os que desejam mudanças estruturais concordam que a República, sem dúvida, consiste na melhor opção para por o país em condições igualitárias entre as nações civilizadas, como exemplo a fala de um articulista pode resumir o que se afirma: em julho de 1890, no nº 16 do jornal *O Livro*, a República aparece como mais benéfica, em seus apenas 8 meses de existência, que todos os anos de Monarquia, mesmo com todos os seus desvios autoritários. Desvios que poderiam ser equacionados por vontade política.

CAPÍTULO IV

4. A REPÚBLICA FAMILIAR

Muito tempo depois do período adotado para este trabalho²⁸, uma carta de 28.02.1955, de José Américo de Almeida para Burle Marx, detalha o andamento do projeto de uma praça que aquele havia solicitado a este. Feito o projeto, Burle Marx submete-o à apreciação de José Américo.

A praça ainda existe em João Pessoa e é considerada uma das mais importantes da cidade. Olhando para ela, em nada lembra o estilo de Burle Marx. Ao discutir o projeto, José Américo foi eliminando os elementos mais modernos, adaptando-o ao clima, e defendendo a manutenção das árvores que já havia no local.

O convite ao artista Burle Marx, conhecido como inovador na arte paisagística moderna, denota o interesse de inserir a cidade no conjunto das novas tendências paisagísticas urbanas. Entretanto, o retorno aos moldes tradicionais de construção de praças públicas explicita uma orientação mais conservadora, que poderia ser compreendida como avessa ao moderno ou tradicional.

Os percalços da construção da Praça da Independência, situada entre a Avenida Epitácio Pessoa e Getúlio Vargas, não foram contados sob o intuito de nenhum juízo de valor no sentido de que a praça deveria manter o perfil original do projeto de Burle Marx. Podemos até ver na atitude de José Américo uma ação moderna, na perspectiva do respeito ecológico. Algumas das observações são bastante verossímeis, como a inadequação de espécies ao clima, ou mesmo o

²⁸ Embora a carta seja de um período posterior ao corte temporal do trabalho, considera-se sua pertinência aos propósitos desta tese, uma vez que expressa o posicionamento de José Américo que sempre se posicionou simpático ao modernismo, mesmo que sobre ele, em alguns momentos, registrasse certas restrições.

aproveitamento de árvores já existentes. Apenas constatamos com esse exemplo que os projetos modernizadores permanecem, não raro, no plano das intenções, ou se esconde entre ações aparentemente retrógradas.

Os ícones modernos, configurados no âmbito social, político, econômico ou administrativo, estão sujeitos a uma dinâmica de entrelaçamento entre a tradição e os novos padrões. Sobretudo na experiência histórica paraibana, no período adotado para este trabalho, esses ícones estiveram submetidos aos interesses dos segmentos de maior poder político no Estado, como demonstra o trabalho de Linda Lewin sobre a Paraíba -, *Política e Parentela na Paraíba*. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar, de 1993.²⁹

A República familiar não é privilégio, entretanto, da história paraibana. As oligarquias grassaram por todo o país, assumindo nas diversas regiões uma cor local atrelada às condições gerais do Estado brasileiro e às relações internacionais, sobretudo, no aspecto econômico.

Embora diretamente associada à República Velha, a oligarquia surgiu no Segundo Império. Como percebeu corretamente Oliveira Vianna, ela resultou do casamento de um sistema eleitoral nacional com o que ele chamou de 'clãs parentais' (clãs familiares extensos), os quais, por volta do final do período colonial, expandiram-se energicamente [...], absorvendo as grandes propriedades fundiárias da sociedade rural e as populações delas dependente. [...].

As mudanças constitucionais introduzidas na República Velha, todavia, explicaram a cristalização da oligarquia como um sistema nacional de dominação.(LEWIN, 1993, p.14-15)

A Constituição de 1891 optou pelo sistema federativo e este, a partir das especificidades brasileiras, privilegiou os Estados mais ricos e não a economia nacional, assim como estimulou a concentração de poder nas elites estaduais de toda a Federação, legitimando e reforçando as oligarquias.

²⁹ Este trabalho de Linda Lewin é tratado nesta Tese em alguns itens. Trata da questão oligarca na Paraíba.

Nas oligarquias abrigaram-se e fortaleceram-se os coronéis. As funções máximas exercidas pelos sujeitos de uma oligarquia se concretizavam dentro da conjugação e negociação de interesses dos coronéis e seus dependentes.

Linda Lewin (1993, p.21) caracteriza a oligarquia paraibana como uma que “espelhou uma combinação de fortes lealdades personalísticas e de recrutamento e mobilização familiar”. Uma das mais notáveis foi a que contou com a participação de grupos da família Pessoa, ocupando o poder em mais de uma ocasião e sob diversos arranjos político - partidários.³⁰

As análises sobre os sistemas oligárquicos sempre apontam para que o desenvolvimento desta forma de exercício do poder tem importado no atraso econômico, político e, sobretudo, social. No entanto, analisando o sistema de parentela³¹, Linda Lewin, a partir de estudos do antropólogo Charles Wagley, afirma que esse sistema não seria incompatível “com a emergência de ‘instituições modernas’” (1993, p.8).

Não há aqui, consideramos, nenhuma contradição. O que se constata é que muitos aspectos, sejam ou não de âmbito institucional, portadores dos princípios do moderno e de modernização conviveram e ainda convivem com exercícios de poder intestino, voltados para o privado e não para o público. É, com certeza, um dos exemplos da modernização sem mudança.³² Uma modernização que absorve elementos novos da tecnologia, absorve aspectos na produção dos bens, mas não alteram as estruturas sociais baseadas na exclusão. Podemos afirmar que a modernização se estabelece sem incorrer em alternâncias nas bases de poder. Multifacetada, a modernização não se fundamenta na democracia, ainda que alguns dos seus projetos possam absorvê-la.

³⁰ O estudo de Linda Lewin sobre as oligarquias na Paraíba é ainda o mais vertical com que se conta na historiografia e tem sido fonte preciosa para vários estudos que, de alguma forma, perpassa a questão oligárquica.

³¹ O fenômeno classificado como parentela não se encerra nos parentes consanguíneos. São variações que envolvem casamentos e laços de amizades ou interesses políticos, que, algumas vezes são cambiáveis.

³² O sentido de “modernização sem mudança”, embora parte de um estudo, já ganhou a condição de domínio comum.

4.1- Açúcar: doce/amargo, considerações historiográficas sobre os engenhos paraibanos.

O Engenho de açúcar no nordeste, inclusive na Paraíba, foram montados no início da colonização e, como já é de conhecimento comum, voltada a produção para o mercado externo, privilegiadamente. Este padrão perdurou por todo o período colonial, foi dominante durante o período imperial e estendeu-se pela república.

Os Engenhos de açúcar encampavam as atividades agrícolas e industrial, modelo mantido pelas instalações usineiras a partir do final do século XIX,³³ uma vez que as tentativas de montagem dos Engenhos Centrais, destinados unicamente à produção industrial e comercial, foram um fracasso, principalmente no Estado paraibano, onde apenas um foi inaugurado e mesmo esse com vida curta.³⁴

As atividades agrícolas consistiam na plantação do produto principal, a cana, e na agricultura de subsistência. Esta última sofreu variações decorrentes da maior ou menor necessidade de terras para o plantio de cana. A produção principal -, plantação e parte do beneficiamento da cana – e a plantação de alimentos foram, inicialmente, tarefas dos escravos.

A lavoura de subsistência servia para manter esta mão-de-obra, ou seja, diminuía os encargos do senhor de engenho com os seus trabalhadores escravizados; assim como também atendia aos proprietários para a alimentação familiar da Casa-Grande.

Ao surgir a categoria de morador e de lavrador, estes passaram a incorporar a tarefa da agricultura de subsistência, inicialmente junto com os escravos e após a abolição assumiram todas as etapas produtivas e a agricultura de subsistência.

³³ No caso específico da Paraíba, a primeira usina instalada já data do século XX, fundada em 1910.

³⁴ Engenho Central São João, em Santa Rita, cidade próxima à capital do Estado, em 1888.

É sempre importante frisar que esta última esteve submetida aos interesses imediatos da produção dominante, a do açúcar.

A cana era plantada nas várzeas de rios, no caso da Paraíba, principalmente o Paraíba, Mamanguape, Gramame, Miriri, Una e Camaratuba; assim como nas várzeas dos seus principais afluentes. Além de compreenderem condições geográficas favoráveis ao plantio, foram também, desde o início da colonização do território paraibano, os caminhos de penetração por toda a extensão da Paraíba, servindo como corredor pelo qual entraram e se desenvolveram grande parte das atividades de pecuária e plantação algodoeira.

No romance *Usina*, José Lins do Rego para explicar o local de fundação da Usina Bom Jesus no antigo engenho da família, o Santa Rosa, alude à “situação topográfica do engenho [que era] ótima” (1993, p.44). O engenho do falecido José Paulino ficava às margens do rio Paraíba. “Era bem o Santa Rosa o centro de zona capaz de fornecer cana para uma grande fábrica” (idem).

Segundo Manoel Correia de Andrade, foi cultivada, inicialmente a cana crioula. A partir do século XIX, introduziram a espécie caiana e suas variações, a caiana imperial e a caiana cristalina. Esta espécie foi substituída pela chamada cana manteiga ou flor de cuba (ANDRADE, 1986, p.80 apud MOREIRA & TARGINO, 1997, p.34)

Sobre a atividade industrial, acompanhe-se Moreira e Targino:

A atividade industrial, desenvolvida pelo Engenho, compreendia todo o processo de transformação da cana em açúcar. Ela iniciava-se, regra geral, em setembro, utilizando tanto o trabalho escravo, quanto o trabalho de portugueses pobres. [os portugueses pobres, ao longo do processo colonial deram lugar as trabalhadores livres, nascidos na colônia e muitas vezes já miscigenados] Estes [inicialmente os portugueses e depois homens livres em geral] consagravam-se às atividades técnicas ligadas à produção do açúcar: o mestre –purgador, o banqueiro, o mestre de açúcar, o caixeiro. [nessa parte do texto Moreira & Targino chamam a atenção para que de acordo com Manoel Correia de Andrade, os primeiros técnicos empregados na produção açucareira foram judeus, vindos da Europa por solicitação de Duarte Coelho e acrescentam que estes mais os

pequenos lavradores tenham dado origem ao 'núcleo formador de uma classe média rural'] (ANDRADE apud MOREIRA & TARGINO,1997, p.34-35. Grifo dos autores por citação)

Também eram trabalhadores livres e assalariados os feitores, inicialmente portugueses, que como os técnicos foram os pioneiros empregados como mão-de-obra livre. Os técnicos de fabricação de açúcar responsáveis pelo cozimento da cana foram os mestres de açúcar e os banqueiros; o branqueamento do açúcar e o trato com o mel de furo (matéria prima da rapadura) de responsabilidade do purgador; encaixar o açúcar e determinar "o barreamento dos cantos das caixas, a retirada do dízimo, a porção dos lavradores" (Idem, p.35) foram tarefas dos caixeiros. Estes últimos respondiam pelo preparo para a comercialização do produto e pelas atividades administrativas ligadas diretamente à produção do açúcar, enquanto a administração geral da unidade produtiva cabia diretamente aos donos dos engenhos.

A categoria de lavradores e moradores na produção paraibana teve início a partir da segunda metade do século XVII (MOREIRA & TARGINO 1997, ANDRADE 1986 e outros). Se antes desta data já existia trabalhador livre combinado ao trabalhador escravo nas atividades produtivas, a partir da segunda metade do século XVII houve uma ampliação em decorrência do aumento de produção e da falta de receitas para arcar apenas com a mão-de-obra escrava, que, a esta época, encontrava-se em alta no mercado.

Os lavradores e moradores serão o início da força de trabalho, que irão, ao final do período escravista, substituir o escravo como trabalhador. Durante o período que vigorou a escravidão, exceto os últimos anos, prevaleceram os escravos na produção.

Os lavradores constituíam uma categoria de pequenos agricultores que forneciam cana para os Engenhos trabalhando, seja em terra própria, seja em pedaços de terras dos Engenhos que eles alugavam. Para moer a cana nos Engenhos, pagavam ao senhor 'metade da produção, se lavravam terras próprias, ou dois terços, ou três quintos, conforme a maior ou menor distância e a

qualidade das terras, se estas eram do Engenho'(ANDRADE, 1986:113)[apud MOREIRA & TARGINO, 1997:43; grifo dos autores por citação]. Estabeleceu-se assim um sistema de parceria, atrelado e submetido ao latifúndio canavieiro. (1997, p.43)

Por sua vez,

Os moradores eram camponeses sem terra que recebiam do proprietário fundiário a autorização de habitar na propriedade, ocupar um pedaço de terra (os sítios) e nele cultivar uma roça. Em alguns casos, podiam criar animais de pequeno, médio ou grande porte. Tinham direito a lenha e a água. Apesar de produzirem essencialmente para o consumo próprio, obtinham eventuais excedentes que vendiam nas feiras livres, algumas vezes recebiam um salário.

Eram obrigados a prestar serviços gratuitos ao senhor (o cambão), dois ou três dias por semana (moradores de condição ou cambãozeiros), ou a pagar uma renda fundiária em dinheiro, o foro, (moradores foreiros). Muitas vezes, além do foro, eram obrigados a pagar o cambão. Além do morador de condição, existia também o 'morador agregado'(sistema de trabalho mais antigo que era utilizado pelos grandes proprietários). Este trabalhador, em troca de um pedaço de terra, 'ficava obrigado a trabalhar para o Engenho, cabendo-lhe, entre outras coisas, o trato e o corte da tarefa de 625 braças'(SÁ, 1992:7Apud MOREIRA e TARGINO, 1997:44) [grifo dos autores por citação]

Ser morador e até mesmo lavrador era depender de uma relação direta com os proprietários. O Estado apenas intervinha a pedido dos patrões contra o trabalhador e o fazia através da força policial. Quanto maior o número de filhos homens, aptos ao trabalho, que um indivíduo tivesse, mais fácil seria para ele e sua família encontrar pouso como morador ou lavrador. Esses homens deviam aos seus senhores no barracão, eram obrigados a atuar em defesa dos proprietários em contendas com outros senhores de engenho, em troca recebiam proteção, garantia de acesso a terra para trabalhar, de choupana para morar.

A partir do período de povoamento do Sertão, em função do clima instável e sujeito às secas prolongadas, os sertanejos constituíram mão-de-obra temporária e flutuante nos canaviais.

Os sertanejos davam conta da metade do serviço do campo. Batiam nas usinas aos bandos, contratando tarefas. Só queriam receber dinheiro corrente, nada de vales. Metiam-se assim nos partidos, nas limpas e, enquanto o eito da fazenda se mexia devagar, os sertanejos raspavam terras com uma velocidade de máquina. ... Podiam contar com os corumbas até que, para as bandas do sertão, os relâmpagos aclarassem, porque só ficavam por ali esperando que as chuvas caíssem pelas suas caatingas. Não havia pedidos que os contivessem. Com a chuva a terra deles era um presente do céu. (REGO, Usina, 1993, p.94)

Quanto á propriedade da terra, esta começou com a doação de sesmarias que garantiu o caráter privado e a grande extensão das propriedades (MOREIRA & TARGINO, 1997). Pequenas parcelas de terras devolutas, ao longo do período colonial e imperial, foram sendo apossadas e, junto com o sistema dos lavradores, veio a constituir as pequenas propriedades da região litorânea.

Entretanto, não se pode deixar de ressaltar que estas foram em número reduzido e, como quase tudo em volta dos engenhos, as pequenas propriedades também dependeram, para a sua existência, das conveniências da grande propriedade e sua principal mercadoria. Ao se instalarem as usinas, por exemplo, muitas terras eram tomadas para a plantação de cana pelo latifúndio.

Em 1822 foi suspensa a concessão de sesmarias, mas ainda se fala de concessão em 1824, conforme Moreira e Targino, através de João de Lyra Tavares em *História territorial da Paraíba* (1997, p.48). A lei de Terras, de 1850 consolidou a mercantilização da terra, uma vez que estas só poderiam ser obtidas a partir de compra.

A Paraíba, no período colonial, imperial e mesmo parte do período republicano, sofria duplamente os reveses econômicos, ou seja, tanto no sentido

que os demais Estados sofriam e ainda em função da dependência econômica que mantinha com o Estado de Pernambuco.³⁵

O comércio dos produtos, exceto os de comercialização interna, passavam pela praça do Recife e eram, por isso, taxados duas vezes. Além das taxações, tal condição inibia o desenvolvimento comercial na Paraíba e o que dele pudesse ser incrementado como atividades econômicas e sociais.

As oscilações eram tremendas, e num Estado pequeno, com duplo laço de dependência, as crises, quando advinham, eram ainda mais agudas. O Estado -, Colonial, Imperial ou Republicano, em momentos limites dessas crises, intercederam procurando fornecer algumas soluções que atendessem as demandas dos plantadores. Algumas medidas ficaram no papel, e mesmo aquelas que foram levadas a efeito não constituíram o necessário para evitar as constantes crises do setor e do Estado paraibano em geral.

No século XVIII, o açúcar sofre internamente a concorrência com as atividades auríferas, que embora de fôlego curto, representaram dividendos que garantiram as atenções do Estado e dos “empresários”. Nesse período, a produção nos engenhos de açúcar também sofreu a concorrência com o algodão, este dentro do próprio território paraibano que, em virtude de grande demanda, passou a ser plantado até mesmo nos engenhos de açúcar.

A partir de 1750, algumas medidas foram tomadas para soerguer a atividade. Destaca-se, entre outras, a isenção de execução sumária dos senhores de Engenho que eram devedores coloniais e a criação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba. A ela cabia realizar investimentos de capital no setor, expandir o crédito, restaurar e fundar Engenhos. (MOREIRA & TARGINO, 1997, p.53)

³⁵ Estudos sobre a dependência da Paraíba em relação ao estado de Pernambuco são encontrados, entre outros em: SILVEIRA , Rosa Maria Godoy,(1999); LEWIN , Linda, (1993); FERNANDES, Irene, (1999).

A criação da companhia de comércio abrangendo as duas capitanias (1759) não significou maiores vantagens para a economia paraibana, embora tenha sido incentivada sua criação para atender às crises do setor. Dentro do arcabouço que envolvia a dependência comercial junto ao Estado de Pernambuco, uma companhia de comércio para ambas tendia a beneficiar o Estado mais poderoso. Quanto a isto, veja-se o que diz Irene Fernandes:

No final do século XVIII estão instaladas as bases produtivas demarcadoras das regiões que marcam o espaço paraibano: a açucareira e a algodoeira-pecuária. Esse século tem, pois, um grande significado no sentido da conformação do espaço paraibano, tanto do ponto de vista interno quanto da metrópole portuguesa. Assim, ocorre a expansão do espaço econômico, através da ocupação da área interiorana e o desenvolvimento de atividades, até então complementares – a pecuária e o algodão. *Por outro lado, as providências administrativas e econômicas tomadas repercutem de forma desastrosa, ressaltando a perda da autonomia política e os prejuízos, em termos de repartição do excedente, em favor dos interesses metropolitanos e da fração de classe dominante, em Pernambuco, possibilitados pela Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba.* (FERNANDES, 1999, p.32)

Além da já estabelecida dependência econômica, mesmo anterior à criação da Companhia de Comércio, “[a] 29 de dezembro de 1755, o Conselho Ultramarino em Lisboa, decide mandar anexar a Capitania da Parayba à de Pernambuco”. (SILVEIRA, 1999, p.30). A vinculação não tardou e foi efetivada em janeiro de 1756, perdurando até 1780.

Com tal procedimento a Coroa desejava racionalizar os custos e majorar os lucros da empresa colonial, mas também se constituiu num concerto político que satisfizesse os interesses de Pernambuco. A crise do setor diminuiu, mas a economia açucareira demonstrou sinais significativos de recuperação apenas com a desarticulação de outras regiões de produção do açúcar, a exemplo das Antilhas.

O período de desafogo nos empreendimentos açucareiros não perdurou muito, uma vez que na segunda metade do século XIX, em função, no final do século, da abolição e, principalmente, pela concorrência com o açúcar de beterraba, e das produções açucareiras de Cuba e de Java, a produção açucareira nordestina conheceu novo surto de crise. Muitos articulistas dedicados a essa temática apontam para uma questão para além da concorrência quantitativa -, tratava-se de concorrer com um produto de melhor qualidade, desde a plantação até a embalagem e transporte do produto.

Na verdade, a tecnologia de produção do açúcar, na Paraíba, não havia até o início do século XIX sofrido grande evolução. No que tange ao cultivo do solo, até o final do citado século pequenas foram as alterações observadas, além da prática de alqueive, da introdução do arado e de novas variedades de cana. A prática de adubação também não era utilizada. No setor industrial, os Engenhos movidos a tração animal e os Engenhos d'água só começaram a ser substituídos pelo Engenho a vapor nas últimas décadas do século [XX] quando, segundo Manoel Correia, *'a cad passou a substituir a potassa, as fôrmas de barras cederam lugar as fôrmas de madeira e metal, generalizou-se o uso do bagaço como combustível a partir de modificações efetuadas nas fornalhas e o tambores das moendas que eram colocadas em posição vertical, passaram a ser postas em posição horizontal'*(ANDRADE, 1986:81 apud MOREIRA & TARGINO, 1997:54)

Os Engenhos centrais foram pensados com o intuito de separar a agricultura da indústria e com isso aumentar a produtividade, inspirados nos modelos franceses e ingleses, assim como na experiência cubana. Constituiu em mais uma tentativa de superar as crises da lavoura; para o que as inovações técnicas descritas acima não foram suficientes. “Sua criação fundamentou-se na idéia de que os problemas do setor achavam-se concentrados na etapa de industrialização do produto” (Idem,1997, p.56)

Os Engenhos centrais fracassaram, e na Paraíba foi montado apenas um. Foi inaugurado em 1888 e chamou-se Engenho Central São João. Os próprios donos de Engenhos, temerosos de perder poder político e econômico, foram extremamente resistentes ao Engenho Central, temiam ficar como meros fornecedores de cana. O Engenho São João sofreu inclusive por esta razão, ou seja, os demais engenhos continuavam a fabricar o açúcar e faltava matéria prima para o Engenho Central moer. Além disso, estabeleceu-se uma “relação difícil entre os plantadores livres e a Companhia concessionária” (Idem1997, p.57).³⁶

4.2- Apanhados historiográficos sobre as usinas.

Quando Ricardo chegou do Recife encontrou o seu povo desterrado. [...] foi vendo um mundo novo a cada passo. A estrada, pisada de automóvel, os partidos de cana subindo para altos aonde nunca foram, e os sítios dos moradores, as casas de Manoel Lucindo com laranjeiras, a casa de José Ludovina com jenipapeiros grandes, a estrada coberta de cajazeiras, tudo isto tinha desaparecido. Tudo era um descampado. Cana e cana se espalhando pela Várzea, (REGO, Usina, 1993, p.77).

Assim como foram os Engenhos, e diferente dos Engenhos Centrais, as Usinas procediam ao plantio e industrialização do açúcar.

O impulso inicial dado pelo poder público para a implantação das primeiras Usinas foi vigoroso. Algumas Usinas foram isentas de impostos estaduais por períodos que variaram de 5 a 15 anos a partir do seu funcionamento (Usina Espírito Santo, Mamanguape e Bonfim); outras tiveram abatimento no imposto de transmissão por compra, o que facilitou o processo de concentração (Usinas São João [antigo Engenho Central São João] e Santana). Apesar do apoio governamental, o processo de substituição dos Engenhos

³⁶ Sobre Engenhos Centrais ver também Peter Eisemberg(1977); Gadiel Perucci (1978).

pelas novas fábricas foi lento e desigual, só vindo a completar-se em meados [do século XX] (MOREIRA & TARGINO, 1997, p.58)

Ainda com relação à implantação e modernização das unidades usineiras, Irene Fernandes(1999, p.37) afirma que a,

Transformação da cana-de-açúcar continua, porém, a ser feita em sua maior parte, pelos engenhos de açúcar bruto e de rapadura, dispersos pela zona da mata, brejo e até pelos sertões. Em 1935 a Paraíba possuía 9 usinas e 1161 engenhos, dos quais 102 produzem açúcar de engenho, 881 rapadura, 350 aguardente e um álcool anidro.

A grande maioria dos produtores paraibanos não dispunha de receitas para capacitar as unidades produtivas de forma a colocar no mercado produtos de maior qualidade. Dessa forma, os engenhos, algumas vezes associando a cana ao algodão davam conta de uma difícil, mas possível sobrevivência.

Os senhores de Engenho tradicionais protestaram e resistiram à Usina. Estas foram interpretadas como a decadência dos senhores proprietários e muitos, realmente, vieram a sucumbir -, não, necessariamente, pela criação da Usina em si, que poderia ser uma medida de restauração eficiente do setor, mas porque as Usinas foram criadas e incentivadas pelo Estado sob os auspícios de sair de uma crise que já estava assolando e empobrecendo muitos produtores de açúcar. Com ou sem Usina, a decadência do mundo açucareiro tradicional já estava definida.

Por outro ângulo, é possível somar as questões políticas que incentivavam a concentração de rendas, como foi o caso de facilitação quanto aos impostos de transição de propriedade. O medo de ficar como mero fornecedor, se não se consolidou com os Engenhos Centrais, consolidou-se com as Usinas. Os que mantiveram os engenhos em funcionamento foram, em sua maioria, obrigados a voltar-se para o mercado interno, pois o seu produto e sua capacidade de produção eram inferiores aos das usinas.

Com menores capitais, técnicas mais atrasadas, baixa produtividade e pondo no comércio um produto de qualidade inferior, o bangüê resistiu como pode ao surto usineiro, voltado que estava para o mercado consumidor regional. A reação do bangüê fez-se com tal energia que apesar de sua fraqueza econômica e das vantagens conseguidas pelos usineiros perante as instituições governamentais, conseguiu sobreviver por ainda várias décadas até desaparecer totalmente. (ANDRADE, 1986, p.95 apud MOREIRA & TARGINO, 1997, p.59)

O produto final saído das Usinas era superior -, o açúcar centrifugado no lugar do mascavo. Houve, sem dúvida, transformações qualitativas. No entanto, deu-se também e com muita força, uma maior concentração de terras em um número ainda menor de proprietários do que no período dos engenhos; assim como uma utilização mais ampla da própria terra para plantação de cana, diminuindo o espaço destinado à agricultura de subsistência e a criação de animais. De forma lenta, mas efetiva e permanente, foram desaparecendo as figuras dos moradores e lavradores a aumentando a mão-de-obra assalariada.

Na Paraíba, a primeira Usina foi criada em Santa Rita, já no período da República, em 1910. Fundada por Arquimedes C. de Oliveira, doze anos depois foi encampada por Flávio Ribeiro Coutinho, que veio a se constituir no maior proprietário de Usinas do Estado.

Em 1917 surgiu a Usina Bonfim, em Sapé. Em Cruz do Espírito Santo, cidade vizinha a Sapé, foi criada a Usina São Gonçalo. Nesta mesma localidade, foi criada a Usina Espírito Santo, para ambas não consta a data de fundação, mas foram igualmente encampadas pela família Ribeiro Coutinho, na pessoa de Renato Ribeiro Coutinho, em 1922. Estas Usinas foram transformadas em uma chamada Santa Helena, com sede em Sapé.³⁷ O antigo Engenho Central São João tornou-se Usina São João, em 1914, nas mãos de herdeiros de Úrsulo

³⁷ Região onde estiveram localizadas as propriedades da família materna de Augusto dos Anjos.

Ribeiro Coutinho. Além destas, foi fundada a Usina Santana, inicialmente denominada Pedrosa, em 1922, no município de Sapé e em 1925 foi comprada por Flaviano Ribeiro Coutinho (MOREIRA & TARGINO, 1997, p.59 e 99)

O processo de instauração e instalação das usinas é parte das medidas para incrementar o setor agro-industrial canavieiro, sob a ótica de maior produtividade e, conseqüentemente, maior poder de concorrência interna e externa. No entanto, significou uma mais efetiva concentração econômica e por derivação também política, produzindo a falência de muitos engenhos.

Legítimo dono, senhor absoluto ficara o dr. Juca, pois os parentes [...] foram aos poucos cedendo aos seus planos, às suas idéias. Mandava ele só. Os lucros fantásticos calavam a boca dos que pretendiam fazer restrições. E no seu terceiro ano de moagem a Bom Jesus só tinha uma boca para falar por ela – que era a do dr. Juca. Os parentes iam passando, sem sentir, à categoria de fornecedores. (REGO, Usina, 1993, p.46)

ão foi apenas na Paraíba que houve concentração de terras de Usinas nas mãos de poucos, tal ocorrência aparece em todo o nordeste brasileiro; em solo paraibano apenas a Usina Monte Alegre, de Mamanguape, não passou para os membros da família Ribeiro Coutinho.

Com a crise de 1924 no preço internacional do açúcar, os donos de Engenhos paraibanos sofreram rude golpe, agravado pela enchente do rio Paraíba, que destruiu fábricas e plantações. Muitos foram à bancarrota por não saldar os débitos contraídos com as Usinas e estas, no caso particular paraibano, já constituíam um aglomerado produtivo familiar.

4.3 - Aspectos da historiografia sobre pecuária na Paraíba.

A colonização dos Sertões no Brasil foi, sabe-se, posterior ao processo de instauração colonial agrária, que inicialmente privilegiou as regiões mais próximas das áreas litorâneas. Os Sertões, em função da presença de índios e das condições geográficas hostis (longos períodos de secas, por exemplo), não foram considerados aptos para a agricultura de exportação.

O que levou o homem a desbravar as regiões mais internas e distantes do litoral foi vontade de encontrar ouro e a pecuária. Esta última esteve presente na internalização do território paraibano, entre o final do século XVII e início do século XVIII; embora conste, através de solicitação de doação de sesmarias, entre o final do século XVI e até meados do século XVII, a utilização de terras para criatório.

Segundo Irene Rodrigues Fernandes, das dezessete concessões de sesmarias consta a de Antonio Sampaio que no pedido de solicitação frisa a distância de mais de 15 léguas da cultura canavieira para a criação de gado vacuum. (TAVARES,1982, p.38 apud FERNANDES,1999, p.23). Para o Sertão e a região de Cariri da Paraíba, a interiorização deu-se a partir da Bahia e internamente, a partir do litoral, pelas margens do rio Paraíba.

No que tange a pecuária, o principal motor veio da necessidade de tração animal, alimentação e, posteriormente, utilização do couro. Esta última responsável pela ligação dos produtos das fazendas com o mercado externo, independente das relações com a zona canavieira.

A princípio, o gado foi criado dentro da própria unidade de engenho de cana, como complemento alimentar e como instrumento de tração e transporte necessário à produção. Na medida em que o criatório expandia-se, em função de maior demanda pela tração e pela carne bovina, criava atritos com a lavoura de cana. Os lavradores não cansavam de reclamar da invasão do gado nos seus partidos canavieiros. No início do século XVIII, o próprio governo colonial encarregou-se de obrigar a pecuária a uma distância mínima de 10 léguas da costa. (GIMARÃES, 1968, p.67 apud MOREIRA e TARGINO,1997, p. 67)

Colonizar os Sertões significou, entre outras coisas, conflitos diretos com os índios; constituindo-se em um processo de grande violência, em todo o território brasileiro no qual se processou. Na Paraíba:

Quer se apropriando de terras incultas, quer arrebatando-as, pela luta, aos índios, o branco colonizador foi espalhando currais pelo interior do Sertão. Assim, segundo Joffily, a ribeira do Piancó contava no final do século XVIII com setenta e sete fazendas, a do Espinharas, com cinquenta e nove, a do Sabugi, com setenta e oito, a Ribeira do Patu com cento e vinte e sete núcleos de criação (JOFFILY, 1976:318-324 apud Moreira & Targino, 1997:70). Muitas dessas fazendas, com edificação de uma capela, deram origem a várias cidades.(MOREIRA & TARGINO, 1997, p.70).

Além dessas regiões, Maria do Céu apresenta, no seu texto sobre o Trabalho na Paraíba, também referenciada em I. Joffily, dados para outras freguesias, Vilas e Ribeiras: Freguesia de Taipu com 99, Freguesia Vila N. Senhora do Pilar com 01, Freguesia de Campina Grande com 47, Freguesia dos Cariris de Fora com 87, Vila de Monte-Mor com 75, Ribeira de Piranhas com 164 e a Ribeira do Rio do Peixe com 55.

A criação de gado também foi efetivada em latifúndios, porém estruturada sob relações diversas das zonas canavieiras. A mão-de-obra utilizada combinava trabalho livre e trabalho escravo. Há uma tendência para considerar o trabalho escravo inadequado para a criação, porque o criatório praticado de forma dispersa por uma grande extensão de terras, dificultaria a vigilância sobre os escravos.

Parece verossímil, entretanto, pensar que a mão-de-obra livre tivesse relação com a existência de um número considerável de trabalhadores livres, que sem maiores opções de sobrevivência, submetiam-se a desbravar os Sertões ao lado dos empreendedores dessa atividade. É também fato conhecido que nas fazendas de gado não se necessitava de muitos braços como era o caso da lavoura.

As duas razões parecem constituir os pilares sobre os quais se respaldou a opção por parte dos trabalhadores livres no conjunto dos trabalhadores nas fazendas, reforçadas, ainda, pela menor capitalização dos proprietários das regiões sertanejas. No entanto, registra-se entre os estudiosos do trabalho escravo na Paraíba, a ocorrência de maior número de escravos no auge da atividade pecuária (meados do século XVIII).

A questão do trabalho escravo na pecuária paraibana suscita debates. Entre o final do século XVII e até meados do século XVIII encontram-se registros historiográficos do uso das duas forças de trabalho e do uso exclusivo de mão-de-obra livre. Todos são unânimes em afirmar que para tal período prevaleceu o trabalho de homens livres. As razões colocadas como justificadoras também variam. Maria do Céu, no trabalho já citado, referenciado em Irenêo Joffily, mas também em Clóvis Moura, faz a seguinte digressão:

Clóvis Moura não encaixa o braço escravo na economia sertaneja. Segundo ele, o negro aparece ali como fugitivo, como quilombola, portanto, sem qualquer função útil no esquema produtivo da Colônia (MOURA, 1981, p.234 apud Medeiros, 1999:70). Embora o autor se refira especialmente ao negro dos Sertões da Bahia, Alagoas e Sergipe, é possível se admitir essa hipótese também para o caso da Paraíba, nas primeiras décadas do século XVIII. Aliás, ela vai ao encontro do que diz Irenêo Joffily, quando admite que, até quase metade daquele século, 'os escravos de origem africana, introduzidos no Sertão da Paraíba, seriam somente os prisioneiros palmarinos, trazidos pela força de Domingos Jorge Velho para o Piancó' (JOFFILY, 1977, p.97. apud Medeiros, 1999:70). E há notícias de quilombos, formados na Paraíba logo após a destruição de Palmares. A existência, no Sertão do Piancó, de uma lagoa com o nome de Zumbi que, aliás consta de um termo de doação de sesmarias, no ano de 1798, parece comprovar a existência de sobreviventes de Palmares naqueles Sertões distantes (JOFFILY, G.I.,1977, p.440. apud MEDEIROS,1999:70)

Dois aspectos da pecuária merecem ser ressaltados. O primeiro, a relação do trabalhador com a propriedade da terra. Sobre isto, Moreira e Targino:

A atividade pecuária praticada nas fazendas não só permitiu o acesso à exploração mas também à propriedade da terra aos homens livres. Contribuiu para isto o sistema utilizado para pagamento do vaqueiro. Este, responsável pela administração das fazendas, era pago com um quarto da produção da propriedade. Esta forma de pagamento só era efetuada após quatro ou cinco anos de trabalho. O vaqueiro recebia, então, de uma só vez, um certo número de animais, suficiente para permitir sua instalação por conta própria em terras que ele comprava, arrendava ou, simplesmente, se apossava. (1997, p.72)

O outro aspecto é quanto às relações estabelecidas entre a pecuária e o mercado, ainda de acordo com os mesmos autores acima:

Como toda a atividade colonial, o desenvolvimento da pecuária manteve ligações com o mercado metropolitano, quer de forma direta, pela exportação de couro, quer de forma indireta através das ligações com a exploração canavieira. No entanto, a dependência em relação ao mercado externo foi bem menor do que a experimentada pela cultura da cana. Desse modo, entende-se porque as crises externas não implicaram em regressão do sistema criatório tal como ocorria com o sistema açucareiro. (1997, p.73)

Talvez venha dessas especificidades expostas, o sentimento retratado pelos artistas, como José Américo de Almeida, que, como escritor, o deixou explícito: a consideração do sertanejo como um elemento com uma cultura mais humanizada do que os da zona da mata.

Sendo a principal riqueza do Sertão e dada as condições geográficas desta região, a pecuária sofreu com as constantes secas. A ausência de chuvas levava os sertanejos em busca de trabalho nas regiões de algodão e, principalmente de

cana. Trabalhavam como temporários e aos primeiros sinais de relâmpagos pros lados do sertão, voltavam para as suas terras ou para o serviço dos antigos patrões.

4.4- Considerações sobre historiografia quanto ao algodão na Paraíba

A plantação algodoeira e o beneficiamento deste produto foram os responsáveis pela ocupação da Caatinga paraibana. O gado povoou o Sertão e o Cariri. A cana-de-açúcar alastrou-se pelo litoral e brejo. Em momentos pontuais, estas culturas disputaram os mesmos espaços.

Como já observado, o gado começou a ser criado na zona canavieira, a cana chegou a ser cultivada fora da região litorânea -, seu espaço mais fecundo. De todos os produtos desenvolvidos na Paraíba, o algodão foi o que mais avançou por espaços antes destinados a outros cultivos e avançou marcando a atividade “consorciada”. Ao adentrar os sertões, introduziu o tipo arbóreo, mais adaptável ao clima sertanejo.

Essa possibilidade de disseminação da cultura algodoeira explica-se a partir da sua natureza específica que pode ser cultivada junto com a grande lavoura, com a lavoura de subsistência e em terras de pastoreio, nesta última tornou-se atividade complementar da pecuária por contribuir com a alimentação bovina.

Reflexo da expansão cotonicultora no Sertão, é a instalação de grandes unidades de beneficiamento da fibra e do caroço, seja de capital estrangeiro como SANBRA e ANDERSON CLEYTON, seja de capital local, nas principais cidades do Sertão (Sousa, Pombal, Patos, Cajazeiras na primeira metade do século XX). A presença dessas grandes empresas foi de fundamental importância para a economia regional, em virtude das ligações ‘para trás’ que estabelecia com a lavoura. Com efeito, eram elas que adiantavam parte significativa do capital necessário para as despesas de

cultivo e de colheita, desempenhando assim, a função de capital financeiro. Tal prática iria dar origem à chamada compra do 'algodão na folha', que representava um sistema de exploração extremamente danoso ao produtor. (MOREIRA & TARGINO, 1997, p.76)

Na cultura algodoeira, até a extinção legal do tráfico, deu-se a utilização da mão-de-obra escrava e em algumas oportunidades chegou a apresentar número maior de escravos do que na produção do açúcar; assim como chegou a superar a cana em volume de exportação.

Não só a relação de trabalho escravista aproxima o algodão da cana. Ambos visavam o mercado externo, dependiam, portanto, de uma demanda fora do controle do cultivador e eram efetivadas com tecnologias arcaicas, colocando no mercado um produto de baixa qualidade. Ainda assim, o algodão representou um excelente dividendo para a receita do Estado paraibano, nos seus principais momentos produtivos. (MEDEIROS,1999; MOREIRA & TARGINO, 1997)

Regina Gonçalves (1999, p.31-32) observa a cultura algodoeira e suas relações com as receitas do Estado paraibano, bem como sua importância para a dinamização das cidades.

Assim, na década de 70 do século XIX, fruto da política de modernização no país, com o estímulo do capital inglês, começam a ser implantadas no Nordeste as primeiras obras de infraestrutura, como a iluminação pública, as estradas de ferro e o aparelhamento dos portos, além das primeiras fábricas de algodão. Em 1900, o setor têxtil estava em pleno desenvolvimento, gerando empregos e fazendo aumentar a produção agrícola e comercial o que concorreu muito para o crescimento das cidades e vilas das áreas que produziam algodão.

Embora tenha constituído um produto de grande importância econômica para o Estado e responsável pelo desenvolvimento de vilas e cidades, principalmente nos períodos áureos, esteve sujeito aos reveses da falta de infra-estrutura. João

Suassuna, então governador, em meados da década de 1920, reclamava que apesar da rodovia ter chegado até Pombal, no alto sertão, os produtores não tinham acesso à rodovia por falta de estradas vicinais. (LEWIN,1993, p.81)

A produção sistematizada com vistas ao mercado data do final do século XVIII, numa estreita relação com as demandas das indústrias têxteis inglesas, reforçada pela crise do algodão nos Estados Unidos, por ocasião das guerras pela independência, já que os Estados Unidos, em momentos de conjuntura estável constituía o maior fornecedor dessa matéria prima para o mercado Inglês.

No entanto, o algodão já existia no Brasil desde antes do processo colonial e era utilizado pelos índios, assim como serviu a população colonial desde o início da colonização. O algodão atendeu também o mercado interno. Muitos produtos utilizados na Colônia e depois no Império foram obtidos a partir do algodão: tecidos rústicos, redes, pavios e outros.

4.5 - A representação pelos intelectuais paraibanos das primeiras décadas da República.

Reafirmando o caráter plural da modernidade, observe-se que os depoimentos e as obras artísticas estão sempre configurando aspectos dissonantes em suas leituras dos ícones modernos. Tanto no final do século XIX como nas primeiras décadas da República, esses ícones se fizeram presentes. Os artigos de jornais, embora existam os que se põem de forma crítica, são, em geral, textos que gravitam em torno das questões mais óbvias. Ao olhar para a literatura é possível perceber textos que aprofundam e problematizam a realidade.

A poesia de Augusto dos Anjos (1994, p.81-82), que se transcreve abaixo, refere-se ao engenho de açúcar onde o poeta foi menino e que desmoronou a partir das modificações econômicas do período:

Gemidos da arte III

Pelo acidentadíssimo caminho
faísca o sol, nédios, batendo a cauda,
Urram os bois. O céu lembra uma lauda
Do mais icorruptível pergaminho

Uma atmosfera má de incômoda hulha
Abafa o ambiente. O aziago ar morto a morte
Fede. O ardente calor da areia forte
Racha-me os pés como se fosse agulha.

Não sei que subterrânea e atra voz rouca,
Por saibros e por cem côncavos vales,
Como pelas avenidas das Mapalles,
Me arrasta à casa do finado Toca!

Todas as tardes a esta casa venho.
Aqui, outrora, sem conchego nobre,
Viveu, sentiu e amou este homem pobre
Que carregava cana para o engenho!

Nos outros tempos e nas outras eras,
Quantas flores! Agora, em vez de flores,
Os musgos, como exóticos pintores,
Pintam caretas verdes nas taperas.

Na bruta dispersão de vítreos cacos,
À dura luz do sol resplandecente,
Trôpega e antiga, uma parede doente
Mostra a cara medonha dos buracos.

O cupim negro broca o âmago fino
Do teto. E traça trombas de elefante,
Com as circunvoluções extravagantes
Do seu complicadíssimo intestino.

O lodo obscuro trepa-se nas portas,
Amontoados em grossos feixes rijos,
As lagartixas dos esconderijos
Estão olhando aquelas coisas mortas!

[..] Sol brasileiro! Queima-me os destroços!

Quero assistir, aqui, sem pai que me ame,
De pé, à luz da consciência infame,
A carbonização dos meus próprios ossos!" (1994, p.77)

O poeta fala de um mundo findo e na tristeza que essa finitude provoca. O faz não observando a casa grande e a unidade mesma de produção, mas olhando para o viés que é o do espaço do trabalhador. É a casa de um morador que os versos do artista entoam em canto de morte. Mas cada verso contempla imagens do mundo rural da Paraíba do seu tempo de mocidade. Pode-se afirmar que não só desta, mas de quase todas as regiões plantadoras de cana e produtoras de açúcar do nordeste brasileiro.

Lendo a primeira estrofe da poesia visualiza-se junto com Augusto dos Anjos a geografia do lugar. A topografia irregular e o sol escaldante do verão de Sapé e adjacências, região onde se localizava o engenho da família Anjos. "Faísca o sol ... [e] O Céu lembra uma lauda / Do mais incorruptível pergaminho". Assemelha-se a primeira parte de Os Sertões de Euclides da Cunha: inicialmente se deve descrever o meio e nele inserir o homem. Homem e meio não se podem separar porque um sem o outro tomariam conformações diversas. Espelho de uma perspectiva naturalista, tão presente na criação artística de ambos. Os homens são pedaços das suas próprias terras.

Mas o sol greta a terra e transforma em hulhas os grãos de areia daquele chão. A atmosfera abafada e funesta faz o ar trazer o cheiro da morte. Na solidão que respira o ar abafado, o poeta segue até a casa do antigo morador, agora morto. Morta também está a casa, mortas estão as flores. Àquela casa vai todas as tardes o poeta sem distinguir com clareza o que o leva até lá, até a casa do finado Toca. O poeta busca compreender como houvera desmoronado o mundo fausto dos engenhos; tanto quanto anseia por curar as mágoas. Mágoas que são resultado de uma história pessoal triste inserida num meio social decadente e hostil.

Quem quer que percorra restos desse tempo ainda sobreviventes, por caminhos do nordeste brasileiro, pode ver casas destruídas, transformadas pela ausência de vida em taperas de musgos, que deixam entrever seu antigo interior, outrora abrigo para o descanso da labuta diária.

O poeta tem consciência, que pra ele é infame porque impotente, da destruição de um mundo produtivo -, o engenho de cana. A morte do pai figura como uma imagem de orfandade, não há onde se buscar o apoio necessário à reconstrução. A impotência está inteira e impede possíveis soluções que reconstruam o mundo exaurido pelas transformações políticas, mas, sobretudo, econômicas. Que o sol possa então prestar um último bom serviço -, carbonizar-lhe os ossos, suprimir de sua alma de poeta a dor das perdas irreparáveis.

Nessa poesia de Augusto dos Anjos, não aparece nenhuma alusão explícita a quaisquer traços de modernidade, mas sabe-se que parte das inovações nas relações de trabalho e no arcabouço da produção da época, sobre a qual verseja, significaram um desmoronamento de algumas unidades produtivas brasileiras. A casa do finado Toca, com seus buracos, musgos no lugar das flores; a casa que assinala a ausência de vida é o fim do engenho Pau D'Arco. É o fim de muitos engenhos, não só os pertencentes à família do poeta. É o fim de uma era.

Compreende-se que o desmoronamento é consequência não das modificações em si, mas da forma política como essas mudanças estruturais foram tratadas. Nem a classe proprietária, diretamente produtora, nem o Estado, no Brasil, foram capazes de enfrentar as oscilações do mercado. Isto é sobremaneira verdadeiro no caso da produção no nordeste da época que aqui se trata e, em particular, verdadeiro para a Paraíba.

Os proprietários das unidades produtivas, em geral, não obedeciam a um planejamento que contemplasse o curto, o médio e o longo prazo. Quase sempre se vivia o presente, sem maiores preocupações, principalmente quando as

atividades davam bons lucros. Uma educação formal que preparasse sucessores para dar continuidade à produção também era inexistente ou ineficiente.³⁸

Por outro lado, as políticas públicas eram de medidas imediatistas e remediadoras. Esperava-se a crise para tratar os efeitos e, ainda assim, de forma fragmentária.

Os versos de Augusto são versos de uma história de perda. Neste sentido, moderno não é sinônimo de progresso, tampouco de crescimento e fronteiras melhores de vida. Moderno, que para o poeta Augusto dos Anjos, significava Spencer, Darwin; também significava a morte de um tempo, de uma era, como ele mesmo denomina, e acarretou consigo a pobreza de muitos proprietários, e o desemprego para muitos trabalhadores rurais.

O poeta viveu sua infância em um desses engenhos decadentes. Na sua vivência familiar sentiu a intensidade da decadência, e fez parte do que se acostumou chamar aristocracia decadente do açúcar. Foi o próprio poeta que esteve à frente dos negócios familiares que incluiu a venda do último engenho e foi ele também que ajudou a sustentar a mãe, junto com um irmão, após a derrocada da família proprietária.

Independente da experiência pessoal, Augusto dos Anjos parece retratar com muita propriedade a história de perda econômica e de prestígio político do nordeste brasileiro. Além desses aspectos, outros versos do poeta, alguns já trabalhados em outros momentos desta tese, apontam para uma representação ambivalente do que significa o SER moderno e suas implicações.

José Lins do Rego, em *Bangüê*, *Usina* e *Fogo Morto* forjou imagens contundentes dessa dinâmica, mesmo que o tenha feito saudoso do passado. As passagens nos romances abordam a questão pelo ângulo do produtor, do Estado e dos trabalhadores ligados ao universo produtivo.

³⁸ Quanto à história da educação na Paraíba, abordando desde o início do processo até meados do século XX ver PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco. 2002, 286p.

Diferente de José Lins do Rego, Augusto dos Anjos não demonstra maiores apegos à tradição. O que lamenta são as formas de interpretação do presente, apontando as possibilidades através das quais seria possível imprimir desfechos não destruidores para a vivência do homem moderno. A principal dessas soluções está numa percepção de que a modernidade é plural e não deveria ser vista apenas no âmbito da ciência e da tecnologia. Longe da capacidade de absorção dos conflitos, despido da filosofia e da arte, o legado da modernidade torna-se apenas um movimento de destruição e de perdas. É o que parece dizer os versos do poeta.³⁹

O fim das coisas.

Pode o homem bruto, adstrito à ciência grave,
Arrancar, num triunfo surpreendente,
Das profundezas do Subconsciente
O milagre estupendo da aeronave!

Rasgue os broncos basaltos negros, cave,
Sôfrego, o solo sáxio; e, na ânsia ardente
De perscrutar o íntimo do orbe, invente
A lâmpada aflogística de Davy!

Em vão! Contra o poder criador do Sonho
O fim das coisas mostra-se medonho
Como o desaguadouro atro de um rio...

E quando, ao cabo do último milênio,
A humanidade vai pesar seu gênio
Encontra o mundo, que ela encheu, vazio! (ANJOS,1994, p.183)

O retrato de uma realidade adversa que alguns autores paraibanos traçam encontra sua razão de ser na forma como a modernidade, na perspectiva econômica e técnica, foi introduzida em um determinado ambiente e dentro de um

³⁹ Esta não é a única poesia na qual o poeta Augusto dos Anjos faz alusão “a perda da aura”, parafraseando W. Benjamin, filósofo alemão. Ver o livro *Eu*, de Augusto dos Anjos.

contexto específico sem considerar o todo social, mas apenas parte dele, a classe dominante, e mesmo esta, de forma fragmentada e irregular.

O modelo político/econômico brasileiro centralizou suas medidas e projetos em uma parcela muito pequena da população, no país todo. Entretanto, quando uma sociedade soma a esse padrão uma situação de inferioridade econômica, tal conjunto produz uma maior fragmentação no seio da própria classe dominante, assim como amplifica a miséria entre os mais pobres.

Linda Lewin aponta as diferenças entre os Estados como um impulsionador do sentido de regionalismo.

Durante a Primeira República, começaram a aparecer claramente disparidades regionais de riqueza. De fato, foi somente na era das oligarquias que a Paraíba e os cinco estados vizinhos adquiriram uma identidade regional com 'o nordeste' (1993, p.19).

O modelo econômico-político brasileiro, concentrador e coronelístico, vivenciado nas primeiras décadas republicanas, também favoreceu o autoritarismo. Tia Sinhazinha, personagem de *Menino de Engenho* de José Lins do Rego, aparece sempre como a figura que representa os maus tratos, o mandonismo, o autoritarismo. “A velha Sinhazinha [...] gritando para os negros e os moleques com a mesma arrogância *incontentável*” (p.13) (grifo meu) E ainda em *Menino de Engenho*, por ocasião da visita do cangaceiro Antonio Silvino, o menino Carlos de Melo desejou como bom para os meninos, para os moleques e para as negras que o primo tivesse denunciado a tia ao cangaceiro para que este a castigasse. Todos teriam dormido “uma noite de grande”. (*Menino de Engenho*, p.14)

Parecia mesmo que todos os não proprietários de latifúndios deveriam prestar obediência e serviços às famílias mandantes. José Lins narra uma história sob uma leitura do povo da casa-grande: Por ocasião de uma cheia do rio Paraíba, crianças e mulheres saíram todas como retirantes para a casa do seu

Amâncio, sitiante do velho José Paulino. Dormiram em cama de vara, sentindo o cheiro do chiqueiro dos porcos. “Era tudo isto o que de melhor o pobre do velho Amâncio tinha para nos oferecer: esta sua desgraçada e fedorenta miséria de paria” (Idem:21). A figura do personagem Seu Amâncio é um dos retratos de morador que o romancista traçou em suas obras.

Naquela ocasião, quase todos os trabalhadores perderam todo o pouco que tinham com a enchente. Não lastimavam, diziam: “-O que vale é a saúde e a proteção de Deus”. Carlos de Melo observa e pensa, num ímpeto de sentimento solidário: “- Mas, coitados, com que saúde e com que Deus estavam eles contando! (Ibidem, p.21)

Estas e outras observações/trechos de suas obras remetem à reflexão de que José Lins do Rego, em grande parte, constata um determinado universo; noutros momentos, expõe seu lugar no mundo das classes sociais e particularmente no mundo que herda a decadência econômica e política em vez da abundância e do poder. Nos textos de José Lins do Rego está consciência quanto à dominação e ao autoritarismo que grassaram as relações de trabalho e as relações sociais como um todo, questão tratada por ocasião do perfil do escritor.

Otávio Tarquínio de Sousa afirma que José Lins do Rego

Sem nenhuma pretensão, sem nenhum intuito de fazer sociologia regional ou estudo ecológico, [nos seus] cinco romances nos [faz] acompanhar as transformações econômicas da região da cana-de-açúcar, a evolução do sistema de propriedade, as modificações da técnica de produção e de trabalho, as influências e reações daí resultantes.⁴⁰

⁴⁰ Tarquínio de Sousa a partir de citação de Villaça no prefácio à 13ª edição do romance *Usina* de 1993 pela José Olympio.

Essa “sociologia” pode ser percebida quando José Lins do Rego recria o cotidiano dos homens livres que permaneceram nas propriedades onde foram escravos. Os que se viram arrolados nessa experiência continuaram a ser tratados como escravos, ou seja, contavam com quase nenhuma mobilidade social, não recebiam salário ou recebiam alguma remuneração ocasional e não sistemática como é o caso dos contratos permanentes ou temporários de trabalho. Em alguns aspectos, suas vidas cotidianas foram ainda mais precárias, uma vez que os patrões não se viam mais com obrigações para com os trabalhadores. Incorporaram a não responsabilidade que antes tinham para com os escravos, e não incorporaram as obrigações que deviam aos trabalhadores, agora homens e mulheres livres. Os patrões usufruíram da necessidade de sobrevivência daqueles que, embora livres, não contavam com grandes opções.

A reorganização do trabalho e da relação com a mão-de-obra variou no conjunto da sociedade brasileira de acordo com as demandas econômicas de cada região produtiva.

A adesão aos padrões de organização social e modo de vida dessa população heterogênea pelos egressos da escravidão oscilou com certeza nas diferentes regiões, condicionada sobretudo pelas vias diferenciadas de substituição do trabalho escravo. As variações podem ser notadas, como exemplo, entre as áreas cafeeiras. Em determinadas zonas de São Paulo, onde os colonos estrangeiros, numericamente abundantes, puderam suprir as necessidades das plantações comerciais, os trabalhadores negros foram relativamente dispensados, aderiram ao modo de vida caipira, caboclo, empregando-se esporadicamente, ou dispersaram-se em direção às cidades. Em Minas, o afluxo menor de imigrantes obrigou fazendeiros e trabalhadores nacionais a se readaptar aos novos ritmos, sem que houvesse uma falência generalizada da produção. O mesmo ocorreu na economia açucareira do Nordeste, na cultura do algodão, onde a adoção de trabalhadores livres já vinha sendo realizada havia mais tempo,

com a transferência dos contingentes escravos para o Sudeste.(WISSEBACH,1998, p.60-61)⁴¹

No caso particular da Paraíba, as transformações para o trabalho assalariado demoraram a se efetivar, perdidas nas malhas das relações de agregados e compadrio. Os costumes iam sendo substituídos lentamente. Esse movimento de transição surge com força vital nos romances de José Lins e nos escritos de José Américo.

A venda de escravos para região sudeste, proibida em 1885 pela Lei Saraiva-Cotegipe, que, no caso paraibano, foram escravos retirados das unidades de maior peso na produção, segundo Evaldo Cabral de Mello(1999, p.65), aliada ao crescimento da lavoura de algodão e da criação de gado, que em alguns momentos superaram a produção açucareira e demandaram menor número de escravos, foram as razões que levaram a região ao trabalho com pessoas livres, mas atreladas por compadrio ou relação de agregados. Envolvidos, enfim, por relações de dependência para com os donos das terras.

Esse quadro possibilitou uma relação de trabalho “intermediária” entre a escravidão e o trabalho livre e dentro desse modelo a vida dos trabalhadores passou a ser regida pela “índole” do senhor de engenho ou dos senhores das fazendas de algodão e pecuária. O menor ou maior controle sobre os trabalhadores, as melhores ou piores condições de vida deles estavam condicionadas às necessidades econômicas de cada período. Quando os senhores obtinham bons lucros, podiam, dependendo da sua “vontade pessoal”⁴², dispensar tratamento mais ameno. Quando os lucros baixavam, as exigências passavam a ser maiores.

⁴¹ A autora remete suas análises a dois outros historiadores: Denis, P. *O Brasil no século XX*. Pp.337-8 e a Mello, Evaldo Cabral. *O norte agrário e o Império (1871-1889)*, especialmente, *O norte, o Sul e a proibição do tráfico interprovincial de escravos*.

⁴² Não é possível analisar as relações de trabalho, dentro ou fora da escravidão, na perspectiva do bom ou mal senhor. As relações entre patrões e empregados estiveram sempre condicionadas às questões econômicas e culturais. Quando fala-se de “índole” e “vontade pessoal” remete-se ao fato de existir um poder incontestado dos patrões com relação aos empregados pela inexistência ou ineficiência de medidas controladoras sobre o empregador.

O panorama traçado pelo romancista José Lins do Rego, no chamado ciclo da cana-de-açúcar, refere-se ao período pós-abolição, já dentro dos primeiros anos republicanos. No entanto, as modificações nas relações entre patrões e trabalhadores, para o romancista, efetivam-se concretamente com a disseminação das usinas, num tempo histórico mais próximo do movimento de 30, que se estende aos meados do século vinte.

As relações, algumas vezes consideradas idílicas, apontadas na obra do escritor referem-se a um período em que as relações de trabalho, embora fora da escravidão, mantiveram padrões que se considera intermediário. Empregados domésticos, moradores, sitiantes, agregados, e toda gama de elementos ligados direta ou indiretamente à produção, dependiam quase exclusivamente do tipo de ligação que mantinham com os donos das propriedades produtoras.

A longa permanência de relações de trabalho não assalariadas até a metade do século apontam para um longo período de transição entre o fim do escravismo oficial e a paulatina modificação nos costumes, ocorrência resultante, sem dúvida, das relações econômicas que engendraram e nortearam todo o processo produtivo da região.

O engenho do personagem José Paulino e os dos seus parentes, retratados por José Lins do Rego, em processo de decadência ou em vias de transformação para as unidades usineiras guardam as antigas relações quase intactas, ou, melhor explicitando, sofrendo mudanças lentas, nas quais os antigos donos saem de cena e são substituídos por seus descendentes.

A família de José Paulino, representada na figura do filho Juca, “queria uma usina, desejava alcançar o progresso, igualar-se com outras, que haviam subido de condição, com as turbinas e vácuos”. (REGO, Usina,1993, p.43)

As usinas substituíram os engenhos, todas as terras passaram a ser da cana. Os antigos alugados das bagaceiras seriam empregados, mas muitos, a mão-de-obra mais despreparada, morria na conta do barracão, não recebiam dinheiro, mas uma moeda de troca localizada. As relações de poder, que se haviam caracterizado pelos desmandos dos senhores de engenhos, não

mudaram. A maquinaria nova, veloz, eficiente -, moderna, não significou mudanças estruturais na vida dos trabalhadores do eito.

Nunca ninguém, por aquelas paragens, alcançou maior soma de poder, [...] A São Félix valia como um estado. O governo temia a sua importância. Os seus protegidos não conheciam delegados, as portas das cadeias não prevaleciam para as ordens do usineiro. Procurassem saber dos eleitores que não fossem crias da grande fábrica e encontrariam poucos. (REGO, Usina,1993, p.43-44).

Até mesmo Deus parecia ter abandonado todo aquele povo, permitindo que sobre ele grassasse uma miséria ainda maior. José Lins do Rego inquieta-se da sorte de homens e mulheres tão religiosos, tão crentes. Mas entendia que apenas os homens proprietários ditavam as leis.

O povo [...] acreditava nos santos, todos faziam novena, [...], todos amavam os santos. E foi aquilo que se viu. A Bom Jesus comendo tudo o que eles tinham, tomando a várzea, cortando as laranjeiras, destruindo as roçadas, fazendo o povo subir para a caatinga. (REGO, Usina, 1993, p.86)

Através do personagem Ricardo, o romancista católico teme por suas heresias, “Nestes momentos arrependia-se de pensar coisas que machucassem a Onipotência” (REGO, Usina,1993, p.87).

A Usina São Felix pertencia ao seu Luís e era a grande concorrente da Usina Bom Jesus, montada por Juca, filho do velho José Paulino. Seu Luís e Juca brigavam por propriedades dos vizinhos menores para ficar com maior quantidade de terras.

A usina bom Jesus nasceu dessa fraqueza, da luta entre a São Félix [usina de Sr. Luís] gananciosa e a família do velho José Paulino, querendo resistir à invasão que vinha de fora. O dr. Juca sonhava com o poder, com o despotismo que esteira de usina impunha. (REGO, Usina, 1993, p.44)

É principalmente através das relações entre os médios proprietários da família de José Paulino e do empreendedor e grande proprietário Sr. Luís que o romancista José Lins analisa questões de políticas econômicas governamentais e questões quanto à concentração de unidades usineiras, que, no caso paraibano, já se observou, ter-se concentrado em uma única família, com apenas uma exceção.

Sr. Luís chega à região canavieira em momento posterior ao de exclusividade dos engenhos tradicionais e inicia um processo de concentração fundiária associada às relações de trabalho autoritárias, ingredientes indispensáveis às receitas de super exploração da época.

A imagem do personagem está voltada, entretanto, para o modelo liberal de empreendimento agrário/comercial, ao contrário dos familiares de José Paulino, sob o comando do seu filho Juca. Seu Luís espera pacientemente as falências ao seu redor para incorporar, formar um monopólio.

A Usina Bom Jesus, criada pelo personagem Dr. Juca, passou por dois momentos de modernização. O primeiro, quando foi fundada, ainda com equipamentos e métodos arcaicos, em vistas de outras usinas, principalmente as do Estado vizinho, Pernambuco.

No dia da botada da Bom Jesus houve festa de arrombar, veio banda de música, gente de toda parte. [...] E até o governador mandara o seu representante. [...] Os paredões do engenho haviam crescido, o telheiro baixo de antigamente subira. Folhas de zinco cobriam a maquinaria, uma chaminé de tijolo vermelho mostrava-se nova em folha, dominando tudo com aquela ponta fina dos pára-raios. O povo pobre olhava para a usina embevecido. Mulheres tinham vindo de longe para ver. Usina para elas era uma

coisa de um poder extraordinário. Queriam ver de perto aquele monstro. Mas não devia haver tanta coisa de extraordinário para contentar aquelas imaginações. A maquinaria estendia-se, as moendas grandes, a roda gigante, e a esteira puxando cana. Tudo muito maior que o engenho, mas nada com o grandioso que diziam. Os que já tinham visto a Goiana Grande [uma usina de Pernambuco, em cidade vizinha ao território paraibano] se desapontavam com o tamanho da Bom Jesus. Aquilo era mais um meio aparelho. (REGO, Usina,1993, p.45-46)

Preocupado com as perdas do açúcar, “que não passava de um bangüê grande” (Usina, 1993, p.93), Juca convence os familiares a investir na compra de equipamentos importados dos Estados Unidos, colocando suas terras, seus engenhos como hipoteca.

Os trabalhos da Bom Jesus andavam adiantados. Os jornais da Paraíba falavam do acontecimento, referindo-se à iniciativa do usineiro. Para as folhas da terra, ele era o reformador da fabricação de açúcar do estado. Até conseguiria do governo isenção de impostos para as suas máquinas, e dez anos sem pagar taxas de exportação. (REGO, Usina,1993, p.101)

A usina arrastara consigo um tempo e um modo de viver. Muitos pequenos proprietários e a grande maioria dos trabalhadores não podiam suportar tantas modificações porque elas significaram para a maior parte deles o aumento da miséria.

No desejo das mudanças lentas, mas também como denúncia do processo excludente de inserção da modernidade no universo rural paraibano, José Lins do Rego vive a contrapor o tempo novo das usinas ao tempo antigo dos engenhos. Ao lado dos engenhos, das suas máquinas e das plantações de cana, conviviam os pedaços de terra que os trabalhadores plantavam para si e para um pequeno comércio.

No entanto,

O inconformismo de José Lins do Rego não é fundado sobre a esperança de uma transformação redentora: é um inconformismo existencialista, de revolta contra a condição humana, essencialmente injusta com todos, e não apenas com os explorados. Os senhores de engenho que são esmagados pelas usinas sofrem tanto contra os agregados que recolham abnegadamente as suas migalhas na época de prosperidade. Para citar *Fogo Morto*, obra-síntese de José Lins, o sofrimento e a solidão do seleiro José Amaro não são maiores que os do coronel decadente Lula de Holanda. (TRIGO, 2002, p.117)

Mais uma vez é necessário perceber-lo próximo ao amigo Gilberto Freyre. No livro *O Imperador das Idéias*, os organizadores Joaquim Falcão e Rosa de Araújo chamam atenção para que a visão de tempo de Gilberto Freyre é a de “tempo trípico, em que passado, presente e futuro interagem. Freyre articula as raízes da tradição à modernidade” (2001, p.12). Pode-se inferir o mesmo para o romancista. A interação entre o passado, o presente e o futuro estão sujeitas ao predomínio da tradição e não da modernidade.

Nos engenhos, os trabalhadores tinham dois dias livres por semana para trabalhar no que era seu. Havia também os sitiantes que pagavam foro, podiam plantar cana, algodão, fazer roçado, criar animais. Os velhos iam ficando nos engenhos quando não podiam mais trabalhar e continuavam comendo e vestindo. “Acabou-se o bom tempo, menino. Desde que o velho fechou os olhos que gente pena. Mandaram até buscar cozinheira na cidade”. (REGO, *Usina*, 1993, p.79) A fala de tia Generosa é um reclamo pelas mudanças. Foram expulsas dos casebres porque estes ficavam em cima da casa-grande, eram entulhos. A ração diária de comida, a fartura da cozinha sempre aberta não existia mais.

Sempre que vinha ao barracão, o velho Teodoro se abria. Criara-se no Santa Rosa. Os filhos dele já eram homens feito, todos puxavam a enxada do velho José Paulino. Ele tivera o seu sítio na Várzea, aonde fazia o seu roçado, plantava a sua fava, o seu

algodão. Veio aquela desgraça e levou tudo. Teve que se mudar para a caatinga. [...] Chegaria o dia em que os mais velhos nem podiam ficar mais em casa, todos teriam que descer para o pesado. [...] Até já queria bem ao pedaço de terra. Era uma nesga que o coronel dera para ele trabalhar. Há mais de quarenta anos que, com os poderes de Deus, fizera tudo por aquele pedaço de terra. Dali ele tirava sua arroba de algodão para vestir o seu povo, umas espigas de milho e umas ramas de feijão, que davam para comerem o ano todo. Criava também o seu porco, que rendia para tanta coisa. Pela festa vendia o bacorinho e os quarenta mil-réis prestavam tanto serviço. (REGO, Usina, 1993, p.84-85).

Os pobres choraram pela morte do engenho, pelo tempo de agregados e alugados. Para José Lins do Rego parece que aquela continuação da escravidão era uma vida mais branda e mais humana. A fome e a miséria na Usina eram maiores e os trabalhadores do eito, os que não estavam entre aqueles com ofícios especializados e que eram a maioria, sofriam ainda mais sem remédios, roças e jardins; sem a proteção dos senhores de engenho.

Como em Augusto dos Anjos, a presença dos morcegos é em José Lins sinal de mau agouro e representa com clareza o esboçado acima. A consciência do fim e do trágico também em José Lins do Rego se vê representada na figura torpe e morfina de um morcego.

No romance Bangüê, Carlos de Melo refletia sobre a decadência do engenho do avô e sobre o seu fracasso, que o colocou abaixo, na escala produtiva, de um antigo empregado da bagaceira. Carlos de Melo tinha medo de ser atacado pelo antigo empregado do engenho, agora um homem muito mais forte que ele. Era um homem desolado este personagem de José Lins, um retrato da decadência. Os morcegos voavam como lesmas se arrastam no chão, como se arrastava o engenho em suas mãos que nada sabiam fazer. “Bichos feios. Viviam pelos telhados, no escuro, espreitando a noite”. (REGO, Bangüê, 1980, p.135)

Derrotado, o poder de Carlos de Melo passara para o Tio Juca; este, indiferente à sorte dos antigos moradores, os expulsa para outras paragens. As negras velhas são jogadas em uma casa de assombração. Custavam a dormir, cada uma delas pressentindo presenças aterrorizantes, e “Os morcegos chiavam

a noite inteira na gameleira. Aquilo tem parte com o demônio, dizia a tia Generosa. Morcego era pássaro do diabo. (REGO, Usina, 1993, p.76)

O fim dos engenhos levava os pobres da bagaceira, antigos escravos, aos braços da indigência. A modernidade da usina era a ampliação da miséria.

Ainda hoje, o culto pelo passado se alia ao conservantismo social, indetificando-o Pierre Bourdieu com categorias sociais em declínio: 'Uma classe ou uma fração de classe está em declínio e, portanto, voltada para o passado, quando já não está 'a altura de reproduzir, com todas as suas propriedades, condições e posições [1979, p. 530] (LE GOFF, 1984, p.305)

A construção de mundo do romancista José Lins do Rego, principalmente quando trata das tramas ligadas aos engenhos, respalda-se no apego ao passado. Há, de fato, neste literato um olhar nostálgico sobre o que já foi como foi. É até mesmo possível que se se fosse efetuar um levantamento da qualidade de vida daqueles trabalhadores, logo após a decadência dessas unidades produtivas, constatar que havia piorado. Entretanto, a forma como José Lins do Rego nomeia os trabalhadores: negros, moleques, camumbembes. As descrições em alguns momentos quase idílicas das relações entre mandantes e mandados, o abrandamento ao falar do mando dos senhores de engenho. Tudo choca o leitor de hoje, no tempo do politicamente correto.

Refletindo sobre as obras de Gilberto Freyre, Pallares-Burke (2001, p.37) admite como possível justificativa desse apego ao tradicional, para esse desejo de mudanças lentas, a nostalgia de um nordeste e de um Pernambuco rico. Parece caber no perfil, também tradicional, de José Lins Rego, embora o Estado Paraibano nunca tenha ocupado a mesma importância econômica e política do estado vizinho. Entretanto, a construção literária de José Lins não é exclusivamente paraibana, mas, com certeza, esteve atrelada ao nordeste, especialmente, o nordeste da riqueza, ainda que essa riqueza tenha sido sempre

menos intensa e brilhante na prática do cotidiano dos homens do que nos discursos dos seus mensageiros, o que também emerge da narrativa de José Lins, principalmente através do personagem Carlos de Melo.

A forma de expressão desse autor, mais que quaisquer outros autores paraibanos, é moderna por excelência. Entre vários aspectos citamos aqui a questão relacionada com uma literatura imagem. Ao trabalhar a linguagem, os hábitos, a religiosidade e as perspectivas e expectativas dos seus personagens baseado em uma vivência da qual não se aparta em momento nenhum, José Lins do Rego tece uma literatura fotográfica do mundo rural dos engenhos de açúcar e das usinas paraibanas.

Confabulando mais uma vez com Flora Süssekind, esta define a absorção e consumo das imagens com uma prática moderna. O faz citando uma análise de Susan Sontag que descrevemos abaixo:

Uma sociedade torna-se 'moderna' quando uma de suas principais atividades passa a ser a produção e o consumo de imagens, quando as imagens, que possuem poderes extraordinários para determinar nossas exigências com respeito à realidade e são elas mesmas substitutas cobiçadas da experiência autêntica, tornam-se indispensáveis à boa saúde da economia, à estabilidade política e à busca da felicidade individual. (SONTAG, 1981, p.147-8 IApud SÜSSEKIND, 1987, p.105)

José Lins do Rego não esconde as coisas. Reconhecia como paraíso o mundo perdido. Quando retorna dos estudos no Recife para o engenho do avô, Carlos de Melo lamenta que “não havia nada mais triste do que um retorno a esses paraísos desfeitos”. (REGO, Bangüê, 1980:5) Seus sonhos de grandeza, de aristocracia eram falsos, fixados “em absurdos” (idem, p.6)

Carlos de Melo é o personagem central de três romances no conjunto de romances incluídos na saga da cana dos engenhos nordestinos: *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Bangüê*. Através de suas falas, do desenvolvimento da

personagem, que perece junto com a queda dos engenhos, é possível traçar um perfil contundente do testemunho de José Lins do Rego quanto à realidade vivida por famílias que ditavam leis, empregados que obedeciam, agregados subservientes.

É possível também perceber a dor pela decadência dos brancos que mandavam e que rara, mas efetivamente, se viram abaixo de antigos dependentes. E é ainda visível a crítica ao mandonismo e as diferenças que aprisionavam muitos nas malhas da miséria -, material e moral.

Carlos de Melo reclamava pela ausência de apogeu dos “barões” do açúcar. Sonhando acordado na rede, via-se recuperando, imprimindo aos seus as riquezas que lhes pensava devidas. De dentro da rede no seu quarto simples ou no alpendre rústico da casa do avô tecia fantasias de grandeza. Reconhecia: “Era um principado o que eu queria’ (REGO, Bangüê, 1980, p.7).

Desse principado, Maria Alice, personagem de Bangüê, por quem Carlos de Melo se apaixonara loucamente, criticava a avareza dos senhores, a vida mesquinha e pobre, quase indigente dos trabalhadores do eito. Maria Alice cobrava de Carlos que contasse em livros essas dores e não a vida dos donos das terras. Cobrava melhores condições de vida também. Não tinham tanto os senhores? Carlos de Melo concordava com tudo, não porque acreditasse realmente nas razões de Maria Alice, mas porque a paixão o deixara escravo da mulher. Maria Alice, em sua face de alter ego de José Lins, explicita as tensões presentes nos romances deste autor.

O contraponto entre as prerrogativas senhoriais de Carlos de Melo e as condições de vida e de trabalho dos pobres está posto com clareza. Através de Maria Alice, José Lins do Rego reconhece a exploração e a necessidade que as classes proprietárias tinham de mantê-las. Questiona e conclui que a história do universo canavieiro não está só nos senhores de engenhos e suas famílias numerosas. Sem os pobres, os homens do eito, os técnicos do fabrico do açúcar, as mulheres que serviam de dia e de noite e sem os moleques da bagaceira, não existiria engenho.

A crítica que se faz ao romancista quanto à sua defesa de um tempo bom, porque unilateral, esquece que o grande mérito desse literato foi não ter posto véus nas relações sociais, nem fingir que um herdeiro de terras pudesse ter um olhar forjado a partir do homem pobre do campo. Até mesmo os elogios feitos ao personagem José Paulino, inspirado no seu avô, convivem nos romances com as histórias dos trabalhadores, moradores e agregados que põem desnudas as relações entre os senhores e os outros.

Nem todos os engenhos mantinham consigo ex-escravizados trabalhando pelo que comiam e vestiam ainda meio escravos. No engenho de Tia Maroca, afirma Carlos de Melo, “A velha [] corrigia este abuso. Os seus serviçais faziam ordenado. Tempo de cativo tinha passado”. (REGO, Bangüê, 1980, p.95)

Esta era, no entanto, uma exceção. O romancista traça nas páginas seguintes perfis dos outros engenhos próximos, todos aparentados entre si, onde se trabalhava e comia, mas não se ganhava. As mulheres pobres, quase sempre negras, serviam no exercício do trabalho braçal e para os prazeres dos senhores jovens. Serviam, inclusive, aos filhos de tia Maroca, por mais que ela tentasse impedir, coibir o hábito entre os seus filhos.

Pinceladas desse quadro grotesco estão também em Augusto dos Anjos:

E hirto, a camisa suada, a alma aos arrancos,
Vendo passar com as túnicas obscuras,
As escaveiradíssimas figuras
Das negras desonradas pelos brancos

Pisando, como quem salta, entre fardos,
Dos corpos nus das moças hotentotes
Entregues, ao clarão de alguns archotes,
À sodomia indigna dos moscardos; (Os Doentes, 1994, p.62)

Se no engenho Gameleira de Tia Maroca, a passadeira tinha dinheiro na Caixa⁴³, no engenho Santa Rosa de José Paulino, já morto o patriarca, Carlos de Melo mandara para o Tronco um morador/empregado que tirara algumas madeiras das terras. A citação a seguir segue o raciocínio de Carlos de Melo, avaliando seu ato de truculência.

O feitor me trouxe uma família inteira na corda. Encontrava aquele povo de feixe de lenha na cabeça [...] E eles se defendiam com lágrimas nos olhos:
-Não era para vender não, seu Doutô. Pela graças de Deus que não era...
Mas mandei botar no tronco. Para exemplo. Na rede fiquei com a sentença na cabeça. O Santa Rosa coberto de capoeiras e eu fazendo questão por um feixe de lenha. Que diabo de falta me faria uma ninharia daquela?
E me balançava. Ia pra lá e para cá, com a sentença iníqua na cabeça. Era demais. E fui eu mesmo ao tronco retirar o homem.(REGO, Bangüê, 1980, p.115)

No tempo de José Paulino não faltava fartura na mesa, os pobres comiam. Entretanto, havia lá um tronco. O coronel José Paulino era a lei e enquanto Carlos de Melo, seu neto, ia para a escola, os moleques cresciam de barriga grande e dura, morriam aos montes ou cresciam ignorando o que não fosse necessário para os serviços do engenho.

Como tantos outros jovens senhores, também José Paulino deixara nos eitos filhos bastardos e nada fazia para aplacar as misérias da vida dos trabalhadores rurais. Tudo era mantido como Deus quer. Todos esses elementos não estão postos nos romances para decorar páginas, compõem a trama, são partes integrantes das histórias.

Não restam dúvidas quanto ao apego pelo tradicionalismo entre os intelectuais paraibanos. Esteticamente, no que tange o estilo literário, Augusto dos Anjos, José Américo e José Lins do Rego, conformam exceções. No conjunto dos

⁴³ Conta-poupança na Caixa Econômica Federal

literatos, prevalecem os arcaísmos. Politicamente, considerado a política partidária e ações efetivas no exercício político, as posturas dos intelectuais se expressavam pela defesa dos seus segmentos dominantes.⁴⁴

Entretanto, alguns foram contundentes ao criar tramas, personagens e versos. Mesmo que a consciência cidadã nem sempre tenha correspondido à criação estética. Puseram despida a maior problemática da realidade sobre a qual se debruçaram: a questão da propriedade da terra. Isto é, sobremaneira, sensível em José Lins do Rego. O que tornava Os Josés Paulinos dono dos homens era a concentração fundiária.

⁴⁴ Quanto a esse ponto Ver Lewin, op.cit. p. 102-3, analisando o papel político-social dos intelectuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a modernidade é ainda necessário ressaltar que na medida em que consiste numa concepção de sociabilidade ocidental, envolve, sob ritmos e formas diversificadas, todos os que fazem parte desse universo. Poder-se-ia afirmar a presença de uma tensão permanente nas sociedades modernas entre o desejo de ser moderno e as relações possíveis, a partir de concertos sócio-culturais, que são efetivamente forjadas no âmbito da vivência. São tempos plurais num calendário formal.

Focalizando a sociedade brasileira como um todo, são visíveis essas tensões ainda hoje. Não é preciso citar muitos exemplos. É suficiente olhar ao redor e ver, sem sequer ser preciso lançar mão das estatísticas, que dentro do contingente populacional dos mais pobres brasileiros, os negros são maioria e, isto, ainda que a abolição e seus antecedentes: discursos, campanhas e todos os esforços tenham correspondido a um baluarte dos ideais modernos de sua época.

No que se refere particularmente à sociedade paraibana, as tensões e contradições entre o desejo da modernidade e sua prática enquanto modo de vida, são, sobremaneira, intensas.

Pontuando-se alguns aspectos econômicos, no período em foco (1880-1930), encontra-se uma situação de fragilidade, em relação ao sudeste, sabidamente pela prioridade nas produções agrícolas lá desenvolvidas, mas também em relação ao Estado da Bahia e Pernambuco, por exemplo, das condições nordestinas. Avançado o tempo no século XX, as unidades de produção arcaicas ainda conformavam a maioria.

Politicamente, não parece incorreto apontar a experiência oligárquica paraibana como uma que desenvolveu grande eficiência, envolvendo, inclusive, os

não proprietários em defesa dos seus interesses.⁴⁵ Nesse sentido, observe-se o estudo de Linda Lewin (1993, p.102-103) quanto aos intelectuais, profissionais liberais.

Freqüentemente [...] cumpriam seu mandato na assembléia para representar suas famílias, alternando-se com outros parentes, pois essa categoria de políticos caracterizou-se por uma alta rotatividade que fazia com que um deputado raramente permanecesse no cargo por mais de um período de quatro anos. Um grande número de deputados desse grupo costumava ser recrutado na elite intelectual da capital. Particularmente os jornalistas de profissão tendiam a usufruir de maior influência política e reconhecimento público porque colocavam seus dons literários a serviço do jornal oficial da oligarquia ou do órgão de imprensa da oposição.

Entre os mais proeminentes exemplos de epitacistas que serviam à oligarquia igualmente como jornalista e como deputados, incluem-se: Carlos Dias Fernandes, diretor de A União por mais de uma década, Celso Mariz (colaborador de A União e do Norte), José Américo de Almeida (colaborador de A União e do Norte), e Artur Aquiles dos Santos (colaborador de O Comércio e A voz do Povo). Um líder oposicionista fundou seu próprio jornal: Francisco Alves de Lima Filho (O Estado da Parahyba)

No decorrer das análises sobre artigos em periódicos e ensaios, pode ser observado um significativo fosso entre o desejo presente nos discursos e as

⁴⁵ Ressaltando que tal condição não é privilégio exclusivo da sociedade paraibana.

práticas políticas. José Américo parece o mais acabado desse exemplo. Ademar Vidal, incansável defensor da democracia e de outras prerrogativas da modernidade política e econômica, defendeu o pensamento político de João Pessoa como um indiscutível e pleno no sentido de extinguir as práticas coronelísticas. Há, portanto, uma nítida idealização na condição de se por socialmente como modernos, o que não parece corresponder à experiência das relações sociais.

Kulesza (mimeo) analisando aspectos educacionais a partir de Augusto dos Anjos, chama a atenção para a presença dos principais princípios educacionais do período na obra poética e outros escritos de Augusto dos Anjos, salientando, inclusive, a presença das tensões quanto aos anseios de modernidade.⁴⁶

A poesia augustiniana significou para a expressão moderna, paraibana em especial, dois grandes marcos. O primeiro a ser sublinhado é o que se refere à forma e ao estilo literário, embora herdeiro de outros estilos, mais nítido o simbolismo, Augusto dos Anjos dessacraliza a linguagem poética e demonstra consciência das ambivalências da modernidade no conjunto de sua obra. O segundo marco que se destaca, é a maneira como foi capaz de analisar as contradições e tensões da experiência moderna paraibana.

No concernente a expressão literária em prosa, mais uma vez se recorre ao romancista José Lins do Rego como o principal interlocutor entre os literatos paraibanos. Os críticos costumam apontar diversas críticas ao trabalho de José Lins, quase todas já colocadas no texto desta tese. Em alguns momentos, parece que se cobra do romancista a obrigação de redimir a sociedade dos desmandos e da exploração do espaço açucareiro. Nesse processo, alguns exageros são cometidos, mas essa é uma outra história. O que mais intensamente interessa por em relevo é que a modernidade da literatura de José Lins é constituída e constituinte das ambivalências e tensões da modernidade vivenciada.

⁴⁶ Wojcieh A. Kulesza é professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB. O texto está intitulado Augusto dos Anjos e a Educação do seu tempo. Não foi, infelizmente, encontrada pela autora, versão publicada.

Por fim, o bom e o mais difícil ao se trabalhar com a história paraibana é que muito ainda está por ser feito. Diante dos dados colhidos para análise desta tese, muitas sugestões de trabalhos saltaram das representações consultadas.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR , José Almino & PESOA , Ana. (orgs.) **Joaquim Nabuco**. O dever da política. Rio de Janeiro: Edições Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002. 101p.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. Vol2 coleção dirigida por Fernando A. Novais. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. 523p.

ALMEIDA , Horácio de. **História da Paraíba**. 3ªed. 2 volumes.João Pessoa: Editora universitária-UFPB, 1997. vol I 318p.;volII 322p.

ALMEIDA , José Américo de. **A bagaceira**. 19ªed. Rio de Janeiro: Editora L.J.Olímpio,1981.125p.

_____. **Eu e eles**. 3ª ed. João Pessoa: Editora A União, 1994.253p.

ANDRADE , Ana Isabel de Sousa Leão. (org.) **José Américo visto pelos caricaturistas**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1989.103p.

ANDRADE , Mário. **Contos novos**. 15ªed. Col. Biblioteca de literatura brasileira. Vol.3. Belo Horizonte;Rio de Janeiro: Vila rica Editoras Reunidas, 1993.113p.

_____. **Os melhores contos**. 7ªed. Seleção de Telê Ancona Lopez.São Paulo: Global editora, 1997.172p.

_____. **O turista aprendiz**.. Estabelecimento do texto, Introdução e Notas de Telê Porto Ancona Lopez. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002. 328p.

ANJOS , Augusto dos. **Eu e outras poesias**. Coleção Poetas do Brasil, v II. São Paulo: Martins Fontes, 1994. 348p.

ARAÚJO , Luiz Antonio de & MEDEIROS , Irani da Silva. **Augusto dos anjos para pricipiantes**. Col. Do estudante/série biografias paraibanas.João Pessoa: Imprel,199777p.

ARENDT , Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.249p.

ASSIS , Machado de. **Obras completas**. 3 volumes. Col. Biblioteca luso-brasileira. Série brasileira. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar,1986. vol I 1214p.;vol II 1199p.; vol III 1198p.

ASSIS , Machado de. & NABUCO , Joaquim. **Correspondências**. 3ªed. Organização, introdução e notas de Graça Aranha; Prefácio de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Topbooks,2003. 254p.

AUERBACH , Erich. **Mimesis**. A representação da realidade na literatura ocidental. 2ªed. S/t. São Paulo: Perspectiva, 1987. 507p.

AZEVEDO , Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo**: Os anos 20 em Pernambuco. João Pessoa: Secretaria da Educação da Paraíba, 1984.

BACHELARD, Gaton. **A formação do espírito científico**. Contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução de Estela dos Santos AbreuRio de Janeiro: Contraponto,1996. 314p.

BANDEIRA , Manoel. **Andorinha, andorinha**. 2ªed. Seleção e coordenação de textos de Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1986.385p.

_____. **Seleção em prosa e verso**. 4ªed. Organização, estudos e notas de Emanuel de Moraes. Rio de Janeiro: José Olímpio editora, 1986.165p.

BANN , Stephen. **As invenções da História**. Ensaio sobre a representação do passado. Flávia Vilas-Boas. Campinas,SP: Ed. UNESP,1994. BARBOSA filho,

Hildeberto. **A convivência crítica**. Campina,PB: Editora GRAFSET editado pelo governo do Estado da Paraíba, 1985 .171p.

BARBOSA , Raul de Sá. **Antonio Torres uma antologia**. Rio de Janeiro: topbooks,2002.335p.

BARROS , Souza. **A década de 20 em Pernambuco**. Rio de Janeiro: Gráfica editora acadêmica, 1972.318p.

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. Tradução de Madalena da Cruz Ferreira. Lisboa: Edições 70,1966. 79p.

BAUDELAIRE , Charles. **As flores do mal**. Tradução de Pietro Nasseti. S/nº de edição. Coleção a obra prima da cada autor. Texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2002. 185p.

BAUMAN , Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor,1999. 334p.

_____, Globalização: As conseqüências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor,1999. 145p.

BENJAMIM, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**. Seleção e organização de Willi Bolle. Tradução de Celeste H. M. Ribeiro de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo: Editora Cultrix, 1986. 203p.

_____. **Magia e técnica, arte e política**. 3ª ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. 254p.

BERLIN ,Isaiah. **Vico e Herder**. Tradução de Juan Antonio Gili Sobrinho. Coleção Pensamento Político, 49. Brasília: Editora da Universidade de Brasília - UNB, 1982.215p.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou. O ofício do historiador. Prefácio de J. Lê Goff. Apresentação à edição brasileira Lilia M. Schwarcz. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1989.584p.

BOUTTIER , Jean & JULIA , Dominique. (orgs.) **Passados recompostos**. Campos e canteiros da história. Tradução de Marcella Mortara & Anamaria Skimer. Rio de Janeiro: Editora da UERJ; Editora FGV, 1998. 350p.

BRADBURY , Malcolm. **O mundo moderno**. Dez grandes escritores. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. 247p.

BRADBURY , Malcolm & McFARLANE , James. **Modernismo. Guia geral**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.556p.

BURKE , Peter & PORTER , Roy (org.). **Linguagem, indivíduo e sociedade**. Tradução de Álvaro Luiz Hattner. São Paulo: Editora da Universidade estadual Paulista. UNESP, 1993. 465p.

CANDIDO , Antonio & CASTELLO , J. Aderaldo. **Modernismo**. presença da literatura brasileira. 9ªed. São Paulo: Difel, 1983.375p.

CANGUILHERM, Georges. **O normal e o patológico**. 3ª ed. Tradução de Maria Tereza R. de Carvalho Barrocas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. 303p.

CALVINO , Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. Tradução de Ivo Barroso. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.141p.

CARDOSO , Ciro flamarion & VAINFAS , Ronaldo. (orgs.) **Domínios da história**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 508p.

CARPEAUX , Otto Maria. **Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira**. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1964. 335p.

CARVALHO , Álvaro de. **Nas vésperas da revolução e memórias**. 2ªed. João Pessoa: Editora Acauã,1978.184p.

CARVALHO , José Murilo de. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a república que não foi.2ªed. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. 196p.

_____. **A formação das almas**. O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. 166p.

_____. **Teatro de Sombras**: a política imperial. São Paulo: Vértice editora, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988. 196p.

CASTORIADIS , Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3ªed. Tradução de Guy Reynaud. Revisão técnica de Luiz Roberto Salinas Fortes. Coleção Rumos da Cultura Moderna, 52. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 418p.

CASTRO, Josué de Geografia da fome. **O dilema brasileiro: pão ou aço**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Antares & Achiamé, 1980. 361p.

CAVALCANTI , Lauro. (org.) **Modernistas na repartição**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-IPHAN,2000. 210p.

CELSO , Afonso. **Oito anos de Parlamento**. Col. Temas brasileiros,vol. II. Brasília: UNB,1981. 182p.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2ª ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHALHOUB , Sidney. **Visões da liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia. das Letras,1999.287p.

_____. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. 345p.

CHARTIER , Roger. **A aventura do livro**. Do leitor ao navegador. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.159p.

COGGIOLA , Osvaldo. (org.) **História e crise contemporânea**. São Paulo:Pulsar,1994.165p.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores**. O olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove.Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

COSTA , Ângela Marques da & SCHWARCZ , Lilia Moritz. **Virando os séculos 1890-1914**. no tempo das certezas. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. 176p.

CROCE, Bendito. **A história: pensamento e ação**. Tradução de Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. 287p.

CULLER, Jonathan. **As idéias de Barthes**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Cultrix, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. 116p.

DANTES , Maria Amélia M. (org.) **Espaços da ciência no Brasil (1800-1930)**. Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 2001. 208p.

DEL RIO , Nilce Rangel. **As múltiplas vozes de Tristão de Athayde**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988. 102p.

DENBY , David. **Grandes livros. Minhas aventuras com Homero, Rousseau, Shakespeare, Marx e outros escritores brilhantes**. Tradução de Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Record, 1998. 585p.

DIVERSOS AUTORES. **A nova literatura paraibana**. Crítica. Antologia de artigos publicados no Correio das Artes, suplemento quinzenal do jornal A União. João Pessoa: Editora A União, 1979. 153p.

DUARTE , Rodrigo A. de Paiva. **Mímesis e racionalidade**. A concepção do domínio da natureza em Theodor W. Adorno. Coleção Filosofia, 29. São Paulo: Loyola, 1993. 205p.

DUARTE , Rodrigo & FIGUEIREDO , Virgínia. **Mímesis e expressão**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. 438p.

EINAUDI, ENCICLOPÉDIA. **Memória-História**. Vol I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. 457p.

EISEMBERG , Peter. **Modernização sem mudança**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**. Vol 1 e 2. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1994.

FALCÃO. , Joaquim & ARAÚJO , Rosa Maria Barbosa de. (orgs). **O imperador das idéias**. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: topbooks, 2001. 303p.

FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano: sociedade e instituições (1899-1930)**. 3ªed. São Paulo: Difel, 1985. (Coleção História Geral da Civilização brasileira, vol 2, t.3)

FERNANDES , Irene Rodrigues & AMORIM , Laura Helena Baracuhy. **Atividades produtivas na Paraíba**. João Pessoa (PB): Editora Universitária da UFPB, 1999. 103p.

FIGUEIREDO JR. Nestor Pinto de. **Pela mão de Gilberto Freyre ao Menino de Engenho** João Pessoa: Idéia,2000. 267p.

FONTANA , Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Tradução de Luiz Roncari. Bauru<SP: EDUSC, 1998. 400p.

FREUD , Sigmund. **Obras Completas**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora Imago,1969.

GAGNEBIN , Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. Coleção Estudos, 142. São Paulo: Editora Perspectiva; Campinas,SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1994.131p.

GALIZA , Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930**. João Pessoa (PB): Idéia, 1993.

GAY , Peter. **Freud para historiadores**.Tradução de Osmyr Faria Gabbi Junior. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989. 225p.

GINZBURG , Carlo. **Mitos, emblemas , sinais**. Morfologia e História. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. 281p.

_____. **Olhos de madeira**. Nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. 311p.

GONÇALVES , Regina Célia, LAVIERI , Maria Beatriz Ferreira, LAVIERI , João, RABAY , Glória. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa (PB): Editora universitária da UFPB,1999. 74p.

GONÇALVES , Robson Pereira. (org.) **Subjetividade e escrita**. Bauru,SP: EDUSC ; Santa Maria, RS: ufsm, 2000. 275p.

GORENDER , Jacob et alli. **História e crise contemporânea**. São Paulo: Edições Pulsar, 1994. 166p.

GRAHAN, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1880-1914)**. Tradução Roberto Machado de Almeida São Paulo: Brasiliense,1973.

GRAMSCI , Antonio. **Concepção dialética da história**. 6ªed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.341p.

GRINBERG. , Keila. **Liberata, a lei da ambigüidade**. As ações de liberdade da Corte de Apelação do rio de Janeiro no século XIX. Rio de janeiro: Relume-dumará, 1994.122p.

GUEDES , Linaldo. **Augusto dos Anjos**. João Pessoa: A União Editora , 2000.32p.

GULLAR , Ferreira. Toda a poesia de Augusto dos Anjos. 85-89p. IN: MELO FILHO, Murilo (Org.) **Augusto dos Anjos. A saga de um poeta**. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira: fundação Banco do Brasil; João Pessoa: Governo do Estado, 1994. 111p

HOBSBAWM , Eric. **O novo século**. Entrevista a Antonio Polito. Tradução: do italiano/Inglês de Allan Cameron; Inglês/Português de Cláudio Marcondes. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. 196p.

_____, & RANGER, Terence. (orgs). A invenção das tradições Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Bandidos**. 2ed. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1976. 148p.

_____. **A era dos impérios. (1875-1914)** 3ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOFFNAGEL , Marc Jay. O homem livre pobre na sociedade paraibana. **Ciência histórica**. Ano III. nº 3 p. 41-56, outubro. 1990.

HOUAISS, Antônio. Sobre Augusto dos Anjos. In: MELO FILHO, Murilo (Org.) **Augusto dos Anjos. A saga de um poeta**. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira: fundação Banco do Brasil; João Pessoa: Governo do Estado, 1994. 111p.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT. Comentários para trabalhos científicos. 2ªed. Revista e ampliada. Curitiba (PR): Juruá,2003. 96p.

KULESZA, Wojcich. **Augusto dos Anjos e a educação do seu tempo**. mimeo

KURZZ , Robert. **O colapso da modernização**. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 3ªed. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1993. 244p.

LAPA , José Roberto do Amaral. (org.) **Hidória política da república**. Col. Tempo e memória vol. 11.Campinas,SP: Papyrus,1990.214p.

LE GOFF , Jacques. **Memória e História**. 4ª ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1986. 355p.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 5ªed. São Paulo: Alfa-omega,1978.278p.

LEMINSKI, Paulo. IN: GÓES, Fred & MARINS, Álvaro. **Paulo Leminski**. Seleção Melhores Poemas. 7ed. São Paulo: Gaia, 2006.

LEMOES , Maria Teresa Toríbio Brittes. **Alberto Torres**. Contribuição para o estudo das idéias no Brasil. Rio de Janeiro: Quaaartet e Comunicações, 1995. 164p.

LEWIN , Linda. **Política e parentela na Paraíba**. Um estudo de caso da oligarquia familiar. Tradução de André Villabobos. Rio de Janeiro: Record, 1993. 432p.

LIMA , Luiz Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. 2ªed. Vol I. Rio de Janeiro: Francisco Alves,1983. 503p.

LUCAS , Fabio. **Vanguarda, história & ideologia da literatura**. São Paulo: Ícone Editora, 1985. 156p.

MARIANO , Serioja Rodrigues Cordeiro. (1999). **Signos em Confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte**. Dissertação (Mestrado em História – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE).

MARIZ , Celso. **Ibiapina: um apóstolo do nordeste**. João Pessoa: SEC/UFPB, 1997.320p.

MARQUES , Maria Helena Duarte. **Iniciação à semântica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990. 164p.

MARTINS , Paulo Henrique. **Pernambuco e a modernidade**. Recife: Editora Universitária-UFPE,1998.137p.

MEDEIROS , Maria do Céu & SÁ , Ariane de Menezes.. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa (PB): Editora Universitária da UFPB, 1999. 126p.

MELO FILHO, Murilo (Org.) **Augusto dos Anjos. A saga de um poeta**. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira: fundação Banco do Brasil; João Pessoa: Governo do Estado, 1994. 111p.

MELLO , Evaldo Cabral de . **O norte agrário e o Império. (1871-1889)**. 2ªed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. 299p.

_____. O “ovo de Colombo” gilbertiano. P.17-31. In: FALCAO , Joaquim & ARAÚJO , Rosa Maria Barbosa de. **O Imperador das idéias**. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. 303p.

MERQUIOR , José Guilherme. **Rousseau e Weber**. Dois estudo sobre a teoria da legitimidade. Tradução de Margarida Salomão. Rio de Janeiro: editora Guanabara,1980.305p.

MOISÉS, Massaud. História da literatura brasileira: realismo. 2ª ed.vol. 2. São Paulo: Cultrix, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,1985.

MURICY , Kátia. **A razão cética**. Machado de Assis e as questões do seu tempo. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. 141p.

NABUCO , Joaquim. **Minha formação**. S/ed. Col. Prestígio, copa 243, edições de Ouro. Rio de Janeiro: Editora tecnoprint,s/a. 283p.

_____. **O abolicionismo**. 5ªed. Col. Clássicos do pensamento político. Petrópolis,RJ: Vozes,1988.172p.

NEIVA , Lauro. **Carlos Dias Fernandes**. Mensagem esotérica em poesia olímpica de glória, cruz e amor. João Pessoa: Editora a União,s/a. 240p.

NEJAR , Carlos. **Guilhermina, enfermeira e tia da república**. Col. Anjos de Branco.Rio de Janeiro: Mondrian, 2002.136p.

NESTROVSKI , Arthur. **Ironias da modernidade**. Ensaio sobre literatura e música. São Paulo: Editora Ática, 1996. 174p.

_____. Prefácio. In: SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

NOVAIS , Fernando A. (dir) ; ALENCASTRO , Luiz Felipe de (org.) **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. Vol. 2. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.523p.

_____. ; SEVCENKO , Nicolau. (org.). **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à era do rádio. Vol. 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998. 724p.

NUNES, Benedito. **O tempo na narrativa**. São Paulo: Ática,1988. 86p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 137p.

OLIVEIRA SOBRINHO , Reinaldo de. **Prosa paraibana**. Da escola clássica ao modernismo.João Pessoa: Idéia,1993.94p.

PALLARES-BURKE , Maria Lúcia G.Um método antimetodico: Werner Heisemberg e Gilberto Freire. P. 32-45. In: FALCAO , Joaquim & ARAÚJO , Rosa Maria Barbosa de. **O Imperador das idéias**. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. 303p.

PAZ , Octavio. **O labirinto da solidão e Post-scriptum**. Tradução de Eliane Zagury. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1984.261p.

_____. **Corrientes alternas**. 16ªed. Madrid: siglo xxi editores,1986.223p.

_____. **Primeras letras. (1931-1943).** 2ªed. Selección, introducción y notas de Enrico Mario Santí.. Barcelona: Editorial Seix Barral, 1990. 425p.

PERUCCI, Gadiel. **A República das usinas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba.** Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. 286p.

PRADO, Maria Emília. **Em busca do progresso.** Os engenhos centrais e a modernização das unidades açucareiras no Brasil. Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2000. 127p.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica.** 3ªed. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1972. 567p.

PROUST, Marcel. **Sobre a leitura.** 2ªed. Tradução de Carlos Vogt. Campinas, SP: Pontes, 1991. 60p.

REDEHEAD, Michael. **Da física à metafísica.** Tradução de Valter A Bezerra. Campinas (SP): Papirus, 1997. 95p.

REGO, José Lins do. **Fogo morto.** 5ªed. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olímpio, 1961. 260p. Editado junto com Água mãe.

_____. **Doidinho.** 20ªed. Rio de Janeiro: Editora L. J. Olímpio, 1980. 152p.

_____. **O moleque Ricardo.** 12ª. Rio de Janeiro: Editora L.J. Olímpio/ Brasília: INL, 1980. 194p.

_____. **Bangüê.** 12ªed. Rio de Janeiro: Editora L.J. Olímpio, 1980. 183p.

_____. **Riacho doce.** 6ªed. Rio de Janeiro: Editora L.J. Olímpio, 1980. 205p.

_____. **Dias Idos e Vividos.** Seleção, organização e estudos de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. 461p.

_____. **Pureza.** 10ªed. Rio de Janeiro: Editora L.J. Olímpico, 1982. 138p.

_____. **Usina.** 13ª ed. Rio de Janeiro: Editora L.J. Olímpio, 1993. 238p.

_____. **Menino de engenho.** 75ªed. Rio de Janeiro: Editora L.J. Olímpio, 1999. 88p.

REZENDE , Antonio Paulo. **(Des)Encantos modernos**. Histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.202p.

RIBEIRO , José Alcides. **Imprensa e ficção no século XIX**. Edgar Allam Poe e a narrativa de Arthur Gordon Pym. São Paulo: Editora da Universidade estadual Paulista-UNESP,1996.133p.

RODRIGUES, José Honório. **Tempo e sociedade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986.223p.

SALLES , Ricardo. **Joaquim Nabuco**. Um pensador do Império. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.343p.

SANTOS ,Idelette Fonseca dos. (org.) **A literatura na Paraíba ontem e hoje**. João Pessoa: Fundação casa de José Américo,1989.192p.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

SCHLAFMAN , Léo. **A verdade e a mentira**. Novos caminhos para a literatura. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1998. 223p.

SCHWARCZ , Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 3ªed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.623p.

SEGRE , Cesare et Alli. **Semiótica e crítica literária**. Revista Tempo Brasileiro vol 52. Janeiro/março de 1978. Rio de Janeiro: 1978. 91p.

SEIXAS , Wilson Nóbrega. **Viagem através da província da Paraíba**. João pessoa: Editora A União, 1985. 199p.

SELIGMANN-SILVA , Márcio. (org.) **História, memória, literatura**. O testemunho na era das catástrofes. Campinas,SP: Editora da UNICAMP, 2003. 555p.

SEVCENKO , Nicolau. Gilberto Freyre e a mídia: pioneirismo, sensibilidade e inovação. P.43-54. In: FALCAO , Joaquim & ARAÚJO , Rosa Maria Barbosa de. **O Imperador das idéias**. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. 303p.

_____. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira República. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 257p.

_____. A era do rádio e a Belle epoche. In: **História da vida privada**, vol 3, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. Prefácio. In: ASSIS , Machado de. & NABUCO , Joaquim. **Correspondências**. 3ªed. Organização, introdução e notas de Graça Aranha. Rio de Janeiro: Topbooks,2003. 254p.

SILVA , Ciro. **Qintino Bocaiúva, o patriarca da república**. Coleção Temas Brasileiros.Brasília: Editora INB,1983.153p.

SILVEIRA , Rosa Maria Godoy, GURJÃO , Eliete de Queiroz, ARAÚJO , Martha Lúcia ribeiro, CITADINO , Monique. **Estrutura de Poder na Paraíba**, João Pessoa: Editora uuniversitária da UFPB,1999. 137p.

SLENES , Robert. W. **Na senzala uma flor**. Col. Histórias do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 288p.

SOARES ,Antonio et alli. (org.) **Autores parahybanos**. Campina grande,PB: Edições caravela/NGP, 1998.168p.

SÜSSEKIND , Flora. **Cinematógrafo de letras**. Literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. 170p.

TELAROLLI , Rodolpho. **Poder local na república velha**. Brasiliana vol. 364. São Paulo: Editora Nacional,1977.222p.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.448p.

TORRES , Alberto. **A organização nacional**. 3ªed. Col. Brasiliana, vol.17. São Paulo: editora Nacional, 1978.331p.

TRIGO , Luciano. **Engenho e memória**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002. 270p.

VELOSO , Mariza & MADEIRA , Angélica. **Leituras brasileiras**. Itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.212p.

VEYNE , Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4ªed. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da UNB,1998. 285p.

VIANA , Chico. **O evangelho da podridão**. Culpa e melancolia em Augusto dos Anjos. João Pessoa: Editora universitária,UFPB,1994.189p.

VIDAL , Ademar. **Terra de homens**. Rio de Janeiro: Rio Empresa Gráfica, 1944 184p.

_____. **Importância do açúcar.** Rio de Janeiro: “ASA” Artes Gráficas, 1945. 175p.

WILLIAMS , Raymond. **O campo e a cidade.** Na história e na literatura. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. 439p.

WILSON , Edmund. **Os anos 20.** Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. 366p.

WHITE , Hayden **Trópicos do discurso.** Ensaio sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 1994. 311p.

_____. **Meta-História.** A imaginação histórica do século XIX. 2ªed. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 1995. 457p.

WHITROW, G. J. O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Tradução de Maria Luiza X. de ^a Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1993. 242p.

FILME.

SONHOS. Direção de Akira Kurosawa, estados Unidos. 112 min. Som, color. Cinematográfico.

INTERNET

Ginzburg, Carlo. O historiador globalizado. Disponível em <Folha de São Paulo, caderno MAIS, p.4 > de 01.09.2002, Acesso em 01.09.2002. Entrevista concedida a Jean Marcel Carvalho França.

PERIÓDICOS CONSULTADOS.

REVISTAS

Revista Era Nova

Revista do IHGP

Revista do Arquivo Nacional

Almanaque da Parayba
 Reevista Nova
 Revista KLAXON

JORNAIS

Biblioteca Nacional:

O artista

O Bohemio

O 5 de Julho

O Condor

A Comarca – 1890, 1891 e 1892.

O cysne

O Despertador

O Emancipador – anno 1, nº 1 de outubro de 1883.

O estado da Parahyba – anno 1, 09 de julho de 1890.

O Estímulo

A evolução

O Futuro

Gazeta da Manhã - 1898

Gazeta dos Artistas – 1894

Gazeta da Parahyba – anno 1, maio , junho, julho, outubro e novembro de 1888; anno 2, julho, agosto, novembro e dezembro de 1889

Gazetinha – 1889

O Jornal – 13.04.1928

Jornal do Commercio - 1912

A idéia – 1879 a 1890

A Imprensa – 1897

O independente – 1887

O livro – 1890

O Monitor – 1885 a 1887

O monóculo – 1902

Noticiário Areia Livre - 1888

O olho – 1902

A ordem – 1894

A Parayba – 1880 a 1883

O Pelicano 1885 a 1889

A Pinça – 1892

Verdade – 1888

Republicano - 1889

A verdade – 1884 a 1900 (todos publicados na Paraíba).

IHGP:

O Popular cód. 024. A1;P2;Port 3.

O sorriso cód 027. A1;P1;Port. 2.
 Arauto Paraybano cód. 029. A1;P2;Pot 3.
 O Combate cod. 042. E1;P1;MF.
 O Anthelio cód. 064. A1;P1;Port 1.
 A União
 Correio official cód. 019. E1;P1
 Diário da parayba cód. 023. A1;P3;Port 6
 O Publicador cód. 025. E1;P1.
 Areiense cód. 028. A1;P1;Port 2
 Gazeta do Sertão cód. 032. A1;P1.

ARQUIVOS PESQUISADOS.

Paraíba: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano; Fundação casa de José Américo, Arquivo Público; Biblioteca Central da Universidade federal da Paraíba.

Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco; Biblioteca central da Universidade federal de Pernambuco.

Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação biblioteca Nacional; Arquivo Nacional.

São Paulo: IEB Instituto de Estudos brasileiros da Universidade de são Paulo (USP).

DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA.

Fundação casa de José Américo: Correspondências expedidas e recebidas de e para José Américo e Virgínius da Gama e Melo.

IEB: Correspondências de e para Mário de Andrade.

Arquivo Nacional:

Fundo Floriano Peixoto
 Fundo Góes Monteiro
 Fundo Luis Gastão D'Escagnolle Dória
 Fundo Prudente de Moraes Neto
 Fundo Santiago Dantas
 Fundo Agostinho Nunes de Almeida
 Fundo André Rebouças
 F. Barão Homem de Melo
 F. Décio Elísio de Avelar
 F.. José Wanderley de Araújo Pinho.
 F. João Gonçalves da Silva

Fundação Casa de Rui Barbosa:

Arquivo Manoel Bandeira

Arquivo Joaquim Inojosa

Arquivo Otto M. Carpeaux

Coleção Agripino Grieco

Coleção Gilberto Amado

Coleção Graça Aranha

Fundação Joaquim Nabuco:

Correspondências de e para Gilberto Freyre.

OBRAS RARAS.

REBOUÇAS , André Pinto. Conferência abolicionista/ Abolição imediata sem indenização
Panfleto nº 1, s/a Typografia Central de Evaristo P. da Costa.

SILVA , José Bonifácio de Andrade e . A abolição/Reimpressão de um opúsculo. S/a
Typografia Lembaerts & Cia.

